

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ALVARO DANIEL COSTA

A COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA IMPRENSA PERIÓDICA
BRASILEIRA NO IHGB: UMA MEMÓRIA DO JORNALISMO NACIONAL (1908)

PONTA GROSSA
AGOSTO DE 2017

ALVARO DANIEL COSTA

A COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA IMPRENSA PERIÓDICA
BRASILEIRA: UMA MEMÓRIA DO JORNALISMO NACIONAL (1908)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Estadual de Ponta Grossa para
a obtenção do Título de Mestre em História,
Área de História, culturas e identidades
Orientador: Prof. Dr. Claudio Luiz Denipoti.

PONTA GROSSA
AGOSTO DE 2017

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Costa, Alvaro Daniel
C837 A Comemoração do centenário da imprensa
periódica brasileira: uma memória do
jornalismo nacional (1908)/ Alvaro Daniel
Costa. Ponta Grossa, 2017.
110f.

Dissertação (Mestrado em História -
Área de Concentração: História, cultura e
identidades), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Luiz
Denipoti.

1.IHGB. 2.História do Brasil.
3.História da imprensa. 4.História da
palavra impressa. I.Denipoti, Claudio
Luiz. II. Universidade Estadual de Ponta
Grossa. Mestrado em História. III. T.

CDD: 070.172



Recepção de casamento, 1933



Trabalhadores da Serraria Sonyra, 1928

MESTRADO EM HISTÓRIA**TERMO DE APROVAÇÃO****ÁLVARO DANIEL COSTA****A COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA IMPRENSA PERIÓDICA BRASILEIRA:
UMA MEMÓRIA DO JORNALISMO NACIONAL.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 25 de agosto de 2017, pela seguinte banca examinadora:

Dr. CLÁUDIO LUIZ DENIPOTI – (UEPG) Orientador

Profª. Drª. TÂNIA MARIA TAVARES BESSONE DA CRUZ – (UERJ)

Profª. Drª. KARINA JANZ WOITOWICZ – (UEPG)

Ponta Grossa, 25 de agosto de 2017.

AGRADECIMENTOS

In memoriam de Aurea Inez dos Santos Taques, tia amada que torcia muito pelo meu sucesso. Saudades eternas!

Aos meus pais, Rose e Gercy, pelo amor e paciência de sempre.

À minha irmã Denise, pelo carinho incondicional.

Agradeço ao meu orientador, Claudio Luiz Denipoti, pelas excelentes aulas, orientações e pela paciência ao longo da minha jornada acadêmica desde 2012.

Às professoras Elizabeth Johansen e Maura Petruski, pela amizade e pelo incentivo.

Às minhas amigas e colegas de mestrado, Fernanda Mazuco e Jayne Pastori, pelas risadas, choros, desesperos e companhias nas aulas.

E aos grandes amigos da minha vida, Matheus Vieira, Rafhaele Vieira, André Santos, Aline Pawlak, Emanuelle Adacheski e Fernanda Nogueira pela força e estímulo nas minhas pesquisas e, principalmente, por acreditarem em mim! Sem palavras para agradecer e dizer meu muito obrigado!

RESUMO

A presente dissertação tem por escopo um estudo da memória e comemoração do centenário da imprensa a partir da *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro* (IHGB). A edição comemorativa da revista IHGB visava elaborar uma espécie de inventário completo sobre todos os jornais publicados em território nacional até então. Cada estado teria um responsável por realizar esse levantamento que posteriormente seria publicado em formato de inventário. De acordo com o Instituto existiram no país aproximadamente 25 mil títulos impressos ao longo dos cem primeiros anos de imprensa oficial, contudo, foram contabilizados e publicados em forma de catálogos aproximadamente 5 mil jornais. Dessa maneira, o foco principal deste estudo é a discussão sobre a comemoração do centenário da imprensa através do *Tomo Consagrado à Exposição Commemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil*, bem como outras edições regionais produzidas pelo IHGB como, por exemplo, dos estados de Pernambuco, Paraná e São Paulo. Neste caso, a imprensa como veículo fundamental na formação para a história escrita e história do Brasil. A empreitada pensada pelo Instituto serviu como uma revisão da produção impressa nacional e regional, além de ter sido um esforço intelectual coletivo que pensou a história da imprensa do Brasil. O presente estudo mostra também que o jornalismo brasileiro teve rápido desenvolvimento se for levado em consideração que a palavra impressa só foi oficialmente aceita no país no século XIX. Os discursos dos intelectuais do IHGB avaliaram a imprensa como fator importante do progresso do país, sendo esse pretexto mais do que relevante para a organização do centenário.

Palavras-chave: IHGB. História do Brasil. História da Imprensa. História da palavra impressa.

ABSTRACT

The present dissertation has as scope a study of the memory and commemoration of the centenary of the press from the Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro (IHGB). The commemorative edition of the magazine IHGB aimed to elaborate a sort of complete inventory of all the newspapers published in the national territory until then. Each state would have one responsible for conducting the survey that would later be published in inventory format. According to the Institute, there were approximately 25,000 titles printed in the country during the first 100 years of the official press, however, approximately 5,000 newspapers were published and published in the form of catalogs. In this way, the focus of this study is the discussion about the commemoration of the centennial of the press through the Consecrated Tomo to the Commemorative Exhibition of the First Centenary of the Periodic Press in Brazil, as well as other regional editions produced by the IHGB, such as the states of Pernambuco, Paraná and São Paulo. In this case, the press as a fundamental vehicle in training for the written history and history of Brazil. The project designed by the Institute served as a review of the national and regional print production, and was a collective intellectual effort that thought the history of the Brazilian press. The present study also shows that Brazilian journalism has developed rapidly if it is taken into account that the printed word was only officially accepted in the country in the 19th century. The speeches of the intellectuals of the IHGB evaluated the press as an important factor of the country's progress, being this pretext more than relevant for the organization of the centenary.

Keywords: IHGB. History of Brazil. History of the Press. History of the printed word.

LISTA DE GRÁFICOS E IMAGENS

Gráfico I	Jornais publicados 1808 até 1907	20
Imagem 1	Segundo jornal surgido no Amazonas (1854)	27
Imagem 2	Primeiro jornal do estado do Maranhão.....	30
Imagem 3	Diário do Governo (Estado do Ceará – 1823)	35
Imagem 4	Primeiro jornal do estado do Piauí (1835).....	37
Imagem 5	Primeiro jornal do Rio Grande do Norte (1832)	39
Imagem 6	Segundo título a aparecer em Alagoas (O Federalista Alagoense – 1832)	41
Imagem 7	Primeiro impresso do estado de Sergipe intitulado “Correio Sergipense” – 1835	43
Imagem 8	Primeiro jornal do estado de Pernambuco (1821).....	50
Imagem 9	Primeiro jornal a circular no Paraná (1854)	54
Imagem 10	Segundo jornal surgido em São Paulo datado de 1827	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de títulos de jornais de acordo com os catálogos comemorativos	21
Tabela 2	Profissões dos responsáveis pela elaboração dos catálogos .	23
Tabela 3	Cidades a que a imprensa chegou (Amazonas)	29
Tabela 4	Veículos políticos do Pará	30
Tabela 5	Cidades Maranhenses a que a imprensa chegou	34
Tabela 6	Cidades alagoanas que tiveram jornais	42
Tabela 7	Cidades com jornais em Sergipe	44
Tabela 8	Cidades pernambucanas que tiveram imprensa.....	47
Tabela 9	Número de periódicos e cidades em que a imprensa existiu no PR.....	53
Tabela 10	Títulos de jornais estrangeiros, cidade e ano de surgimento no PR	56
Tabela 11	Imprensa política paulista	60

SIGLAS E ABREVIACÕES

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SAIN: Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

Tomo: Tomo Consagrado ao Centenário da Imprensa Periódica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – O centenário da imprensa periódica brasileira na construção da história nacional	17
1.1 História da imprensa pelo IHGB	17
1.1.1 <i>Os Tomos Gerais: o balanço da imprensa em cada estado</i>	19
1.1.1.1 Amazonas	25
1.1.1.2 Pará	29
1.1.1.3 Maranhão e Ceará	31
1.1.1.4 Piauí e Paraíba	36
1.1.1.5 Rio Grande do Norte	38
1.1.1.6 Alagoas e Sergipe	39
1.2 A produção comemorativa regional: os catálogos avulsos	44
1.2.1 <i>Pernambuco</i>	45
1.2.2 <i>Paraná</i>	52
1.2.3 <i>São Paulo</i>	57
CAPÍTULO II – Da comemoração efêmera à posteridade	62
2.1 Por que comemorar?	62
2.1.1 <i>A memória no discurso histórico</i>	77
2.2 A imprensa na história da escrita: desenvolvimento e contribuições.....	81
2.3 O centenário da imprensa na agenda comemorativa republicana.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	98
ANEXO A: Capa do Tomo comemorativo volume I	104
ANEXO B: Capa do Tomo comemorativo volume II	105
ANEXO C: Capa do Tomo comemorativo parte I	106
ANEXO D: Capa dos Annaes da Imprensa Pernambucana	107
ANEXO E: Capa do Catálogo Paulista publicado somente em 1914 ...	108
ANEXO F: Modo de confecção do catálogo. Exemplo da imprensa do Ceará	109
ANEXO G: Catálogo dos jornais paranaenses publicado por Romário Martins	110

INTRODUÇÃO

O ano de 1908 foi um marco na história brasileira, pois comemorava o 100º ano da imprensa no país. Cabe lembrar que no mesmo contexto também se lembrava do centenário da vinda da família Real, ou seja, um momento de transformações consideradas essenciais na história do país; por exemplo, algumas das mudanças que aconteceram a partir de então foram a abertura dos portos e a mudança do status jurídico de Colônia para Reino Unido. De acordo com Márcia Abreu (ABREU; BRAGANÇA, 2010), o Brasil foi o 12º país da América Latina a obter da respectiva metrópole o direito de impressão. Os *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana* (1908), assinados por Alfredo de Carvalho, revelam que o Brasil foi o último lugar a que a imprensa chegou e dão exemplos de quando a prensa tipográfica ingressou nos países vizinhos:

Enquanto já existia no Mexico, desde 1539, no Perú em 1585, e nos actuaes Estados-Unidos, em 1638, só após a transmigração da família real portuguesa foi, a 13 de maio de 1808, inaugurada no Rio de Janeiro a *Impressão Régia*, primeira typographia que possuímos. Entretanto, o invento de Gutemberg cedo tivera ingresso em Portugal, onde já pelos anos de 1464 ou 1465 funccionavam prélos¹ (CARVALHO, 1908a, p.15).

Antes do século XIX, toda a documentação política e administrativa teve de se processar por meio dos manuscritos. Segundo José Mindlin (2011, p.19), duas medidas foram importantes quando a corte portuguesa foi transferida para cá: a abertura dos portos e a Impressão Régia. Esses fatores abriram o Brasil para o mundo do ponto de vista político e cultural, sendo a primeira com efeito imediato e a segunda com resultados mais tardios.

Marialva Barbosa (2013) relembra que, apesar de a tipografia vir na bagagem do rei, no começo, a função da Impressão Régia era publicar papéis oficiais do governo. Barbosa (2013, p.39) acrescenta que “rapidamente a Impressão Régia passaria a imprimir outros tipos de publicação, inclusive livros”. Alguns autores apontam o Correio Braziliense como o primeiro jornal do Brasil, outros apontam a Gazeta do Rio de Janeiro. Seja como for, deve-se pensar que, antes da prensa tipográfica, existiram outros veículos que circulavam clandestinamente.

¹ Serão mantidas todas as grafias originais da época.

A demora da chegada da palavra escrita, sobretudo por jornais, se deve a outros fatores; um deles é que a palavra impressa poderia ser um perigo, devido ao risco da difusão de ideias subversivas. De acordo com Matías M. Molina (2015, p.49), “foram necessários três séculos para que as artes gráficas fossem implantadas, sob o rigoroso controle do Estado, no Brasil, em 1808”. A título de comparação, Molina (2015, p.49) aponta que “em 1500, mais de 250 cidades da Europa tinham instalados prelos de impressão; nesse ano, Paris já contava com 181 tipografias”. O autor afirma que existiram tipografias antes de 1808 no Brasil, mas que não há provas suficientes para tal assertiva.

Olga Sodré (2011, p.5) pondera que a imprensa é fonte fundamental para a compreensão e explicação da realidade social do país. Já para a jornalista Marialva Barbosa (2010, p.25):

No caso da imprensa brasileira, depois da gênese – instaurada pela implantação da imprensa no país com a vinda da família real em 1808 –, passa-se a um período em que a imprensa divide-se entre oficial e “oficiosa”: é o tempo da supremacia do jornalismo como representante da fala oficial do poder político. Na sucessão de tempos dessa história, a fundação da *Aurora Fluminense*, por Evaristo da Veiga, e do *Jornal do Commercio* (e de seu antecessor direto, o *Spectador Brasileiro*), em 1827, marcaria outro tempo singular: o início da imprensa que buscaria na construção de um discurso de cunho político a base de sua produção editorial.

Ainda segundo Barbosa (2010, p.25):

No momento seguinte, irrompem os debates em torno da questão republicana e abolicionista, e o jornalismo será, nessas interpretações, palco fundamental para ampliação dos grandes embates discursivos nacionais. Ampliando a nova cultura política, os jornais amplificam as discussões, construindo ideias dominantes num jornalismo de viés exclusivamente opinativo. Nesse cenário, ganha uma interpretação particular o jornalismo abolicionista: se para alguns autores sua atuação foi fundamental, para outros, o poder de difusão restrito desses periódicos levou-os a construir mais uma importância simbólica do que, de fato, exerceram na sociedade. E, finalmente, nessa história sujeita a interpretações particulares emergem as tecnologias de um novo século e as transformações da imprensa na cidade, capitaneadas pelas mudanças da alvorada do século XX.

Em fins do século XIX, com a República e o advento de novas tecnologias, a imprensa periódica se diversificou cada vez mais. O século XIX pode ser definido como a época das transformações no mundo, com intenso desenvolvimento tecnológico e científico, além de mudanças políticas. Foi um período ligado a modificações no dinamismo da economia mundial.

No Brasil, a imprensa esteve ligada ao progresso do século XIX: fez parte das discussões acerca de assuntos da arena pública, desde a política até a economia, a literatura, a cultura etc. Sabendo da importância disso para a sociedade, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) publicou o *Tomo Consagrado à Exposição Commemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil*. Um dos principais objetivos dessa edição especial era a elaboração de um inventário completo da imprensa no país, que contemplasse todos os jornais até então publicados, no período que compreendia de 1808 até 31 de dezembro de 1907. Traçados esses ideais, cada estado brasileiro teria um responsável pela organização do seu catálogo. Inúmeras figuras intelectuais e políticas colaborariam na coleta de dados:

Todos esses catálogos, alguns primorosamente elaborados, pantenteam a boa vontade de seus organizadores que prestaram, desse modo, relevantíssimo serviço à bibliografia brasileira e mais digna homenagem à imprensa de nossa terra (REVISTA..., 1908, p. 9-10).

Os responsáveis pela elaboração do catálogo são os intelectuais do período e figuram dentre eles médicos, engenheiros, políticos etc. Alguns exemplos são os próprios membros do IHGB, como Alfredo de Carvalho, representando o estado de Pernambuco, e Romário Martins, no Paraná. Como resultado desse esforço, foi publicado em 1908 um Tomo contendo o catálogo de jornais do Norte e Nordeste e mais um volume introdutório.

Dessa maneira, nota-se uma preocupação do IHGB em deixar registrada a história da imprensa periódica do Brasil em seu centenário, considerando que muito da história do país é revelado através do impresso. Por essa razão, os catálogos ajudam a perceber e revelar muitas das práticas de leitura e a rede de comunicação que começou a se formar por aqui. Apesar de fornecer dados sumários sobre o surgimento de cada jornal em cada cidade ou província, o catálogo ajuda a entender o que Marialva Barbosa (2013, p.69) chama de “explosão da palavra impressa”. Na opinião de Renée Barata Zicman (1985, p.89), a “imprensa é rica em dados e elementos e muitas vezes permite um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais políticas, etc”.

De acordo com Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2012, p.8), “a nação brasileira nasce e cresce com a imprensa” e uma pode explicar a outra. As autoras enfatizam que a imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Pode-se dizer que os jornais revelam aspectos culturais, sociais e políticos em momentos distintos do país, como, por exemplo, da fase colonial até a republicana. Dessa maneira, o catálogo elaborado pela revista IHGB nos revela muitas informações sobre o surgimento da palavra impressa. Por essa razão, faz-se o seguinte questionamento nesta pesquisa: **Como o centenário da imprensa brasileira se encaixa dentro de um conjunto de comemorações inseridas na questão nacional?**

No Brasil, mesmo com o predomínio do analfabetismo, o jornal fez criar uma rede de leitura², pois mesmo através da oralidade as notícias eram repassadas. Para Barbosa (2013, p.78), “a proliferação dos periódicos no território brasileiro diz respeito à função que exercem na construção de uma esfera pública atuante e assumida pelo jornalismo”. Dessa maneira, a palavra impressa se constituía na palavra duradoura. Segundo a autora:

A imprensa servia, portanto, para que os “atos e providências” de diferentes governos chegassem ao conhecimento de todos. Mas os jornais tinham outras funções: definir a posição política adotada; expressar opiniões e juízos de valor; discutir as palavras de ordem do dia; e ampliar conhecimentos, dando aos que manejavam a pena o privilégio de instruir, educar, enfim, levando as *Luzes* àqueles que estavam “imersos nas trevas da ignorância” (BARBOSA, 2013, p.75).

No começo, as publicações eram escassas; entretanto, a partir da década de 1820, houve uma expansão dos impressos devido à relativa liberdade de imprensa. As mudanças políticas influenciaram no aumento do número de periódicos. No ano de 1821, Dom João VI assinou um decreto suspendendo provisoriamente a censura prévia da imprensa, mas somente em 1830 um projeto de lei sobre liberdade de imprensa foi regulamentado e, a partir de então, o circuito de informações atravessava os limites regionais. Para Barbosa (2013, p.65):

Da mesma forma, num circuito de opiniões que cruzavam os limites regionais, aquilo que era impresso nos jornais que proliferarão na corte a

² Seguindo a linha de raciocínio de Barbosa (2013, p.61), pode-se dizer que o universo da leitura ainda era restrito a poucos. Figuravam nessa categoria os homens influenciados pelo “signo das luzes”, como advogados, médicos e profissionais da elite. Estes seriam os “intérpretes da nação”.

partir de 1821 também fazia eco nos que aparecerão inicialmente nos territórios politicamente mais importantes.

A autora complementa:

Do ponto de vista contextual, podemos situar o período entre 1820 a 1840, quando ocorre a explosão da palavra impressa pelo território, como uma época marcada pelo processo da independência, de consolidação da monarquia e da formação do Estado Nacional (BARBOSA, 2013, p.66).

A chegada da Imprensa Régia permitiu, para além de uma proliferação dos impressos, a expansão do mundo letrado, dando novos sentidos ao mundo narrado, mesmo que fosse mesclado com uma cultura oral. Seguindo este ponto de vista, Barbosa (2013, p.97) relembra:

[O] mundo da impressão invadia cidades, vilas, lugares distantes da Corte e pelos periódicos tomava-se conta do que acontecia, não apenas nas províncias, mas em terras distantes. Tomar conhecimento do que estava escrito naqueles impressos era participar do mundo.

O IHGB, percebendo a relevância para a história nacional, pensou na elaboração desses Tomos Comemorativos, visando deixar uma memória da imprensa periódica.

O presente trabalho tem por objetivo mostrar a importância das comemorações e celebrações do centenário da imprensa na construção de uma identidade, bem como da própria história do país. A temática escolhida reflete o anseio de se estudar um pequeno pedaço da palavra impressa na história do país com a vinda da imprensa periódica. Por que se comemorar esse tema e não outro? Por que a imprensa merece ser celebrada pelo IHGB? Essas perguntas só serão respondidas ao se pensar que o jornalismo faz parte do cotidiano dos sujeitos e que estes (mesmo os não letrados) possuem um contato com as notícias.

A palavra impressa, mesmo que tardiamente, passa a tomar conta do dia-a-dia das pessoas no Brasil, que ainda se construía enquanto nação. Todavia, deve-se deixar claro que clandestinamente existiram publicações por aqui, mas a dita palavra impressa oficial vem com a vinda da família real. A dissertação tem como marco o ano de 1908, ano central da comemoração do centenário da imprensa periódica, da vinda da família real e de outros fatos históricos considerados importantes ao se pensar a memória nacional. Contudo, para

analisar a palavra impressa no Brasil ao longo dos seus cem primeiros anos, é preciso falar sobre seu desenvolvimento, que foi no século XIX.

A presente pesquisa começou ainda no ano de 2013, quando se toma contato na modalidade de iniciação científica com catálogos do centenário produzidos pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Em um primeiro momento, a descrição foi o objetivo central da pesquisa e, depois, a coleta de dados quantitativos, para saber em quais estados havia uma maior circulação da imprensa periódica. A análise se estendeu até o ano de 2015, com a procura de mais catálogos e da discussão acerca da relevância destes para a história do Brasil e para a história da imprensa.

Em 2015, já como estudo de mestrado, a pesquisa tomou vários rumos e possibilidades. Contudo, as leituras e direções da pesquisa apontaram para uma problemática: a comemoração. O IHGB festejou o centenário da imprensa assim como outros centenários e acabou produzindo e deixando para a história fontes para futuras pesquisas. Talvez essa seja a maior contribuição do Instituto ao coletar fontes e produzir um catálogo e pensar uma exposição para festejar os cem anos da imprensa. O jornalismo entra aqui não só como fonte, mas como parte da história do Brasil nação, cujo desenvolvimento se deu paralelamente ao desenvolvimento da imprensa. A presente investigação recai não só em uma história da imprensa, mas na História do Brasil. A metodologia empregada foi trabalhar com os conceitos de comemoração e memória, pois através desses eixos se compreendeu a necessidade que se criou em torno da urgência da produção de uma memória da imprensa.

O primeiro capítulo mostra os catálogos comemorativos, apresenta dados e números baseados nas pesquisas dos Tomos, tabelas das cidades a que a imprensa chegou, bem como alguns discursos proferidos pelos intelectuais de cada estado. Dentre os estados contidos no presente trabalho, estão os da região Norte, Nordeste (exceto Bahia), Paraná e São Paulo. Também nesse capítulo vai se tratar do centenário da imprensa na agenda comemorativa republicana, nesse caso a celebração do jornalismo dentro de outras datas. Retoma-se aqui a questão do motivo de se comemorar certas datas e qual o papel da imprensa dentro da construção do imaginário social de modernidade, progresso e identidade. A primeira parte é uma apresentação acompanhada de uma

descrição analítica do documento trazendo elementos fundamentais para compreensão do capítulo posterior.

Já o segundo capítulo trata sobre as questões festivas do centenário da imprensa e seu local de produção (IHGB), sobre os conceitos de comemoração, memória, além de trazer a discussão sobre a inserção do jornalismo na história do país.

CAPÍTULO I - O CENTENÁRIO DA IMPRENSA PERIÓDICA BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA NACIONAL

1.1 História da imprensa pelo IHGB

Pensando na comemoração do centenário da história da imprensa brasileira, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizou uma pesquisa que visava inventariar todos os periódicos existentes em território nacional. Um dos principais desígnios dessa edição especial era a elaboração de um *Tomo* que contemplasse todos os jornais até então publicados no período compreendido de 13 de maio de 1808 até 31 de dezembro de 1907. O escopo da celebração em um primeiro será mostrado através da apresentação das fontes e dos discursos proferidos pelos membros do IHGB ao pensar esse balanço histórico dos cem anos da imprensa periódica.

O surgimento de uma história da imprensa pelo IHGB convergiu em um momento em que se discutiu, dentro da esfera política, a construção da nação. Nesse projeto de construção de um Brasil, as questões como identidade e integração nacional são temas recorrentes. Antes da institucionalização do saber através das Universidades, eram os Institutos os responsáveis pela escrita da história do Brasil.

Guimarães (1988) afirma que o conceito de criação de um instituto histórico foi ligado à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), surgida no ano de 1827, que tinha como marca um espírito iluminista parecido com o de instituições localizadas na Europa no século XVII e XVIII. A SAIN possuía como desígnio o fomento de atividades produtivas, sobretudo na parte do desenvolvimento agrícola.

O nascimento do IHGB se deu em 21 de outubro de 1838. O Instituto funcionou de maneira semelhante ao *Institut Historique de Paris*, fundado quatro anos antes do IHGB. Guimarães (1988, p.9) explica que “o Instituto colocava-se sob a proteção do imperador, proteção esta que terá como expressão uma ajuda financeira”. O IHGB se firmaria como um centro de produção científica e também cultural. O país deveria se projetar como nação não só politicamente, mas culturalmente. Guimarães (2011, p.50) reflete:

À independência política, deveria corresponder, igualmente, uma independência cultural: a questão da identidade brasileira emergiu como tema importante. Nessa época, a análise das bases da nação tornou-se tarefa fundamental dos intelectuais e políticos.

Ainda sobre os objetivos do IHGB, é possível apontar que adquirem contornos mais nítidos nos anos de 1849-1850. O escopo, conforme aponta Guimarães (1988, p.10), era: “Escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do Instituto Histórico”.

Dentre os fundadores do Instituto, encontram-se profissionais do “Estado” ou a serviço da coroa, muitos deles eram, inclusive, nascidos em Portugal. Os perfis variam entre burocratas, profissionais da área do Direito, militares, médicos, dentre outras profissões ou aquilo que Guimarães (1988, p.10) intitula de “elite política imperial” ou, ainda, “agremiação intelectual”. Eram esses sujeitos que escreviam a história nacional, visto que o historiador profissional não existia naquele contexto. Por isso, esses homens do Estado, ou *hommes des lettres*, eram os responsáveis pela escrita da história nacional. Wehling (1994, p.153) aponta que boa parte dos membros fundadores do Instituto formava uma elite política; dos 27 sócios-fundadores, pelo menos nove desempenhavam um papel no Império: ministros, senadores ou conselheiros. A importância da escrita da história passou a ser essencial na construção de uma ideia de nação.

Para além da feitura e produção de uma história nacional ou de uma coleta de fontes primárias, as pesquisas do IHGB possuíam um viés não só político, ideológico e cultural, mas econômico, principalmente no que tange à demarcação de fronteiras, fator essencial para o fortalecimento imperial. O processo de conhecimento do “sertão” ou interior do Brasil fazia parte de um processo maior de exploração que visava à viabilização de novos espaços para cultivo agrícola ou descoberta de riquezas minerais, além de uma possível integração econômica regional.

No seu nascimento, o IHGB possuía um viés calcado nos ideais de ordem e luz, sem, contudo, romper com a monarquia, uma vez que primava por uma identidade obediente aos ideais monárquicos. Conforme aponta Callari (2001, p.60), os intelectuais do Instituto:

Foram responsáveis, portanto, pela produção de um saber na própria época em que a separação entre campos diversos do conhecimento estava se delineando e que a história reivindicava para si um estatuto científico, alicerçado em sólida pesquisa documental. Todo esse esforço foi canalizado para a construção da ideia de nação, buscando no passado exemplos e argumentos que apontassem o caminho glorioso destinado ao Brasil.

Caberia aos historiadores do momento satisfazer os fins morais e políticos da história, já que eles seriam os sujeitos esclarecidos, em uma acepção iluminista do termo.

A Revista do IHGB circula desde 1839 e tem periodicidade trimestral. As publicações se pautavam por inúmeras temáticas, dentre elas, a problemática indígena, as viagens exploratórias no território, além do debate de história regional, visto que a Instituição possuía ramificações em várias regiões do país. Outro foco de atenção eram datas comemorativas ou, ainda, necrológios de figuras importantes da intelectualidade. Algumas comemorações (é o caso do tema do presente trabalho) ficavam em edições especiais, como acontece com o catálogo sobre o centenário da imprensa brasileira.

A missão da Revista do IHGB é a divulgação das produções do corpo social do Instituto, com contribuições de historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos, arquitetos, etnólogos, arqueólogos, museólogos e documentalistas de um modo geral³.

1.1.1 Os Tomos Gerais: o balanço da imprensa em cada estado

Primeiramente, o IHGB publicou uma edição introdutória do *Tomo*⁴ que continha os objetivos do grupo que o organizou, o discurso do presidente, bem como a análise da exposição e da comemoração a partir da visão de alguns membros. A primeira parte possui texto de autoria de Alfredo de Carvalho intitulado “Gêneses e Progresso”, que cita ideias gerais sobre o centenário da imprensa; ele também foi o responsável pela confecção do catálogo comemorativo de Pernambuco, estado nordestino que mais teve títulos impressos nos cem primeiros anos.

³ As edições completas das revistas se encontram digitalizadas e disponíveis para consulta online no site: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb.html>.

⁴ Ver anexos A, B e C.

Se deve portanto, mencionar que esses documentos e discursos mostram uma parte da história, ou seja, um caráter oficial, pois, são fontes e discursos oficiais proferidos e montados a partir de uma instituição como o IHGB. Antes o Instituto era um braço da Monarquia e posteriormente será da República.

A primeira parte do catálogo discorre sobre os primeiros veículos que circularam nos estados, como, por exemplo, a “*Gazeta do Rio de Janeiro*” (primeiro jornal impresso no Brasil, datado de 10 de setembro de 1808), “*Aurora Pernambucana*” (primeiro jornal de Pernambuco, datado de 27 de março de 1821), “*O Constitucional*” (primeiro impresso da Bahia) e “*O Farol Paulistano*” (primeiro jornal de São Paulo, datado de 7 de fevereiro de 1827), dentre outros.

Na mesma edição do *Tomo*, existe um artigo publicado no Jornal “*O Commercio*” em 29 de agosto de 1908 exaltando a importância histórica desse levantamento como “esplendido triumpho para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (REVISTA..., 1908, p.77). No texto, aparece o reconhecimento do esforço daqueles que participaram desse levantamento ao reunir mais de 15 mil espécies de jornais: “Lutando com o indifferentismo de muitos, a má vontade de outros, a inercia de mais alguns, o Sr. Max Fleiuss conseguiu ainda assim reunir mais de quinze mil specimens de jornaes aqui publicados, a partir de 1808” (REVISTA..., 1908, p.78).

Dentre os resultados encontrados, foram contabilizados 5.277 títulos de periódicos somente nas regiões norte e nordeste. A publicação comemorativa contou com 821 páginas e continha aspectos gerais, como ano, cidade, nome da publicação, durabilidade, posicionamento político. Alguns títulos considerados mais importantes continham uma síntese histórica sobre todos os elementos já mencionados, mas com o acréscimo de um texto mais descritivo, com mais riqueza de detalhes.

Da listagem [tabela I], o estado que mais se destaca é Pernambuco, com 1.622 publicações⁵, seguido de Ceará, com 947; já o Pará apresenta 697 periódicos. Dos outros locais, Alagoas somou 471 jornais; no Amazonas, o número foi de 347; Maranhão, 308; Rio Grande do Norte, 255; Sergipe, 226;

⁵ O que representa 30,73% do total das publicações do Nordeste.

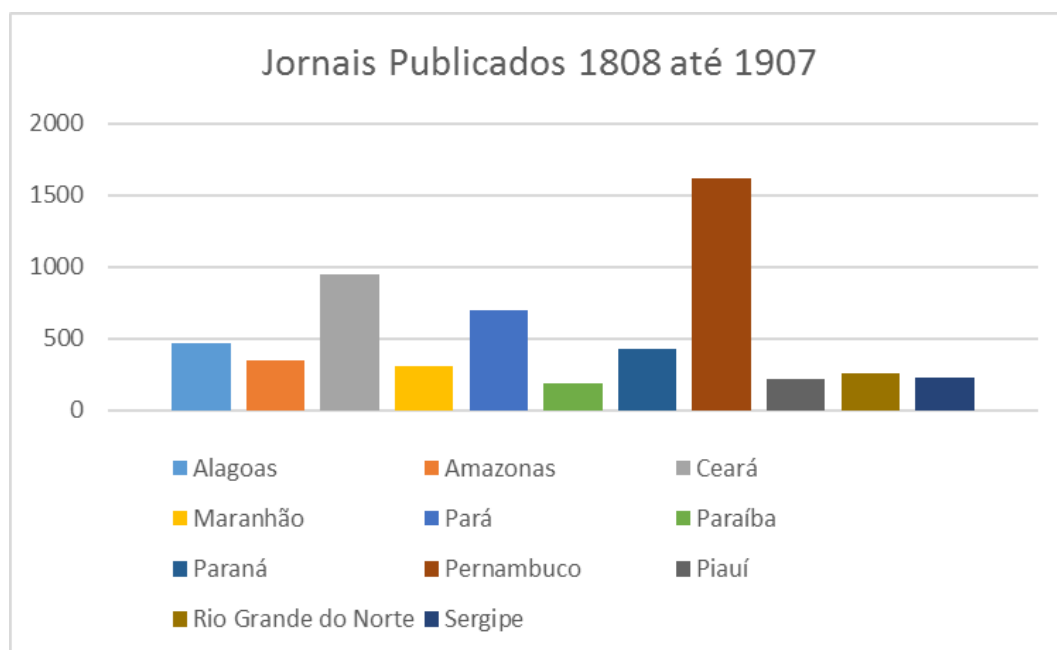
Piauí, 219; e Paraíba, 185 [gráfico I]. Do número aproximado de jornais publicados no país, levando em consideração as regiões Norte e Nordeste, temos que 35,18% do total dos periódicos publicados no país foram dessa região.

Tabela 1 : Número de títulos de jornais de acordo com os catálogos comemorativos

Estado	Número de impressos
Alagoas	471
Amazonas	347
Ceará	947
Maranhão	308
Pará	697
Paraíba	185
Paraná	425
Pernambuco	1622
Piauí	219
Rio Grande do Norte	255
Sergipe	226
Total	5277

Fonte: Tomo Consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil - parte II volume I.

Gráfico 1 – Jornais publicados 1808 até 1907



Fonte: Tomo Consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil - parte II volume I.

Dentre os responsáveis pelas pesquisas e produções dos catálogos comemorativos regionais, figuram o coronel João Baptista de Faria e Souza, pelo Amazonas; Dr. Manoel de Mello Cardozo Barata, responsável pelo catálogo do Pará; Dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, pelo Maranhão; Dr. Abdias Neves, responsável pelo Piauí; Dr. Barão de Studart, no Ceará; Dr. Luiz Fernandes, no Rio Grande do Norte; Dr. Diogenes Caldas elaborou o catálogo da Paraíba; Dr. Alfredo Ferreira de Carvalho cuidou de Pernambuco e Bahia; Dr. Manoel Balthasar Pereira Diégue, responsável pelo Alagoas; Desembargador Armindo Guaraná, pelo Sergipe; Dr. José Vieira Fazenda elaborou a parte do Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro; Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa ficou encarregado pelo estado de São Paulo; Coronel Alfredo Romário Martins, no Paraná; 1º Tenente Lucas Arthur Boiteux, responsável por Santa Catarina; Dr. Victor Silva, pelo Rio Grande do Sul; Dr. Antonio Augusto de Lima, por Minas Gerais; Bernardo Horta cuidou do estado do Espírito Santo; Dr. Joaquim Xavier Guimarães Natal, por Goiás, e, por fim, Dr. Estevão de Mendonça, pelo Mato Grosso. Vale ressaltar que esses nomes tinham destaque ao pertencer a uma esfera da sociedade letrada; todos

pertenciam ao IHGB como membros ou sócios correspondentes nos seus respectivos estados.

Tabela 2: Profissões dos responsáveis pela elaboração dos catálogos

Nome	Profissão/ função	Estado
Alfredo Ferreira de Carvalho	Engenheiro	Pernambuco
Romário Martins	Diretor de museu, político, jornalista, historiador	Paraná
João Baptista de Faria e Souza	Coronel	Amazonas
Dr. Manoel de Mello Cardozo Barata	Político, formado em Direito	Pará
Dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro	Promotor, professor, juiz	Maranhão
Dr. Abdias Neves	Juiz, político, escritor, jornalista e professor	Piauí
Dr. Barão de Studart	Médico	Ceará
Dr. Luiz Fernandes	Sem informação	Rio Grande do Norte
Dr. Diogenes Caldas	Bacharel em Direito	Paraíba
Alfredo Ferreira de Carvalho	Engenheiro	Bahia
Dr. Manoel Balthasar Pereira Diégue	Professor	Alagoas
Armindo Guaraná	Bacharel em Direito	Sergipe
Dr. José Vieira Fazenda	Médico, político e bibliotecário	Distrito Federal
Dr. José Vieira Fazenda	Médico, político e bibliotecário	Rio de Janeiro
Lucas Arthur Boiteux	Jornalista, advogado e político	Santa Catarina
Dr. Antonio Augusto de Lima	Jornalista, professor e profissional do Direito	Minas Gerais
Dr. Victor Silva	Sem informações	Rio Grande do Sul

Nome	Profissão/função	Estado
Bernardo Horta	Formado em Humanidades e Farmácia; também foi político	Espírito Santo
Dr. Joaquim Xavier Guimarães Natal	Advogado e político	Goiás
Dr. Estevão de Mendonça	Sem informação	Mato Grosso

A partir dos dados contidos na tabela II acima, nota-se que boa parte dos envolvidos nesse projeto é de denominados doutores ou, ainda, possuidores de títulos oligárquicos, como Barão, Coronel, ou da área militar, como tenente. Muitos dos responsáveis pela coleta regional eram ligados a áreas do saber intituladas por Edmundo Campos Coelho (1999) de profissões imperiais, como, por exemplo: médicos, advogados, engenheiros etc. De acordo com Teun A. Van. Dijk (2015, p.23) é o que se podem chamar de meios de produção controlados por “elites simbólicas”, ou seja, grupos que exercem poder a partir do capital simbólico, em uma acepção de Bourdieu.

Coelho (1999) traz na sua obra os possíveis significados do termo profissão. Dentre as acepções, pode-se dizer que, nesse contexto, as profissões expressam uma atividade especializada que supõe determinado preparo, todavia, no caso dos homens selecionados pelo IHGB, entram no que Coelho (1999, p.23) chama de “atividade ou ocupação especializada que encerra certo prestígio pelo caráter social ou intelectual”. Na maioria das vezes, a alcunha de “doutor” vinha das suas formações consideradas de prestígio ou pela importância que cada um tinha na política. Todos os sócios citados na tabela deveriam elaborar um catálogo metódico de seu estado e enviar para o IHGB, bem como recolher esses títulos para a exposição, de modo que ficassem posteriormente disponíveis para consulta e futuras pesquisas.

No entanto, o projeto de publicação ficou incompleto, pois não foram encontradas as publicações das regiões Sudeste (exceto São Paulo, que foi publicada em 1914), Sul (exceto Paraná, publicada em 1908) e Centro-Oeste. Deve-se mencionar o fato de que Pernambuco, mesmo sendo incluído no Tomo da Região Nordeste, teve um catálogo próprio produzido por Alfredo de Carvalho. A proposta inicial seria dividir em dois volumes, entretanto, só se

encontrou o primeiro. O segundo volume, não localizado, deveria conter os seguintes estados: Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Não se sabe os motivos da sua não publicação; também não se encontra digitalizado no site oficial do IHGB.

Nos próximos subcapítulos da dissertação, iremos tratar de todos os estados contemplados no primeiro volume, mostrando os principais títulos e um pouco da história da imprensa de cada um. Nem todos os estados pesquisados continham uma análise do autor do levantamento sobre a comemoração do centenário, todavia, é possível conhecer um pouco da palavra impressa de cada região através das breves informações fornecidas pelo Tomo elaborado pelo IHGB.

1.1.1.1 Amazonas

O volume I começa pelo estado do Amazonas. O território tornou-se província do Império em 5 de setembro de 1850. O responsável pela reunião de informações sobre a imprensa amazonense, João Baptista de Faria e Souza, conseguiu contabilizar 347 títulos.

A imprensa chegou por lá no ano de 1851 e teve como primeiro título o jornal *“Cinco de Setembro”*. O primeiro número foi editado no dia 3 de maio, na cidade de Barra do Rio Negro, e tinha como proprietário o “Senhor Tenente Manoel da Silva Ramos”, conforme aparece na revista de 1908, considerado o fundador da imprensa amazonense.

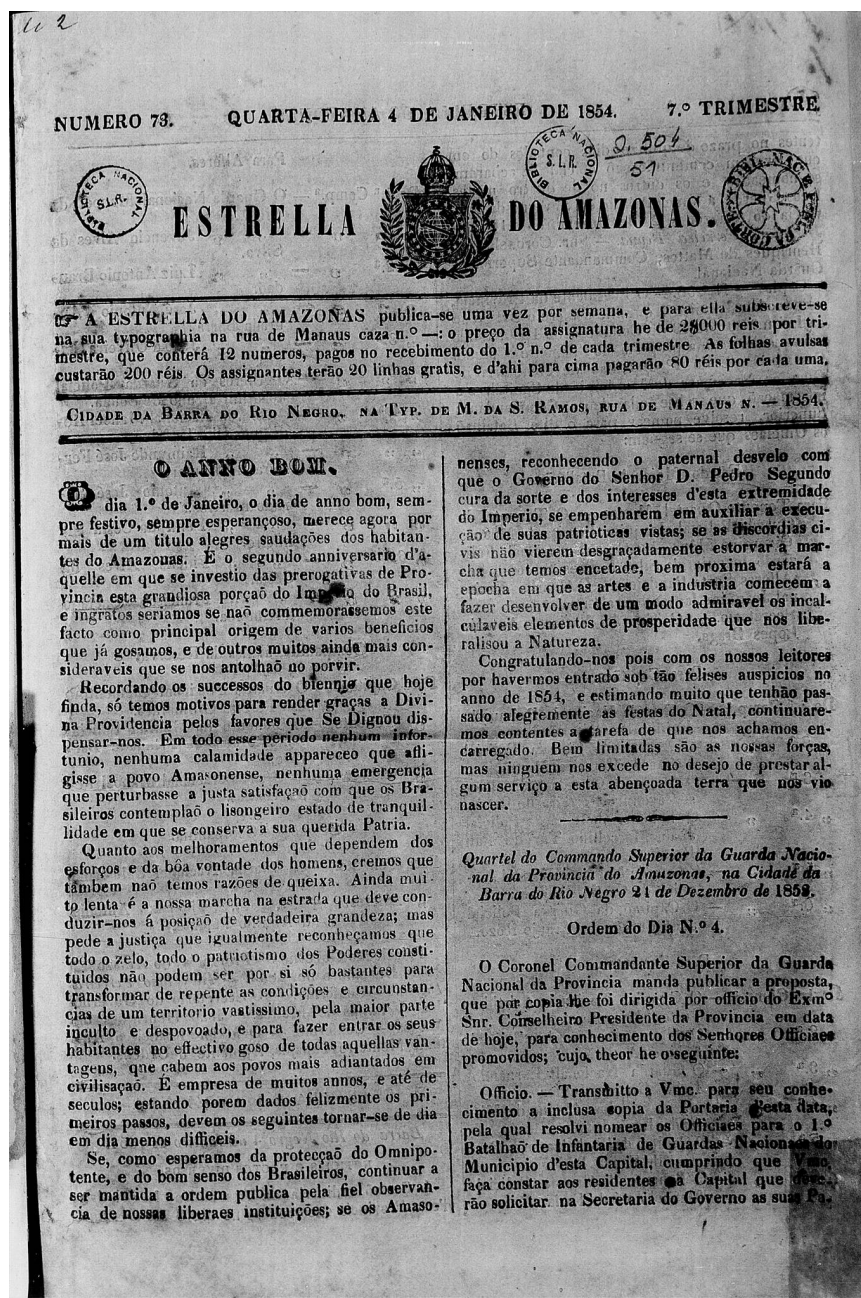
No ano seguinte (1852), outro periódico surge com o nome de *“Estrella do Amazonas”* [Imagem I] cujo editorial aparece no Tomo elaborado pelo IHGB. Uma das propostas apresentadas pelo editorial era de que a publicação tivesse informações “instrutivas e uteis” (REVISTA..., 1908, p.9), além de contar com o apoio do governo da província. O jornal coloca o povo amazonense como “briosos amazonenses” (REVISTA..., 1908, p.9).

Os outros títulos começam a aparecer a partir de 1859, havendo aí um hiato de sete anos sem novos periódicos. O jornal que apareceu na sequência foi *“O Vigilante”*, seguido por *“O Chechéo”*. No ano de 1862, nasce *“O Catechista”*, este considerado importante por exercer influência política e

literária, chegando a projetar nomes de “homens que mais tarde vieram a ocupar, como o Barão de Ladario, posições eminentes no paiz” (REVISTA..., 1908, p.10).

A lista prossegue com jornais cujos títulos já podem sugerir seu posicionamento político, como, por exemplo, “*O progressista*”, de 1863; “*A Reforma Liberal*”, datado de 1868; “*O Monarchista*”, de 1870; “*Liberal do Amazonas*”, de 1873; “*A Democracia*” e “*Echo Militar*” (Revista), ambos do ano de 1878. Havia também jornais que não traziam explicitamente no título um posicionamento político, questão que acabava, no entanto, aparecendo nos editoriais. Um exemplo é o “*Jornal do Amazonas*”, criado em 1875, cujo escopo era ser porta-voz do partido conservador, pregando “a federação monarquista” (REVISTA..., 1908, p.15). Havia também um jornal especial que homenageava uma figura marcante da história do Brasil: Tiradentes. A publicação “*Vinte e Um de Abril*” teve apenas uma edição no ano de 1882. Mais para o final do período Monárquico, surgiram no estado do Amazonas títulos como “*O Abolicionista do Amazonas*”, de 1884, e “*A Luz da Verdade*” e “*A Voz da Razão*”, ambos de 1889.

Imagem 1: Segundo jornal surgido no Amazonas (1854)



Fonte: Hemeroteca digital

Para além da imprensa política, existiram também jornais mais voltados para os aspectos econômicos, como o “Mercantil”, surgido em 1868. Um ano depois, tem-se o “Jornal do Commercio” e “Commercio do Amazonas”, este último destacado pelo IHGB como sendo de uma imprensa neutra, além de “o jornal de maior circulação e aquelle que criou as raízes mais profundas do

Amazonas” e é descrito ainda que, fora da província, “era o mais preferido” (REVISTA..., 1908, p.13).

Dentre inúmeros desaparecimentos e surgimentos, o *Commercio do Amazonas* foi o responsável pelo início da imprensa diária, pela criação do serviço telegráfico e, ainda, pelas “ilustrações, estampando retratos de homens notáveis do Brasil e da Europa, vistas de edifícios, paisagens, lugares de importância” (REVISTA..., 1908, p.13) etc.

Após a proclamação da República, surgiram mais títulos, como “*O Tribuno do Povo*”, “*O Porvir*”, “*O Restaurador*”, “*Índice do Commercio*” e “*O Imparcial*”, todos de 1890. A repetição de nomes também era comum: “*Jornal do Commercio*”, “*Cinco de Setembro*”, “*Órgão de Notícias*” aparecem inúmeras vezes no catálogo do centenário.

Jornais e revistas dedicados à cultura e à arte em geral também existiram. Dentre os exemplos, podem-se citar “*O Boato Teatral*”, de 1898; “*Revista Theatral*”, nascida em 1900, e “*Polyantéa*”, do mesmo ano. Esse último foi uma homenagem à memória de um maestro chamado Adelmo Francisco do Nascimento. Outros exemplos são o periódico “*Lettras e Artes*”, de 1904, e “*O Theatro*”, datado de 1906.

Publicações em idioma estrangeiro também circulavam em território amazonense. Destacam-se títulos espanhóis e italianos, por exemplo: “*El Hispano Amazonense*” e “*La Voz de España*”, surgidos em 1901; “*Centro Español*” e “*El Español*”, do ano de 1903. Dentre os números italianos, temos: “*L’Italiano*” e “*La Stella D’ Italia*”, também de 1901.

Ainda sobre a imprensa amazonense, o IHGB revelava que no começo as publicações eram “anti-estéticas, nada interessantes, e ainda sim, circulavam vencendo as dificuldades que cercam todos os grandes cometimentos em seu início” (REVISTA..., 1908, p.52). Todavia, a partir da década de 70 do século XIX, os impressos mostravam uma “feição mais cuidada, com noticiário mais desenvolvido” (REVISTA..., 1908, p.53).

Enumeram-se também as publicações do que seria o território acreano com seis jornais. A cidade que teve maior presença da palavra impressa foi Manaus, com 347 títulos, seguida de Manicoré (Rio Madeira), com oito títulos [tabela III]. No Amazonas, a palavra impressa teve sua explosão no período

Republicano, pois nessa época surgiram 241 jornais, contra 106 do regime monárquico.

Tabela 3: Cidades a que a imprensa chegou (Amazonas)

Nome da cidade	Número de Jornais
Barcellos (Rio Negro)	2
Coary (Rio Solimões)	1
Humaytá (Rio Madeira)	2
Itacoatiára (Baixo Amazonas)	5
Labrea (Rio Purús)	8
Manicoré (Rio Madeira)	8
Manacapurú (Rio Solimões)	1
Manáos (Capital)	347
Parintins (Baixo Amazonas)	3
São Joaquim (Rio Negro)	3
Teffé (Rio Solimões)	1
Território Federal do Acre	6
Total:	347

Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo Consagrado ao Centenário da Imprensa Periódica Brasileira, 1908.

Em 1908, ano de comemoração do centenário, o responsável pelo catálogo manauense revela a relevância da imprensa para a região: “os jornaes manauenses de hoje são atraentes, bem feitos, preenchendo a exigências do tempo. São escriptos com proficiencia e maestria e nelles trabalham e tem trabalhado jornalistas de valor” (REVISTA..., 1908, p.60). Por fim, a questão do progresso através da imprensa é reafirmada quando o autor do catálogo aponta: “visando fins grandiosos é uma das forças do crescente progresso desta região a favor da qual exercita a sua poderosa actividade” (REVISTA..., 1908, p.60).

1.1.1.2 Pará

No estado do Pará⁶, o encarregado pelo inventário foi o “Dr. Manoel de Mello Cardozo Barata”, que contabilizou 697 jornais. A imprensa paraense começou em 1822, e boa parte dos primeiros impressos tinha um cunho político. Um dos primeiros foi o “*O Luso Paraense*” (1822), caracterizado como imprensa constitucional do “orgam do partido que sustentava a união do Pará a Portugal e a adesão da província ao governo constitucional ali estabelecido” (REVISTA..., 1908, p.96). O mesmo se seguiu de outros títulos, como “*O Independente*”, surgido em 1823 como parte da imprensa Imperial redigida pelo padre João Lourenço de Sousa.

Durante o período monárquico, seguiram-se vários outros exemplos de títulos políticos, como o “*Verdadeiro independente*” (1824), órgão do partido constitucional moderado, e “*A Voz das Amazonas*” (1827), também fazendo parte do governo.

Entre outros veículos políticos se destacaram:

Tabela 4: Veículos políticos do Pará

Título	Ano	Posicionamento editorial
O Brasileiro Fiel á Nação e ao imperador	1829	Sem descrição
O Sagitário	1829	“orgam dos liberaes moderados”
Orpheu Paraense	1831	“orgam da Camara Municipal” e redigido pelo Cônego Baptista Campos classificado como parte da facção ou partido da “força bruta”
A Opinião	1831	“orgam dos liberais moderados e dos amigos da ordem, em oposição á facção exaltada e perturbadora, chefiada pelo cônego Baptista Campos”
Echo Independente	1831	“Orgam da União Liberal e Independente”
O Despertador	1832	“Orgam do partido constitucional moderado, e creado para restabelecer a ordem publica e sustentar o credito do governo”

⁶ Ver anexo D.

Título	Ano	Posicionamento editorial
Correio dos Pobres	1851	“aquelle que é insensível às calamidades de sua Patria, não está mui longe de ser traidor
O Futuro	1872	“Orgão das idéias republicanas”

Fonte: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro 1908. Tomo Consagrado ao Centenário da Imprensa Periódica Brasileira, 1908.

Para além dos jornais de cunho político, havia os periódicos literários. Por exemplo, “*O Jardim Literário*” (1850), “*O Adejo Literario*” (1855), “*Curupyra*” (1861), classificado como um jornal crítico, poético e romântico. Havia também o “*Recreio da Tarde*” (1861), “*A Bomba*” (1862), “*O Guarajá*” (1860) – descrito como jornal jocoso, poético e recreativo – e a “*Lanterna*” (1871), com as mesmas características de “*O Guarajá*”, mas com o acréscimo do predicado “burlesco”.

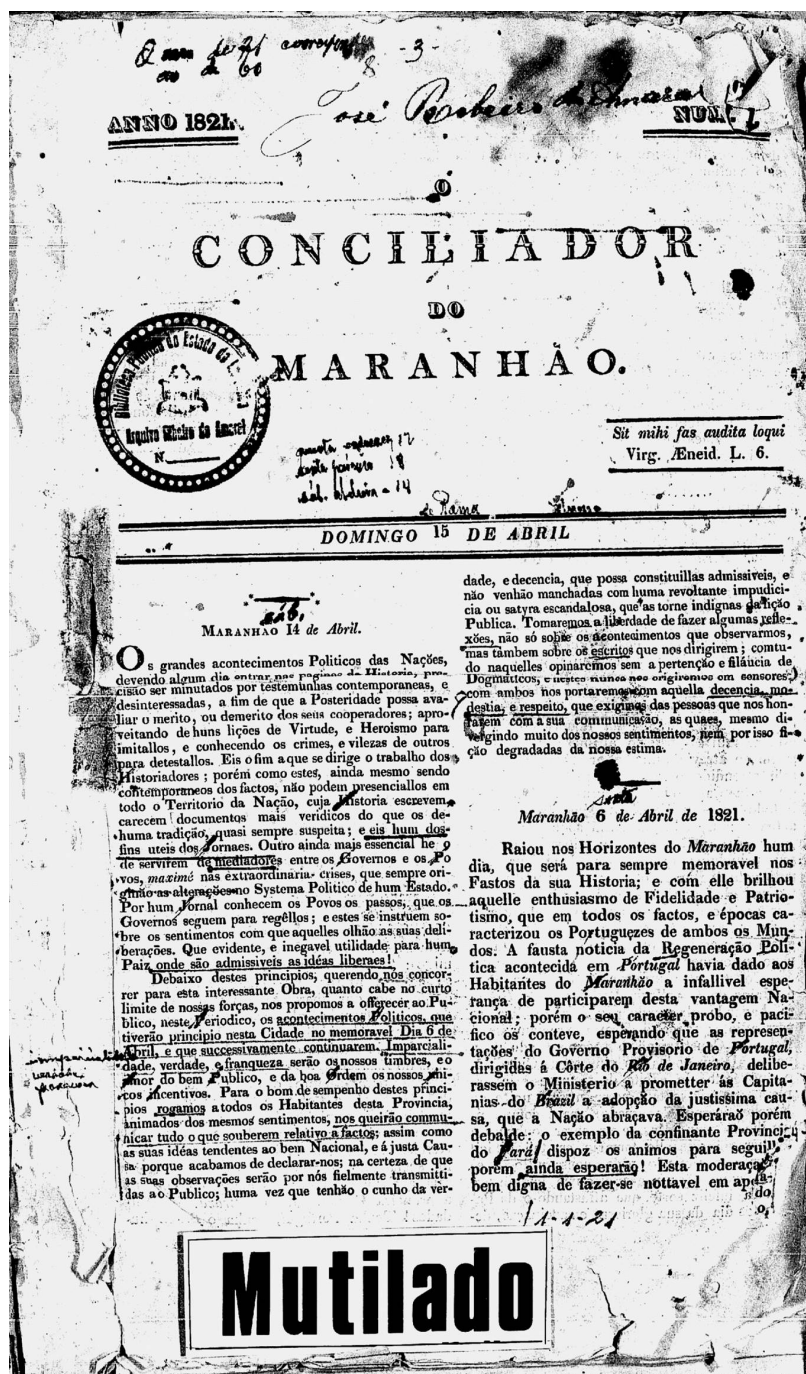
O Pará também se destacou por haver jornais religiosos, dentre os quais figuraram: “*A Trombeta do Santuário*” (1851), “*A Estrella do Norte*” (1863) – sob auspícios do Bispo do Pará, D. Antonio de Macedo Costa –, “*A União Catholica*” e “*O Apologista Christão Brasileiro*”, ambos de 1890. Mas no Pará também existiram publicações anticlericais: “*A Inquisição*”, datada de 1871, com duração de um ano, e “*Santo Officio*”, surgida em 1871, que durou cinco anos. A Imprensa na região chegou a mais 29 cidades, totalizando 92 títulos, fora os 595 da capital. Nenhuma análise posterior sobre a comemoração foi feita pelo responsável pela coleta paraense, o qual apenas trouxe os títulos e dados básicos de um inventário.

1.1.1.3 Maranhão e Ceará

O responsável pelo Catálogo Maranhense foi o sócio efetivo do IHGB “Dr. Augusto Olympia Viveiras”, o qual contabilizou 308 títulos no período que vai de 1821 até 1908. O primeiro jornal [imagem II] chamava-se “*O Conciliador do Maranhão*” e surgiu em 1821, na cidade de São Luiz; tinha como redator-chefe o “oficial maior” da Secretaria do Governo da Capitania, ou seja, tratava-se de um periódico voltado ao governo.

Assim como nos outros lugares, constatou-se no Maranhão uma variedade de impressos políticos, todavia, nesse estado, os responsáveis pela redação do jornalismo local eram exaltados por serem figuras “ilustres” da região. Prova disso é o jornal “*Farol Maranhense*” (1827), que tinha “sob a redação de uma das glórias do jornalismo maranhense, o inesquecível José Cândido de Moraes e Silva, vulgarmente conhecido pelo nome de seu jornal” (REVISTA..., 1908, p.165). Outro exemplo é “*O Maranhense*” (1825), que tinha no comando o “conhecido philologo Francisco Sotero dos Reis” (REVISTA..., 1908, p.165); o “*Papirote*” (1826), com a redação do senhor José Bernardes Befort Serra, conhecido por ser “um literato que se distinguia pelo seu fino humorismo” (REVISTA..., 1908, p.165).

Imagem 2: Primeiro jornal do estado do Maranhão (1821)



Fonte: Hemeroteca Digital

Já o periódico “Argos da Lei” (1825) foi redigido pelo “notável homem de letras, insigne latinista Manoel Odorico Mendes” (REVISTA..., 1908, p.164) e o jornal “O Bemtevi” (1838) teve como redator o ex-deputado Estevão Raphael de Carvalho, que tinha como característica “espírito critico e mordaz,

inteligência tão brilhante quanto cultivada, e muito conhecido pelas suas excentricidades” (REVISTA..., 1908, p.170).

O número de jornais religiosos é verificado em quase todos os estados contemplados pelo catálogo comemorativo, e o Maranhão não saiu da regra, com o jornal “*Palmatória Semanal*” (1822) redigido pelo Padre José Antonio Ferreira da Cruz Tezinho; o periódico “*O Ecclesiastico*” (1852), que tinha como responsáveis os cônegos Raymundo Alves dos Santos e Francisco José dos Reis; “*Christianismo*” (1854), redigido pelo cônego Dr. Manoel Tavares da Silva; “*Fé*” (1864); “*Exposição Evangelica*” (1864); dentre outros.

Averiguou-se no Maranhão a presença de alguns jornais econômicos e comerciais: “*Correio de Annuncios*” (1838), “*Jornal do Commercio*” (1858) e “*Globo*” (1852), destinado à economia rural, por exemplo. Notou-se também a forte presença de jornais literários: “*Jornal de Instruccção e de recreio*” (1845); *Jornal do Timon* (1852), no qual destacou-se João Francisco Lisboa, considerado no catálogo como um dos “principais prosadores da língua portuguesa” (REVISTA..., 1908, p.177); além destes, existiram a publicação “*Marmotinha*” (1852), “*O Artista*” (1859), “*Semanario Maranhense*” (1867), “*Juvenilia*” (1869) e “*A Ideia*” (1893), que era o órgão do Grêmio Literário do Maranhão.

Fora do eixo da capital São Luiz, a imprensa chegou às cidades listadas na tabela a seguir:

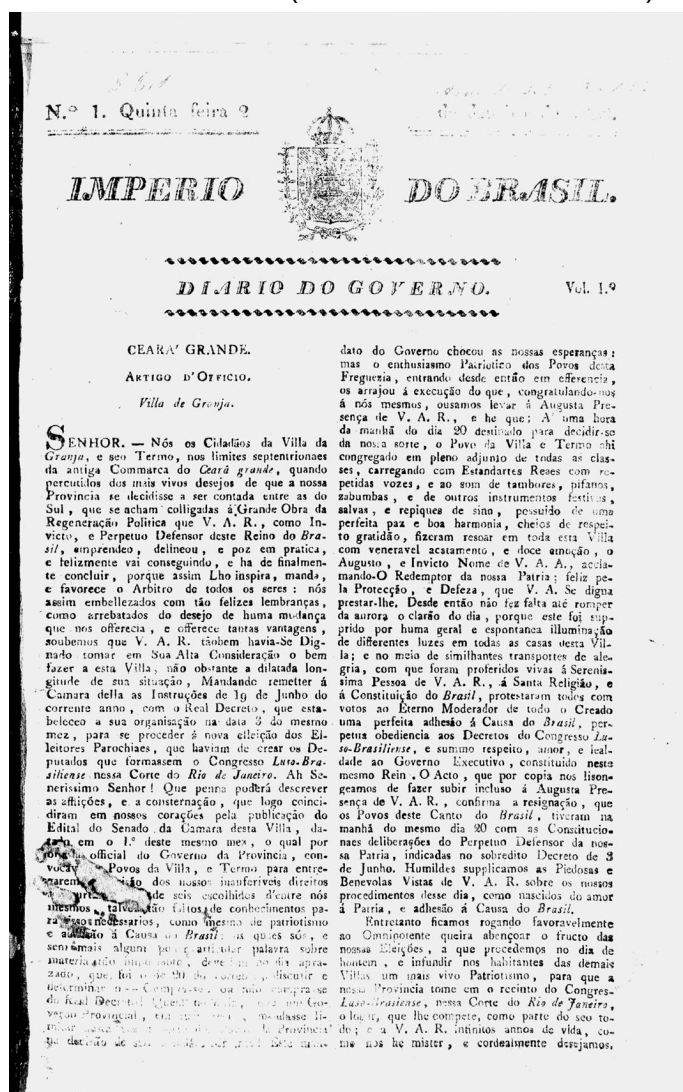
Tabela 5: Cidades Maranhenses a que a imprensa chegou

Cidade	Número de títulos
Caxias	40
Rosário	3
Vianna	5
Barra do Corda	4
Picos	3
Codó	4
Brejo	1

Fonte: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro 1908. Tomo Consagrado ao Centenário da Imprensa Periódica Brasileira, 1908.

Assim como no Pará, na parte do *Tomo* destinada ao Maranhão não há qualquer análise posterior aos jornais mencionados, somente informações dos títulos. Já no Ceará, a confecção do catálogo coube ao sócio correspondente do IHGB “Barão de Studart”, que coletou 947 títulos. O primeiro título surgido no estado foi “*Diário do Governo do Ceará*”, em 1823 [imagem III]; outros jornais só irão aparecer nos anos de 1825, com “*O Cearense*”, e 1829, com “*O Diário Cearense*”.

Imagem 3: Diário do Governo (Estado do Ceará – 1823)



Fonte: Hemeroteca Digital

O começo da imprensa cearense é semelhante ao de outros locais brasileiros, com muitos títulos políticos, tais como “*Diário do Conselho Geral da Província do Ceará*” (1829), “*Semanário Constitucional*” (1830), “*A Opposição Constitucional*” (1836), “*D. Pedro II*” (1840), dentre outros. “*O Clarim da*

Liberdade” (1831) trazia como epígrafe o seguinte verso (REVISTA..., 1908, p.228):

Constante denodado
No meu clarim eu cantarei
Ou a pátria federada
Ou a vida perderei

Assim como nos outras localidades, o Ceará contou com jornais literários; por exemplo, “*O Sol*”, publicado em 1856; “*A semana*”, de 1859; “*O peregrino*” (1862); “*A juventude*” (1864); “*Lyra Cearense*” (1872); “*O Meirinho*” (1872); “*A opinião*” (1872); “*A Brisa*” (1875); “*Coração do Ceará*” (1902), dentre outros. Dos jornais religiosos, podem-se citar “*A Tribuna Catholica*” (1866) e a “*Voz da Religião do Cariry*” (1868).

1.1.1.4 Piauí e Paraíba

A imprensa no estado do Piauí iniciou suas atividades em 1835, e o respectivo catálogo foi organizado pelo “Dr. Abadias Neves”. De todos os mencionados da Região Norte e Nordeste, esse estado foi o mais objetivo; apenas alguns títulos traziam dados mais apurados.

O primeiro jornal a aparecer foi “*Correio da Assembleia Legislativa do Piauhy*”, em 1835 [imagem IV]. O Tomo não traz quase nenhuma informação a respeito dele e só cita o nome, ano e o que parece ser a cidade: Oieiras. O que chama a atenção na imprensa piauiense é o tempo levado para o segundo e o terceiro jornais aparecerem. Somente após quatro anos surge o sucessor do “*Correio da Assembleia Legislativa do Piauhy*”, denominado “*Telegrapho*” (1839). O terceiro e o quarto impressos levam ainda mais tempo e só chegam em 1848, quando foram impressos os periódicos “*O Constitucional*” e o “*Analytico*” (1848).

No Piauí, os nomes de alguns títulos, assim como nos outros estados já mencionados, trazem consigo certos posicionamentos políticos. Dentre eles, cabe destacar: “*O Echo Liberal*” (1849), “*O Liberal Piauhyense*” (1860), “*O Conservador*” (1862), “*O Democrata*” (1890) e “*O Republica*” (1896). Nas informações sobre o Piauí, as cidades aparecem misturadas, ou seja, os dados não são apresentados com os títulos separados por municípios. Existe apenas uma sequência cronológica, mas os lugares estão misturados. As cidades que

apareceram foram a capital “Therezina”, Oeiras, Parnayba, União e Amarante. Ao todo aparecem nos catálogos as informações de 219 títulos.

Imagem 4: Primeiro jornal do estado do Piauí (1835)



Fonte: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/outrosestados/O%20CORREIO%200%20DA%20ASSEMBLEIA%20LEGISLATIVA%20DA%20PROVINCIA%20DO%20PIAUHY%20-%201835.pdf>

Já o estado da Paraíba apresenta como responsável o “Dr. Diogenes Caldas”, cuja coleta resultou na soma de 185 títulos. Assim como no Piauí, o

catálogo é bem objetivo, não havendo uma divisão por cidades. O primeiro título foi a “*Gazeta do Governo da Parahyba do Norte*”, surgida em 1826.

Um dos poucos jornais que foram mais detalhados foi o “*O Argos Parahybano*” (1850), cuja epígrafe estava exposta no catálogo com a seguinte frase: “o progresso da intelligencia é inevitável havendo liberdade de falar, escrever e publicar o que se pensa” (REVISTA..., 1908, p.372). Era considerado um jornal político, comercial e literário e sua durabilidade foi de quatro anos. Semelhante ao do Piauí, o catálogo paraibano primou pela objetividade do intelectual responsável, de modo que de muitos jornais constam apenas o nome e o ano de surgimento.

1.1.1.5 Rio Grande do Norte

O estado do Rio Grande do Norte teve como responsável o “Dr. Luiz Fernandes”, que contabilizou 255 títulos. No começo do catálogo constava uma notícia histórica e os motivos do atraso da palavra impressa por lá. Dizia o autor que, até fins do primeiro quartel do século XIX, a imprensa era completamente desconhecida no Rio Grande do Norte, fazendo estagnar a vida intelectual do estado por culpa dos governadores.

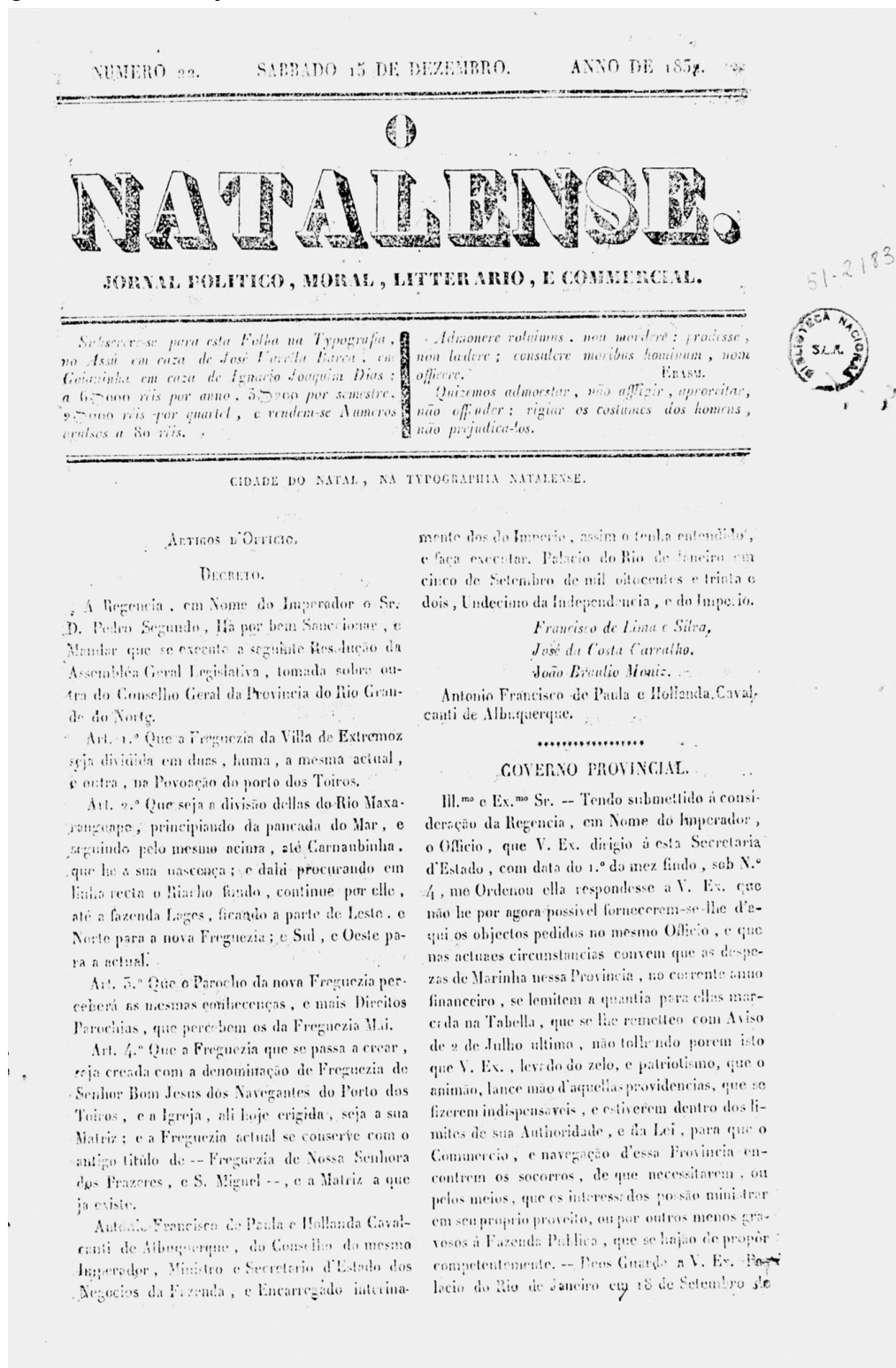
Passada a independência do Brasil, a imprensa dá as caras no estado, trazendo, segundo Fernandes (REVISTA..., 1908, p.323), a difusão de luz e ideias. Para o autor, “a imprensa impunha-se como um meio prompto, sinão de diffundir a luz e trocar idéas” (REVISTA..., 1908, p.223). Todavia, o primeiro jornal só foi aparecer no estado dez anos pós-independência: “*O Natalense*” [imagem V] surgiu em 1832 na cidade de Natal e tinha perfil político, moral, literário e comercial.

Como nos outras localidades do Brasil, houve também uma forte imprensa política. Alguns dos exemplos mencionados são: “*O Constitucional Nortista*” (1851), “*O Conservador*” (1869), “*O Liberal*” (1872), “*A Liberdade*” (1885), “*A Republica*” (1889), dentre outros.

Quanto aos títulos doutrinários e religiosos, destacam-se “*A Luz*” (1873), destinado à causa da maçonaria; “*O Espírita*” (1875), órgão de difusão das ideias espíritas; e “*O Pastor*” (1893), cujo objetivo era a difusão do

pensamento evangélico. Não se verificou uma análise posterior do autor nem um índice dos jornais, somente um inventário sumário de cada periódico.

Imagem 5: Primeiro jornal do Rio Grande do Norte – 1832



1.1.1.6 Alagoas e Sergipe

O inventário alagoano ficou a cargo do sócio correspondente e orador do Instituto “Dr. Joaquim Thomaz Pereira Diegues”, que coletou 471 títulos e os dividiu de maneira diferente em comparação com os outros responsáveis. Seguindo uma história política do Brasil, Diegues procurou organizar a partir de “períodos” de nossa história, trazendo um diferencial para o catálogo comemorativo, uma vez que divide didaticamente os distintos momentos pelo qual a imprensa e o país passaram.

A divisão proposta por Diegues faz com que se possa visualizar a maneira como a imprensa alagoana se desenvolveu em paralelo com a história política dos partidos e seus pensamentos. A primeira parte é intitulada “Menoridade: Governo regenciaes”; a segunda é “a maioria”; a terceira intitula-se “Regimen Republicano”.

Antes de cada jornal mencionado, há um sumário introdutório explicativo do contexto político da época, que, de certa maneira, ajuda a explicar o surgimento de títulos no estado. O primeiro sumário explana sobre os efeitos da abdicação em Alagoas, as expansões do partido nacional, a sociedade patriótica e defensora da Independência e, por fim, a fundação da Imprensa e do jornalismo atrelada a todos esses fatores no estado alagoano.

Tendo em vista essa divisão, o autor começa seu catálogo com o primeiro jornal alagoano, intitulado “*Iris Alagoense*”, surgido em 17 de agosto de 1831, seguido do periódico “*Federalista Alagoense*”, de 22 de fevereiro de 1832 [imagem VI]. Até 1845, apareceram somente oito jornais. No ano de 1850, os veículos começam a aparecer novamente, sendo “*O Correio Maceioense*” (1850) o primeiro deles. Outro exemplo foi o jornal “*O Apóstolo*”, datado de 1851, cujo escopo era “ser propagandista de idéas republicanas” (REVISTA..., 1908, p.198).

Imagem 6: Segundo título a aparecer em Alagoas (*O Federalista Alagoense* – 1832)



Ao todo foram quinze cidades alagoanas em que a imprensa esteve presente, conforme se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 6: Cidades alagoanas que tiveram jornais

Cidade	Número de títulos
Alagoas	3
Cururipe	1
Maceió	326
Muricy	1
Palmeira dos Índios	1
Pão de Açúcar	13
Passo de Camaragibe	12
Penedo	45
Pillar	45
Piranhas	1
São Luiz de Quitunde	2
São Miguel dos Campos	2
Traipú	3
União	4
Viçosa	10

Fonte: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro 1908. Tomo Consagrado ao Centenário da Imprensa Periódica Brasileira, 1908.

O catálogo alagoano teve ainda um índice por ordem alfabética dos títulos, bem como o ano de surgimento e a localidade.

A parte sergipana coube ao desembargador Manoel Armino Cordeiro Guaraná, cujo balanço foi de 227 títulos. O primeiro deles foi o jornal oficial, político e literário chamado “*O Correio Sergipense*”, em 1835 [imagem VII]. Assim como nos outros lugares, o começo da imprensa sergipana teve títulos políticos, todavia, os jornais literários tiveram destaque, como “*A Epocha*” (1859), “*A Borboleta*” (1859), “*O Porvir*” (1872), “*O Bouquet*” (1876), “*A Luz*” (1877), “*Luz Matinal*” (1882), “*O Bello Sexo*” (1882), dentre outros.

Imagem 7: Primeiro impresso do estado de Sergipe intitulado "Correio Sergipense" – 1835

P. A. de Carvalho Lima Junior

ESTRE L

NUMERO 169.



CORREIO SERGIPENSE.

FOLHA OFFICIAL, POLITICA, E LITERARIA.

IMPRESSA NA TYPOGRAPHIA PROVINCIAL DE SERGIPE.

CORREIO SERGIPENSE publica-se ás
sextas-feiras, e ásbiblos não se publicam.
Dispensado a assignatura deste jornal.
De cada por anno, 5000 por semestre, e
sempre por trimestre pagos adiantados. Os
antes ter. huma columna folia, todos
os pagos 100 rs. por linha; os differen-
tes pagos que se mandarem publicar por es-
ta folha, contendo responsabilidade, deverão
ser autenticados com as formalidades da lei;
e os que de fóra da Capital, serão endereça-
dos ao Redactor em carta franca de porte.

PARTIDA DOS CORREIOS.

Para a Bahia no 1.º, a 11, e 21.
V. de S. corro, Lar*, Maroim,
de ab. Div. a Pastora, S. Amaro,
Propria, Porto da Folha, e
L. de Cuba, a 3 e a 18.
Estancia, S. Luzia, eltab*, 14, e 29.
Campos, Lagarto, eltabaquinha, 8 e 23.

Sede justos, se quereis ser livres.
Sede unidos, se quereis ser fortes.
(Washington.)

FEVEREIRO.

Dia Santo de guarda	não ha.
• Dispensado	a 25.
• de grande galla	
• de pequena galla	não ha.
• Feriado	

QUARTA FEIRA 19 DE FEVEREIRO DE 1840.

PARTE OFFICIAL.

DIVERSAS ESTAÇÕES.

Ilm. e Exm. Sr. — Achando-se o Ex. Sr. lente desta Provincia, o Sr. Dr. Agostinho de Azevedo Neves, prezo e incommunicavel no Palácio da Presidencia, em consequencia de huma ordem que teve lugar na Capital da mesma no 27 do mez proximo passado, e assumi-competentemente na Villa de Maceió as re- do Governo o 1.º Vice-Presidente, o Sr. João Lins Vieira Cancianção do Senimbu, con- que me fez sciente por officio de 30 do mez de 1839, me incumbio de manter a ordem nesta Comarca, e de prestar todos os auxilios ao meo e aos Commandantes das Forças, que de data mandava reunir nesta Comarca para a ordem na Capital, e pôr em li- de o Ex. Presidente, quando seja neces- para isso chamadas; porém como acon- não ter mais que 50 armas nesta Comarca, e as Guardas Nacionais, numero de 100, muito diminuto, e que nas actuaes e fancias não pode ser augmentado pelo Governo; em me lembrei de recorrer a V. Ex. como Administrador de uma Provincia vizin- pedindo, caso seja possível, o armamento de 1000 armas, que possam apparecer as execuções de V. Ex. Sr. Vice-Presidente, quando determinar a marcha contra a Capital. Pos- assegurar a V. Ex. o meu zelo, e do Sr. Commandante Superior João da Silva

Mainard, que nesta occasião tãobem officia a V. Ex. a respeito das armas que nos for con- fiadas, as quaes serão distribuidas, se preciso for, pelos guardas de mais conceito, e que estejam em estado de fazer boa a sua entrega. Deste passo que dou levado pelo desejo de ver restabelecida a ordem na Capital, e o Ex. Presidente na Administração da Provincia, passo a dar parte ao Ex. Sr. Vice-Presidente, que não poderá deixar de observar que me ordena aqui pester minha consideração a prompta reuniao das Tropas.

Não perco tão boa occasião para assegurar a V. Ex. o meo fraco apoio, a tudo, que for tendente ao Serviço dessa Provincia, e ao particular de V. Ex.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos. Penêdo 5 de Novembro de 1839. — Ilm. e Ex. Sr. Presidente da Provincia de Sergipe. — Antonio Gonsalves Martins, Juiz de Direito do Penêdo.

— Ilm. Sr. — De ordem d'Assembléa Legislativa Provincial envio a V. S. o requerimento junto, que offerecido á consideração da mesma, por um de seus Membros, fóra approvado; afim de que levando-o á presença do Ilm. e Exm. Sr. Presidente, possa o mesmo Sr. dar as providen- cias para que se consiga o fim que a mesma As- sembléa teve em vista.

Deos Guarde a V. S. Paço da Assembléa Legis- lativa Provincial de Sergipe 15 de Fevereiro de 1840. — Ilm. Sr. Secretario do Governo, B. Diniz de Villas-boas. — O 1.º Secretario, B. Diniz José Pereira Guimarães.

A imprensa chegou ao todo a treze cidades (tabela VII):

Tabela 7: Cidades com jornais em Sergipe

Cidade	Número de jornais
Aracajú	136
Capella	4
Estancia	37
Itabaianinha	2
Lagarto	1
Larangeiras	16
Maroim	10
Propriá	1
Rosário	1
Santo Amaro	2
S. Christovão	7
Simão Dias	2
Villa Nova	2

Fonte: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro 1908. Tomo Consagrado ao Centenário da Imprensa Periódica Brasileira, 1908.

A parte sergipana ainda contou com um índice alfabético dos títulos encontrados, seguindo os critérios do IHGB, mas também não possuiu uma análise ou uma nota do autor, como nos estados de Alagoas e Amazonas.

1.2 A produção comemorativa regional: os catálogos avulsos

Quanto às publicações dos catálogos regionais, pode-se afirmar que alguns periódicos ganham uma descrição mais detalhada, sem contar que no início de cada catálogo existe uma genealogia da imprensa do estado ou até mesmo mundial. A publicação da imprensa paulista remonta à história da imprensa desde os primórdios.

Tanto o inventário paulista como o pernambucano são mais detalhados e trazem informações sobre a história de cada jornal. Além disso, contemplam uma análise feita pelo intelectual responsável, a qual fala sobre os objetivos

desse levantamento de dados, bem como contam um pouco da história da imprensa no Brasil. Já o do Paraná prima pela objetividade, sem uma análise aprofundada.

Todos os catálogos regionais encontrados são bem parecidos no que tange ao conteúdo, pois trazem informações preliminares sobre cada jornal, tais como cidade, ano de publicação, periodicidade; alguns contam também com observações sobre o perfil do periódico, sua história, posicionamento político, fundador. Entretanto, alguns títulos vinham sem maiores detalhes, apenas com o nome do periódico. Nota-se que essas publicações pareciam seguir o modelo proposto pelo IHGB, quase sem alterações no estilo da escrita.

Havia também, a título ilustrativo, algumas notícias, encontradas tanto na capa quanto na parte interna, e, às vezes, transcrição da proposta editorial dos periódicos. Ainda sobre as editorias, pode-se afirmar que eram bem diversificadas, sendo alguns periódicos de cunho político, econômico, cultural, científico etc.

A exaltação da imprensa estava presente nos tomos gerais, e não seria diferente nos regionais. Os jornais são os protagonistas desse centenário, que demonstrava que eles foram, em cem anos, uma força cultural e social. Os catálogos regionais permitiam ver, para além dos títulos, um pouco da história do próprio estado. No catálogo de Romário Martins sobre imprensa paranaense, por exemplo, há algumas informações sobre a história do estado já na introdução.

O catálogo do estado de Pernambuco começa com uma advertência sobre a dificuldade de se escrever uma história da imprensa. O autor responsável, Alfredo de Carvalho (1908a, p.7), avalia que: “a história de um paiz é evidentemente empresa de realização tão desejável quão dificultosa”.

1.2.1 *Pernambuco*

Apesar de contemplado no volume I do Tomo das comemorações do centenário da Imprensa, o estado de Pernambuco ganhou uma edição própria⁷. O responsável, Alfredo de Carvalho, publicou no mesmo ano de 1908 sua versão com mais de 600 páginas sobre o jornalismo pernambucano. Já na

⁷ Ver anexo E.

capa da publicação existe uma diferença em relação aos outros catálogos, pois Carvalho o apresenta como “dados históricos e bibliográficos”. Na página seguinte, existem mais detalhes sobre o catálogo, no qual aparece a contribuição do Estado de Pernambuco, tendo como ordem a publicação pelo senhor desembargador Sigimundo Antonio Gonçalves, o então governador de Pernambuco.

O catálogo de Pernambuco começa com uma advertência sobre as dificuldades de se elaborar um estudo sobre a imprensa do país. Há ainda um momento em que Carvalho fala sobre o papel do historiador na época como aquele “capaz de abranger, de compreender, e de apreciar no conjunto a evolução inteira da imprensa do país” (CARVALHO, 1908a, p.8).

Na contribuição Pernambucana ao centenário da imprensa, há um indício de que a ideia de se comemorar o centenário, bem como de inventariar o jornalismo pernambucano, já vinha de dez anos antes da sua publicação. Alfredo de Carvalho (1908a, p.9) revela, ainda, na advertência que precede ao catálogo, as seguintes informações:

Neste intuito há dez anos que solicitamos notícias, examinamos coleccções e reunimos apontamentos, e que agora apresentamos coordenados de acordo com o seguinte plano: 1º Estudo preliminar sobre a gênese e os progressos da arte typografica em Pernambuco; 2º A bibliografia histórica do respectivo jornalismo, contendo de cada espécie, na ordem do aparecimento, o título, o sub-título, a localidade, a typographia, o impressor, o anno, o formato, a data do primeiro e do ultimo numero, a descripção do emblema, ou da vinheta, a ephigraphe, ou divisa, a periodicidade da publicação, o preço da assinatura e numero avulso, a tiragem, os nomes dos redactores, colaboradores, os proprietários e gerentes, o programma, a orientação, as tendências, enfim, todas as informações desejaveis e...possiveis; 3º Dados estatísticos dos jornais publicados em Pernambuco desde 1821 e a sua distribuição pelas localidades e pelos anos que appareceram; 4º Um indice onomástico que permitiria achar facilmente o jornal desejado.

Todos esses dados vão de acordo com a proposta do IHGB, mas com o acréscimo de mais detalhes. As dificuldades na obtenção de todas as informações foram relatadas por Carvalho (1908a, p.9), o qual declara que “não nos foi possível observar rigorosamente esse plano em todas as miudezas”, contudo, o autor afirma que antes os erros na apuração do que a negligência de não se apurar.

Depois da advertência, existe uma segunda capa no catálogo pernambucano. Para além da gênese e progresso da imprensa de lá, tem como título: “gêneses e progressos da arte tipográfica em Pernambuco”, ampliando o espectro da importância da imprensa e elevando ao nível de arte. Dali em diante, Carvalho faz uma genealogia da imprensa no mundo, com início no século XV. Diferente do volume I parte I e do volume I parte II do Tomo Consagrado ao centenário da imprensa, Carvalho aborda como foi a circulação de títulos em terras brasileiras.

A comemoração do centenário da imprensa periódica brasileira leva em consideração um ponto que foi sublinhado por Carvalho (1908a, p.11) no Tomo Pernambucano: o ineditismo de se pesquisar e inventariar a imprensa brasileira. Festejar o centenário através da pesquisa fez os intelectuais responsáveis se depararem com fontes inéditas que revelam mais do que a própria história do jornalismo periódico, também a do Brasil. Carvalho (1908, p.11) aponta que lhe coube “explorar jazidas opulentas de material, ainda virgens de qualquer investigação, onde colhemos farta mêsse de elementos inéditos”.

Os festejos do centenário da imprensa, bem como da chegada da tipografia no Brasil, são considerados como grande triunfo do progresso. Prova disso é o relato de Carvalho nos *Annaes da Imprensa Pernambucana* (1908, p. 31): “sendo, pois a typografia uma das mais uteis invenções, e a que mais contribuiu para adiantar e propagar os conhecimentos humanos”.

O estado de Pernambuco foi o que mais teve jornais dentre os lugares citados pelo volume II do Tomo, com 1.619 títulos. Também dos locais presentes no catálogo do centenário, foi o que teve o maior número de cidades a que a imprensa chegou, totalizando 41 [tabela VIII].

Tabela 8: cidades pernambucanas que tiveram imprensa

Cidade	Número de títulos
Afogados	2
Água Preta	1
Apipucos	1

Cidade	Número de títulos
Areias	1
Barreiros	1
Barro	1
Bebedouro	1
Bom-Conselho	1
Bom Jardim	1
Bonito	1
Cabo	8
Camaragibe	1
Canhotinho	3
Caruarú	8
Chá de Carpina	1
Escada	14
Garanhuns	1
Gloria de Goytá	1
Glycerio	1
Goyanna	18
Gravatá	2
Ipojuca	1
Jaboatão	5
Limoeiro	7
Nazareth	13
Olinda	13
Palmares	29
Palmeira de Garanhuns	1
Pau d'Alho	2
Paulista	1
Pesqueira	2
Petrolina	1
Quipapá	6
Recife	1416
S. Bento	1

Cidade	Número de títulos
S. Lourenço	3
Tamandaré	1
Tigipió	3
Timbaúba	2
Victoria	41

Fonte: Annaes da Imprensa Pernambucana (1908, p.620)

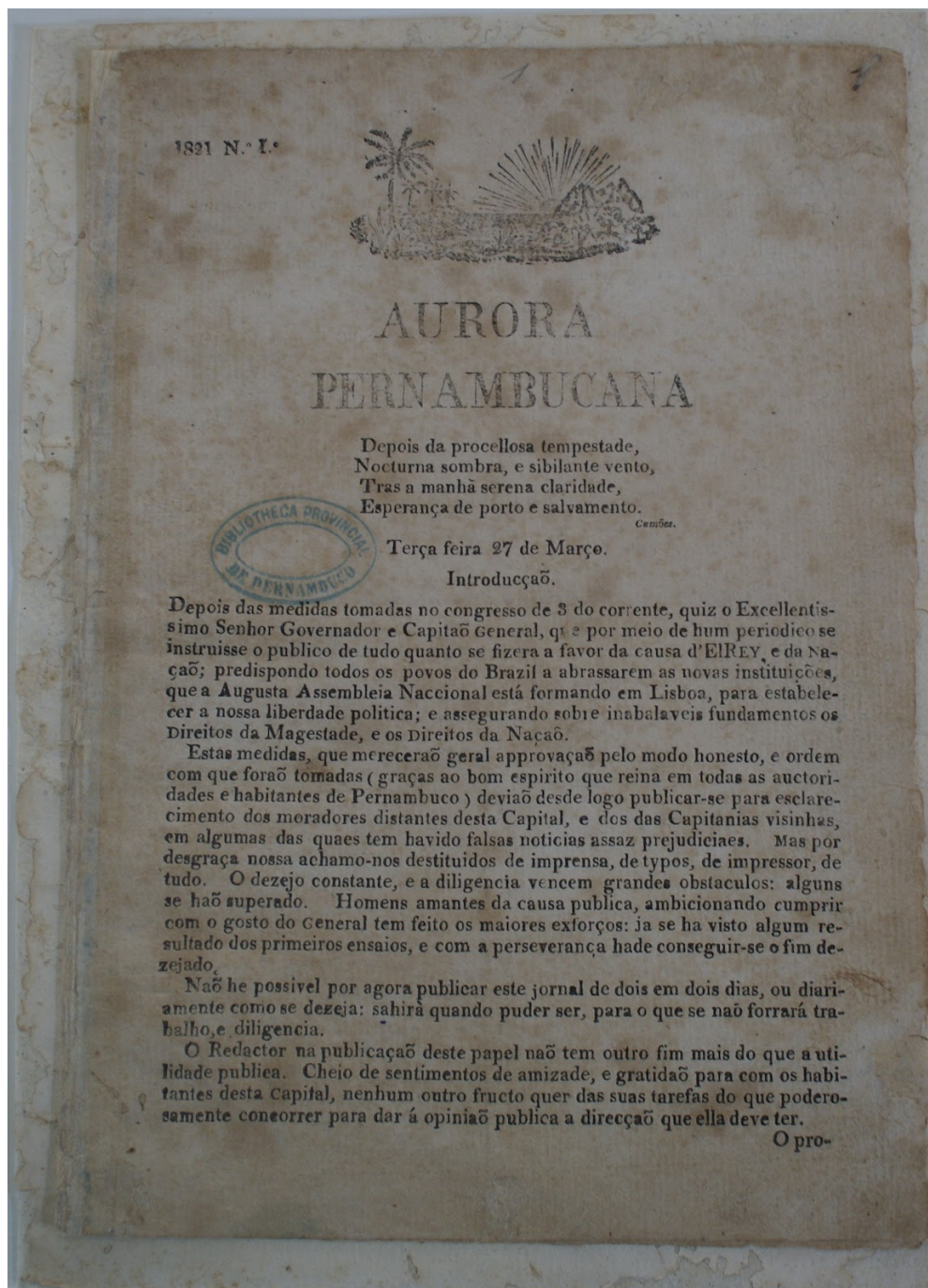
O primeiro jornal a ser impresso foi na capital, Recife, em 1821, com o título de *“Aurora Pernambucana”* [imagem VIII]. Foi um periódico criado sob os auspícios do governador Luiz do Rego Barreto, com redação do seu secretário, Rodrigo da Fonseca Magalhães, denominado por Carvalho (1908a, p.60) como “moço portuguez que pelos seus elevados talentos e pela illustração, devia mais tarde atttingir culminante posição política no reino”. O segundo título surgiu no mesmo ano com o nome de *“Segarrega”*, seguido pelo *“Relator Verdadeiro”*, também de 1821.

Por ter uma variedade grande de jornais, o Pernambuco teve todo gênero de impressos: política, economia, religião, arte e cultura etc. Dentre os veículos políticos, podem-se citar *“Gazeta Extraordinária do Governo”* (1822), *“Gazeta do Governo Temporário”* (1822), *“Diário da Junta do Governo”* (1823), *“Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco”* (1823), *“Escudo da Liberdade do Brazil”* (1823), e outros. Ainda sobre os impressos políticos, cabe destacar *“Dezengano aos Brasileiros”*, de 1824, que tinha como responsável o português João Soares Lisboa, o qual, no relato de Carvalho (1908a, p.91), “foi um dos homens que mais esforçada e sinceramente pugnaram pela nossa emancipação política”. Outra publicação mencionada por Carvalho é *“O Republicano Federativo”* (1835), denominado como “ensaio jornalístico do tresloucado propagandista da republica universal, João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão” (CARVALHO, 1908a, p.160).

Um dos jornais que mais lugar ocupou nos *Annaes da Imprensa Pernambucana* foi o *“Diário de Pernambuco”*, com aproximadamente 30 páginas. Tal espaço se deve à durabilidade do periódico: foi publicado por mais de oito décadas. Para Carvalho (1908a, p.122), era possível conhecer a história de Pernambuco através desse impresso:

Orgam das necessidades e dos interesses, das aspirações e dos direitos de três gerações, registro quotidiano de mais décadas, o *Diario de Pernambuco* é um repositório inexaurível de factos instructivos da nossa evolução cultural, e suas volumosas colleccções constituem a mais preciosa e abundante documentação para a historia de Pernambuco no século XIX [...].

Imagem 8: Primeiro jornal do Estado de Pernambuco 1821



Fonte: <http://agendaculturaldorecife.blogspot.com.br/2012/08/bibliotecas-do-mes-de-agosto-de-2012.html>

Outro diferencial do catálogo comemorativo de Pernambuco em relação aos outros é que o seu autor traz mais excertos dos jornais coletados. Um exemplo é dado através do jornal “*Bússola da verdade*”, publicado em 1831. Carvalho (1908, p.134) transcreveu uma epígrafe contida no periódico no Tomo:

Da Liberdade o Norte Mostrarei,
A despeito de tudo quanto he vão:
Ou com ella como Aristides,
Ou com ella morrer como Catão

Em vários títulos compilados pelo catálogo, existe a transcrição de um trecho do jornal inventariado. Um modelo é o periódico raro⁸ dedicado ao comércio, “*O Mercúrio*” (1831), cuja descrição era a seguinte:

As populações mais laboriosas são as mais respeitáveis, as mais bem vestidas, nutridas e governadas, e por consequência as mais pacíficas; porque o commercio e a indústria são amantes das luzes, e por estas que mantem a dignidade dos homens, e o respeito devido aos seus direitos (CARVALHO, 1908a, p.140-141).

Alguns jornais traziam como epígrafe inicial pensamentos que ilustravam o posicionamento dos periódicos, como no caso de “*O Conciliador Pernambucano*” (1831), que teve como redator o acadêmico Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, de “pronunciada feição revolucionária”, conforme Carvalho (1908a, p.141). A epígrafe do jornal citava Voltaire⁹:

Descends du hant des cieux auguste verité
Raponds sur mes écrits ta force et ta clarté:
C'est à toi de montrer aux yeux nations
Les coupables effets de leurs divisions
Dis comme la discorde a troublée nos provinces
Dis les malheurs du peuple et le fautes des princes (CARVALHO, 1908a, p.141)

A imprensa pernambucana, assim como a dos outros estados, é bem diversa, com títulos literários, econômicos e humorísticos, como “*O Cagalume*”

⁸ Apontado por Alfredo de Carvalho como edição rara.

⁹ Tradução nossa: “Desce dos céus verdade assombrada agosto
Escrevendo sua força e clareza:
É para você mostrar os olhos nações
Os efeitos culpados de suas divisões
Diga como a discórdia tem incomodado nossas províncias
Dizem os males do povo e dos pecados de príncipes”.

(1835). Também marcaram presença os jornais religiosos. Um deles foi “*O Echo da Religião e do Império*” (1835), que trazia como objetivo: “Nós ensinamos, que em vez de introduzir a impiedade da Lei, he preciso que a Lei seja fundada na Religião; que em vez de tirar as paixões a cadeia única que as comprime, he preciso reforçar-a” (CARVALHO, 1908a, p.167).

Outro estilo jornalístico verificado foi um periódico específico sobre novelas intitulado “*Relator de Novellas*”, destinado ao entretenimento de todas aquelas pessoas apaixonadas por ler “novellas, com especialidade o bello sexo” (CARVALHO, 1908a, p.168). Dentre os títulos especializados, incluíam-se os escritos médicos dos “*Annaes da Medicina Pernambucana*” (1842); o científico e literário “*O Phileidemon*” (1846); “*O Annunciante*” (1846), que publicava unicamente anúncios comerciais de compra, venda, aluguéis, fugas, leilões, residências etc.

Nota-se que o estado de Pernambuco teve o maior desenvolvimento de todos os estados contemplados no volume II do catálogo comemorativo. Tanto que ganhou uma publicação à parte, mais detalhada, seguindo praticamente à risca as recomendações do IHGB.

1.2.2 *Paraná*¹⁰

No estado do Paraná¹¹, o responsável pela confecção do catálogo foi Alfredo Romário Martins (mais conhecido apenas como Romário Martins). O título da publicação foi: *Catalogo de jornaes publicados no Paraná de 1854 a 1907*.

O primeiro jornal a circular pelo território paranaense foi o “*O Dezenove de Dezembro*”, no ano de 1854 [imagem IX]. Segundo Romário Martins (1908, p.6): “Realizado o anseio justissimo dos curytibanos, e installada a Provincia em 19 de Dezembro de 1853, a 1º de Abril do anno seguinte aqui surgia, promissora, a Imprensa”. A capital Curitiba obteve o maior número de títulos, 282, seguida da cidade portuária de Paranaguá, com 62, e a interiorana Ponta Grossa, em terceiro lugar, com 13 títulos [tabela IX].

¹⁰ Este subcapítulo tem como base Costa; Denipoti, 2016.

¹¹ Ver anexo F.

Tabela 9 - Número de periódicos e cidades em que a imprensa existiu no PR

Cidade	Número de jornais
Antonina	12
Campo Largo	3
Castro	10
Campo do Tenente	1
Curitiba	282
Deodoro	1
Entre Rios	1
Guarapuava	7
Jacarezinho	1
Lapa	10
Morretes	12
Palmas	1
Palmeira	3
Paranaguá	62
Ponta Grossa	13
São José dos Pinhais	1
São Matheus	1
Tamandaré	1
Triunpho	1
União da Vitória	1
Xapeco	1
TOTAL	425

Fonte: Catálogo de jornais paranaense

Segundo Hanne Leopoldine Pisnisk, os jornais paranaenses constituíam-se em ferramentas dissipadoras não apenas de informações e conhecimentos, mas de ideias e ideologias, sobretudo, no que tange à política. A autora mostra também uma parte do funcionamento da cultura e da circulação impressa do estado. Sobre o catálogo paranaense de jornais, Pisnisk afirma (2014, p.3):

Ao analisar profundamente o catálogo, de início já se pode notar a importância que esses jornais tinham como uma ferramenta disseminadora de ideias e informação, sendo vários os jornais que circulavam pela província de Curitiba e também as demais “afastadas” de Curitiba. Ou seja, esses jornais não são apenas fontes para estudos da época, mas fazem parte da cultura do Paraná e da cultura jornalística, não apenas do Paraná, mas do Brasil.

Pisnisk (2014, p.3) ainda revela que:

Com essas informações, pode-se perceber a importância da palavra escrita como um construtor de ideologias da época, os jornais não eram apenas a forma mais eficaz de trazer informações dos acontecimentos que ocorriam e claro, um grande formador de

opinião, mas também faz parte da cultura tanto da escrita, quanto do próprio povo e esses jornais citados no catálogo são fontes imprescindíveis para o entendimento e estudo do que se passava em tal época.

Imagem 9: Primeiro jornal a circular no Paraná (1854)



O DEZENOVE DE DEZEMBRO.



ANNO I.
SABBADO, 8 DE ABRIL DE 1854.
N.º 2.

O DEZENOVE DE DEZEMBRO, propriedade de Candido Martins Lopes, publica-se todos os sabbados, e para elle subcreve-se em casa do proprietario, na cidade de Curitiba, rua das Flores n. 13. Os annuncios dos srs. assignantes pagão uma modica retribuição, e dos que não forem 100 rs. por linha. Communicados, correspondencias e outras publicações conforme o ajuste. Folha avulsa 160 réis.	PREÇOS DA ASSIGNATURA. <i>Pagos adiantados:</i> Por anno..... 8 \$ 000 Por semestre..... 4 \$ 000 Por trimestre..... 2 \$ 500 PARTIDA DOS CORREIOS. Os correios no mez de abril partirão para a marinha nos dias 3, 10, 17 e 24, e para o interior nos dias antecedentes a estes. As malas fechão-se nas vespas da partida dos correios.	DESIGNAÇÃO DAS AUDIENCIAS. <i>Governo da provincia</i> — S. Ex.ª o sr. conselheiro presidente da provincia da audiencia todos os dias uteis, desde as 10 horas da manhã ate ao meio dia. <i>Chefe de Policia</i> — O Dr. chefe de policia todos os dias uteis, a todas as horas. <i>Quarta Feira</i> — Aud. do juiz de direito as 10 horas. <i>Quinta Feira</i> — Aud. do juiz municipal as 10 horas, do juiz commercial as 11, e do delegado de policia ao meio dia. <i>Sexta Feira</i> — Aud. do juiz d'orphãos as 10 h. <i>Sabbado</i> — Aud. do juiz de direito as 10 h.
---	---	--

PARTE OFFICIAL.

GOVERNO GERAL.

MINISTERIO DA FAZENDA.

N. 8. — O visconde do Paraná, presidente do tribunal do thesouro nacional, declara ao Sr. inspector da thesouraria da provincia do Paraná, na conformidade do aviso do ministerio do imperio de 29 do mez passado, que os operarios contractados para as colonias militares, quando estiverem licenciados não tem direito á percepção de vencimento algum, e, quando enfermos, se lhes deverá abonar somente metade de seus respectivos jornaes, ou se tratem no hospital da colonia, ou o preferirão fazer em sua casa; como foi determinado pela imperial resolução de consulta do conselho d'estado de 28 de setembro ultimo. Thesouro nacional, em 6 de dezembro de 1853. — *Visconde do Paraná*

— Circular n. 33. — O visconde do Paraná, presidente do tribunal do thesouro nacional, comunica ao Srs inspectores das thesourarias de fazenda, que por convir aos interesses do thesouro, que nas referidas thesourarias te-

nha-se conhecimento das fianças, hypothecas e caucões prestadas á fazenda provincial, afim de se verificarem as condições dos diversos fiadores, e responsaveis á fazenda geral, requisita n'esta data aos governos das provincias que mandem remetter pelas repartições provinciais competentes ás mencionadas thesourarias, copias authenticas de todas as fianças, hypothecas e caucões, tanto das que estiverem actualmente em vigor, como das que para o futuro se prestarem, com os esclarecimentos precisos para saber-se o estado em que se achão taes obrigações. Thesouro nacional, em 14 de dezembro de 1853. — *Visconde do Paraná*.

— Circular n. 35. — O visconde do Paraná, presidente do tribunal do thesouro nacional, declara aos Srs. inspectores das thesourarias de fazenda, que devem considerar como provisórias as lotações dos officios de justiça e beneficios ecclesiasticos, que tem sido remetidas ao thesouro nacional sem os competentes processos, os quaes cumpre, que sejam enviados ao mesmo thesouro, afim de serem examinados e approvados, quando se achem regularmente feitos. Thesouro nacional, em 31 de dezembro de 1853. — *Visconde do Paraná*.

FOLHETIM.

COLOMBA.

ROMANCE DA CORSEGA.

*Ma per far la to vendella,
 Povera, orfana, zitella,
 Senza cugini carnali! —
 Sta signora, vasta anche ella.*

(LAMENT. FUNER. DE NIOLO).

I.

Nos principios d'outubro de 181 e, o coronel irlandez sir Thomas Nevil apcava-se a porta da hospedaria Beauveau em Marselha, recolhendo-se algum tanto desgostoso da sua classica peregrinação á Italia. Acompanhava-o miss Lidia, filha unica, devorada da romantica ambição de se distinguir pela mais pura e requintada originalidade de opinião e de critica. Tudos ajuchavão-se as maravilhas do jardim de Virgilio; ella, para se singularisar, adoptando a

divisa do amigo velho Horacio, o *nihil admirari*, passou com um sorriso sceptico, ou frio, pelos maiores monumentos, ou pelas mais gaudas paisagens. O quadro da *Transfiguração* condemnado por mediocre, e as erupções do Vesuvio assemelhadas aos crassos fogarões das chaminés de Birmingham pintavão o dissabor com que a bella viajante voltava da romaria ao Capitolio e ao Campo Santo. A Italia, coitada! dizia miss Lidia, tinha o insensavel defeito de ser desmaiada, de lhe faltar a cor local. Que horror!

A formosa Lady sahira de Londres com a firme teição de descobrir além dos Alpes antiguidades novas, para á sua chegada alegrar os seus doutos compatriotas. Aquelles délos afilados, mimosos, cor de rosa, por força querião tirar das cinzas dos seculos um objecto raro e admiravel. Vãos desejos! Antes d'ella, nas suas execuções scientificas, os sabios tinham ate pesado o pó das urnas cinerarias. Debalde procurou o thesouro desconhecido da patria de Cesar; a ingrata fortuna, voltando-lhe as costas, nem um desprezivel pucaro de barreadas clarias etruscas lhe concedeu para se consolar de tanta fadiga inutil. Realmente era atroz. Indignada d'estes deveres a bella Lidia revoltou-se contra a Italia e passou-se para a opposição.

Mas o peor de tudo foi ver desfeita na propria hospedaria a unica illusão da sua viagem. Um delicado esboceto da porta pelagica ou cyclope de Liguí, tirado por ella, e trazido com todo o cuidado na persuasão de que escapára ao olho voraz dos pintores apparece-lhe de repente no album de lady Francis Fenwick, entre um soneto còco e uma flor secca, illuminada, para maior opprobrio, a maldicta porta cyclope com a mais barbara profigalidade de côco-terra! Miss Lidia deu a seu esboceto de presente á criada graye, e jurou odio eterno á Italia e a todos os portaes pelagicos!

O catálogo escrito por Romário Martins seguia o modelo do IHGB e continha dados preliminares sobre os jornais que por aqui existiram. Dentre as informações, podem-se encontrar o título, tempo de duração, periodicidade, proprietário, número de páginas, formato, ano, breve história dos periódicos e outras informações básicas. Assim como no volume I do *Tomo*, nem todas as informações eram completas e alguns títulos só traziam cidade, ano e nome do jornal.

O diferencial do estado do Paraná é que foi uma região com uma taxa de imigração elevada na metade do século XIX e no XX, especialmente de alemães, russos, poloneses, ucranianos, italianos. Havia ainda a presença dos portugueses, espanhóis, holandeses, ingleses e franceses. Segundo o historiador Reinaldo Benedito Nishikawa (2014, p.4) relata, a vinda dos imigrantes se deve muito à substituição da mão de obra escravista. De acordo com o autor, no período de 1854 a 1903, chegaram ao país 540.156 portugueses, 1.778.350 italianos, 212.069 espanhóis, 80.342 alemães e 264.587 de outras etnias. A vinda desses imigrantes também contribuiu para o povoamento da região do Paraná.

No final do século XIX, existiu uma vontade entre os governos europeus e brasileiros no que tange à imigração. Nishikawa (2014, p.12) aponta que as primeiras colônias eram constituídas por imigrantes “alemães, italianos, russos, ingleses, franceses, dentre outros. Apesar das dificuldades iniciais, a partir da década de 1870, com a chegada dos polacos, o processo de imigração começa a gerar alguns frutos”. Dentre os benefícios, estava o próprio desenvolvimento do estado em obras públicas, como a abertura de estradas.

Com o desenvolvimento do estado, não demoraram a surgir periódicos voltados a determinadas culturas, dentre as quais a alemã, a italiana e a polonesa [tabela X]. Até o centenário da Imprensa, a capital do Paraná possuiu 282 títulos de jornal, sendo 33 deles publicados em outro idioma, ou seja, 11,70% das publicações. Todos os títulos estrangeiros foram publicados em Curitiba, e em nenhuma das outras 20 cidades em que a imprensa esteve presente houve registro de periódicos em outro dialeto. De acordo com Romário Martins, no “*Catálogo de jornais publicados no Paraná de 1854 a 1907*”, o primeiro a aparecer na capital foi o intitulado “*Der Pionier*”, em 26 de

maio de 1881. Logo depois, mais títulos surgiram, como o “*Deutscher Waltemblatt*”, em 23 de dezembro de 1882; “*Lieblina*”, em 1886, e “*Der Erzaller*” e “*Deutsch Echo*”, no mesmo ano.

Os imigrantes italianos também contaram com publicações em sua língua. Alguns exemplos são “*L'Italia*”, de 1892; “*Il Corriere d'Italia*”, de 8 de junho de 1893; “*Il Lavoratore*”, de 1º de outubro de 1893, e *Corriere del Paraná*, de 1903. Esse último tinha como objetivo ser um semanal dedicado aos interesses do comércio, da lavoura, da indústria e da colônia italiana¹². Já o periódico “*Lo Spauracchio*”, fundado em 1902, visava ser um boletim da sociedade Giuseppe Garibaldi¹³. Romário Martins (1908, p.77) publicou em seu catálogo um excerto do discurso da direção do jornal que dizia: “*Lo Spauracchio, più Che um giornale, sarà um boletino della Società <Giuseppe Garibaldi. Quella Che há sede Nei superbo e maestoso palazzo dell'alto S. Francisco*”. Na imprensa imigrante destacam-se também os jornais poloneses, como o *Prawda*, surgido em 1900 e escrito inteiramente em polonês.

Tabela 10: Títulos de jornais estrangeiros, cidade e ano de surgimento no PR

Nome do periódico	Cidade	Ano
Der Pionier	Curitiba	1881
Deutscher Waltemblatt	Curitiba	1882
Der Franen Lieblina	Curitiba	1886
Deutsch Echo	Curitiba	1886
Der Erzaller	Curitiba	1886
Deutsch Wolkszeitung	Curitiba	1887
Deutscher Blatter	Curitiba	1887
Der Beobachter	Curitiba	1889
Wuterhallemgsblatt	Curitiba	1890
Aus Natch zum Licht	Curitiba	1891
Deutsch Post	Curitiba	1892
L'Italia	Curitiba	1892
Gazeta Polska y Brazilye	Curitiba	1892
Illustrirtes Unterhaltemblatt	Curitiba	1893
Il Corriere d'Italia	Curitiba	1893
Il Lavoratore	Curitiba	1893
Deutscher Zeitung	Curitiba	1896
Die Hummel	Curitiba	1895
Der Franen Liebling	Curitiba	1896

¹² Periódico bilíngue publicado em italiano e português.

¹³ A Associação Giuseppe Garibaldi surgiu no ano de 1883 e tinha por objetivo reunir os imigrantes italianos na capital paranaense.

Nome do periódico	Cidade	Ano
Brasilianisch Bienenpfeg	Curitiba	1897
Kurier Paranski	Curitiba	1897
Zwiaj Kawi	Curitiba	1898
Djablik Paransky	Curitiba	1898
Borsenhale	Curitiba	1898
Il Diritto	Curitiba	1899
Prawda	Curitiba	1900
Lo Spauracchio	Curitiba	1902
Roboinik Paranski	Curitiba	1902
Corriere del Parana	Curitiba	1903
Die Wespe	Curitiba	1903
Das Boxende Koenguruh	Curitiba	1903
Polak k Brazylji	Curitiba	1904
Der Bazar	Curitiba	1908

Fonte: Catálogo Paranaense de Jornaes.

<http://revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/8902/5379>

Percebe-se a forte presença de jornais na língua alemã, num total de 20, o que resulta em aproximadamente 60,60% de publicações em dialeto germânico.

A história da mídia paranaense teve rápido desenvolvimento na metade do século XIX e início do século XX, atingindo a marca de 425 títulos, número que ultrapassa alguns estados do Norte e Nordeste, cuja imprensa esteve presente desde o pós-independência. Desse total, 33 eram em idioma estrangeiro, o que faz pensar na marca da presença imigratória na região sul, sobretudo, na capital do Estado do Paraná.

O *Catálogo de jornaes publicados no Paraná de 1854 a 1907* mostrou a diversidade da imprensa com seus mais variados títulos, indo da política e da economia, passando pelas belas artes e pela religião até os jornais voltados ao leitor imigrante. Todavia, diferente do catálogo de Pernambuco e do paulista, o do estado do Paraná era mais sucinto e remetia informações breves sobre os títulos, com algumas exceções a que o autor Romário Martins procurava se ater, explicando melhor sobre determinados títulos.

1.2.3 São Paulo

O catálogo paulista¹⁴, como já mencionado, faria parte do segundo volume das comemorações do centenário da imprensa periódica brasileira,

¹⁴ Ver anexo G.

mas essa edição nunca saiu. Apesar de fugir à regra, São Paulo não publicou sua edição avulsa, como fizeram Paraná e Pernambuco em 1908, mas, sim, em 1915, ou seja, sete anos após a comemoração.

O responsável, Affonso A. de Freitas, contabilizou 1.496 títulos, o que demonstra a força da imprensa paulista perante o Brasil. Ao contrário das outras edições avulsas e do próprio *Tomo*, o catálogo paulista apresenta dados mais minuciosos. Muitos jornais contam com uma pequena história da origem, o posicionamento editorial, informações sobre o proprietário etc. Assim como o do estado de Pernambuco, o catálogo paulista começa com uma genealogia da história da imprensa.

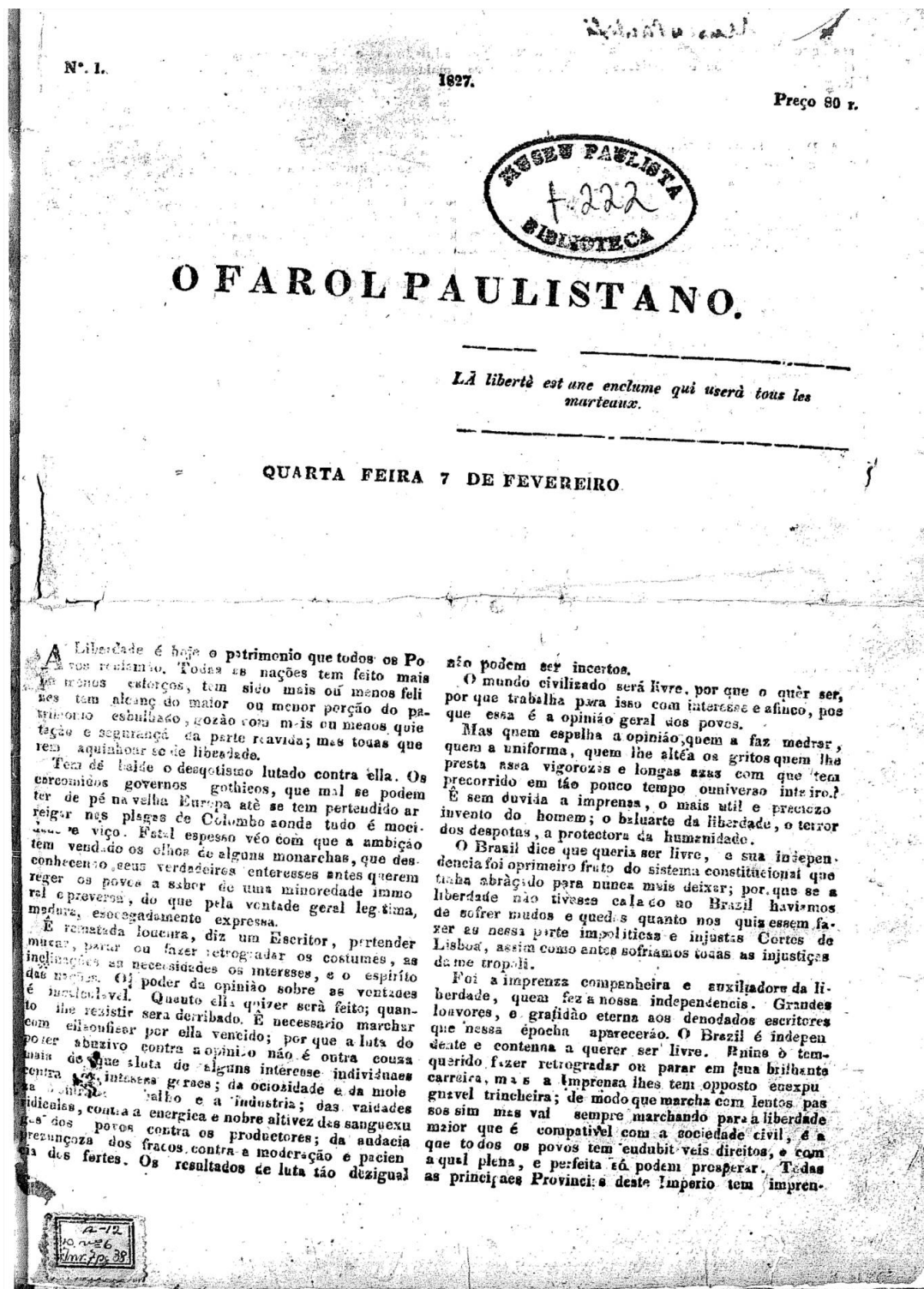
Freitas (1915, p.3) começa o catálogo falando que a imprensa, assim como outros inventos humanos, é decorrência de uma necessidade social, aparecendo no momento em que devia aparecer. Para o autor, a comunicação escrita através da imprensa surge da vontade de tornar algo público. Segundo o autor:

Estas necessidades começou o homem, natureza eminentemente sociável, a sentir desde que entrou no goso da racionalidade: seus pensamentos, comunicados a princípio verbalmente, por interlocução, exigiram em seguida, com o desdobramento, da humanidade em aglomerações isoladas e ascendentes em civilização, novos meios de transmissão, e a escripta appareceu nas inscripções lapidares, na correspondencia epistolar e na producção de trabalhos literários e scientificos, systema que, na realidade assignala o marco millionario da história, sinão da imprensa, em sua restricta accpeção, com segurança da arte da publicidade (FREITAS, 1915, p.3).

Percorre-se, a partir daí uma genealogia da palavra impressa no mundo até chegar na realidade brasileira no século XIX. Freitas (1915, p.8) fala que os feitos após a vinda da Família Real, em 1808, foram uma “evolução social”.

A imprensa paulista surge após a independência, em 1823, e o primeiro título foi o jornal “*O Paulista*”, cuja durabilidade foi pequena (menos de um ano) tendo no comando o professor de Gramática Latina e Retórica Antonio Mariano de Azevedo. A imprensa só se instala definitivamente em 1827, com o periódico “*O Farol Paulistano*” [imagem X], fundado pelo “Dr. José da Costa Carvalho”, que mais tarde se tornaria barão de Monte Alegre.

Imagem 10: Segundo jornal surgido em São Paulo datado de 1827



Fonte: Hemeroteca digital

Diferente dos outros catálogos, a edição paulista trazia capas de alguns títulos. Da mesma maneira que com o estado de Pernambuco, houve

preocupação maior em detalhar a história de alguns jornais. “*O Farol Paulistano*”, por exemplo, ocupa quase cinco páginas, nas quais Freitas traz alguns trechos de notícias vinculados; um deles é um discurso da câmara provincial de 1841-1842 feita pelos deputados Andrada Machado e Joaquim Antonio Pinto Junior contra a política e a pessoa do Barão de Monte Alegre: “desgraçado é, o sr. Presidente, aquelle que para marchar na senda política, escolhe o clarão esfumaçado, do archote resinoso das considerações de partido e de interesses individuaes” (FREITAS, 1915, p.22-25).

Dois anos depois, surge “*O Observador Constitucional*” (1829), que publicava política geral e provincial. No começo da imprensa paulistana, existiram muitos outros títulos como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 10: Imprensa política paulista

Nome do jornal	Ano	Posicionamento Político
Voz Paulistana	1831	“jornal de combate à política autoritária e despótica do primeiro imperador, creado e redigido pelo então estudante de direito Francisco Bernadino Ribeyro”
Federalista	1832	“pugnava pelas ideias federativas, agitadas na época”
O Paulista Oficial	1834	“periódico encarregado das publicações oficiais do governo da provincia”
O Justiceiro	1834	“periódico imparcial e independente”
O Paulista centralizador	1838	“Orgam oficial do governo da provincia
O Observador paulistano	1838	“orgam de opposição ao governo geral e ao da província”
O Solitário	1839	“jornal de ideias liberaes”
O Publicola	1839	“periódico de ideias liberaes”

Fonte: A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914. Typografia do Diário Oficial, São Paulo, 1915, p.54

O catálogo paulista, assim como o de Pernambuco, trazia epígrafes contidas nos jornais. Um exemplo disso era o título “*O Clarim Saquarema*”

(1851), que dizia: “Viva o imperador! Viva a Constituição!” (FREITAS, 1915, p.99)

A imprensa de São Paulo, da mesma forma que nos demais estados, foi plural e teve todo tipo de publicação: jornais políticos, comerciais, literários, religiosos e muitos em idioma estrangeiro. Seguiu o modelo dos outros catálogos comemorativos, foi o único, porém, que fugiu do propósito ao lançar sete anos mais tarde. Apesar do atraso, foi um registro inédito e que contribuiu para o conhecimento a respeito da imprensa paulista.

Eliana de Freitas Dutra (2010), ao estudar catálogos de livraria, afirma que eles podem ser considerados instrumentos topográficos, ou seja, estabelecem lugares e disposições espaciais. Esse caso pode se aplicar aos catálogos do centenário da imprensa, uma vez que eles possuem o papel de ser topográficos ao revelarem a história impressa em vários estados e cidades do país.

CAPÍTULO II – DA COMEMORAÇÃO EFÊMERA À POSTERIDADE

2.1 Por que comemorar?

Um dos principais objetivos de comemorar¹⁵ é despertar, através de determinado sentimento de euforia e alegria, algum feito histórico ou algo que ficou marcado no tempo. Por trás de uma comemoração, existe um simbolismo através de um ato de rememoração. Eram muito comuns, no século XIX, festividades que marcavam a comemoração de certos fatos da história de uma nação ainda em processo de formação. Por exemplo, temos a coroação de Dom João, o casamento de Dom Pedro, entre outras festas. Em Portugal, muitos centenários foram festejados na segunda metade do século XIX. É o caso do nascimento de Marques de Pombal, as festas dos descobrimentos marítimos portugueses, a lembrança da morte de Padre Antônio Vieira etc. A sociedade portuguesa seguiu os moldes dos vizinhos europeus e por aqui a tradição dos festejos de cem anos também vão ter aderência.

De acordo com Priscila Soares Gonçalves (2010, p.2), o conceito de festa é bem variado e pode ser pensado de diversas formas. As festividades serviram ao longo dos séculos como um meio simbólico de celebração do sagrado (no caso da religião) ou como “propaganda” da imagem de alguns monarcas, no que tange à política (principalmente do *Ancien Regime*).

De acordo com Gonçalves (2010, p.6), “a festa assume um caráter multifuncional tornando-se, principalmente, um fato político, religioso ou simbólico”. As cerimônias eram bens de prestígio e se tornaram cada vez mais comuns com o exílio da corte portuguesa para o Brasil. Muitas datas eram quase sempre um pretexto para comemorações. As festividades também podem ser percebidas como um exercício de sociabilidade, pois muitas delas atingiam várias camadas sociais. Também se deve mencionar o fato de que muitos desses atos simbólicos culminavam em Exposições com o intuito de reunir através de objetos e documentos algo que pudesse comprovar e revelar a própria história nacional.

¹⁵ De acordo com Irene Cardoso (1998, p.2): “Etimologicamente, a palavra comemoração, advinda do latim, *commemoratio*, tem esse significado de um processo ativo e dirigido (*ratio*) da memória, um fazer lembrar, a partir de uma posição indicada pelo prefixo *co*, de conjunto, por extensão, *social*, coletiva”.

A ideia de catalogar e expor os periódicos que existiram no Brasil nos séculos XIX e XX vem ao encontro do conhecimento da própria história do país. Pode-se dizer que o século XIX se insere no que chamamos de cultura das exposições universais, não só no Brasil, mas no mundo todo.

As exposições seriam uma espécie de vitrine da ciência e do progresso. O próprio século XIX ficou conhecido como um período em que muitas ciências se desenvolveram e, entre elas, se encontra a própria história, que estava buscando seu espaço. As exposições foram emblemas da modernidade e do progresso se tornando eventos-símbolos do poder científico e intelectual das nações ditas civilizadas.

Organizar uma exposição era mais que materializar a própria história, pois também tinha o intuito de servir como celebração. Candeau (2016) analisa, através do positivismo comtiano, que a ideia de celebrar está inserida em um culto sistemático da humanidade. A celebração, nesse caso, numa acepção positivista, aparece como desenvolvimento de um espírito histórico e, ao mesmo tempo, com sentimento de continuidade.

Há então no espírito da celebração um princípio organizador cujo escopo é a unificação. Para Candeau (2016, p.147), “[n]o espírito dos preceitos de Comte, aniversários e comemorações invadiam os calendários para organizar as memórias com esperança de unificá-las”. A noção de laços identitários também faz parte das comemorações, uma vez que buscam, através de elementos fundadores, o sentimento de pertencimento a uma cultura em comum.

Um motivo de comemoração é quando o estado forja ou busca laços com os quais supostamente a nação se identifique. No caso da história da imprensa brasileira, é o fato de ela, em boa parte dos seus cem anos, se desenvolver juntamente com o Brasil nação. A ideia do IHGB era fazer como motivo “festivo” uma exposição do centenário e a confecção de um inventário. No caso do centenário da imprensa, o IHGB e seus responsáveis pensaram na coleta e no esforço intelectual de cada representante escolhido por região para a elaboração de um catálogo que pudesse ser símbolo desse esforço coletivo que mostraria o desenvolvimento da palavra impressa nacional. Percebe-se aí o vínculo que os une: os cem anos de uma imprensa brasileira. Apesar da variedade de títulos, temos na celebração um meio de mostrar a diversidade

através da unidade, ou seja, mostrar os periódicos de cada região a partir de um projeto integrador, que é a exposição e a confecção dos Tomos. Por trás de uma celebração, havia um projeto patriótico. As exposições e Tomos comemorativos nos ajudam a compreender lugares, saberes, discursos, práticas e até mesmo a concepção de história, que, neste caso, é do que se quer lembrar ou comemorar.

Na décima terceira sessão ordinária que se realizou em 29 de julho de 1907 no IHGB, Max Fleiuss foi o interlocutor responsável por uma solenidade de caráter histórico ao lembrar o centenário da imprensa periódica no Brasil. O Tomo I apresenta um discurso que lembra o dia 13 de maio de 1908, data em que se completaram os cem anos de imprensa no Brasil, no qual salienta que, por esse motivo, o IHGB deveria promover “celebração condigna de data tão memorável, por meio de uma exposição jornalística, a ser inaugurada naquelle dia” (REVISTA..., 1908, p.6). Ainda no mesmo Tomo, Fleiuss revelou que os organizadores acreditavam que “uma exposição pública fora o melhor meio de consagrar tão momentosa data” (REVISTA..., 1908, p.5). Fleiuss classificou o trabalho de organização das comemorações através da Exposição e da produção dos catálogos como um “inestimável serviço patriótico” (REVISTA..., 1908, p.11).

Sobre as questões comemorativas, pode-se dizer que são a montagem de um quebra-cabeça, uma vez que são seletivas, ou seja, lembra-se ou relembra-se de algo que é importante ou que dizem ser importante. Muitas vezes o Estado procede numa legitimação ao comemorar datas que façam sentido para o espírito patriótico. Candéau (2016) lembra que a comemoração é uma espécie de máquina de remontar o tempo e ainda usa uma frase de Antonie Prost, para quem a comemoração “tem o dom de limpar o passado” (CANDEAU, 2016, p.148-149) e de retirar a alteridade inquietante, ou seja, existe na comemoração um ato de separação do que se quer lembrar ou valorizar.

A comemoração passa a ser um projeto que pensa ou forja a unidade, como mostra Candéau (2016, p.149), do que viria a “ser uma memória supostamente compartilhada”. A questão é: o que merece ser comemorado ou compartilhado socialmente? A comemoração do centenário da imprensa esteve

relacionada a uma memória que remete às origens e, simultaneamente, ao tempo presente, referindo-se ao início do século XX.

A celebração passa a ser uma manipulação da memória, ou seja, ela teria um caráter seletivo. De acordo com Silva (2002, s/p):

[...] as comemorações nacionais oferecem exemplos pertinentes, uma vez que elas são objeto de interesses em jogo (políticos, ideológicos, éticos, etc.). O uso perverso da seleção da memória coletiva encontra-se, portanto, nesse processo de "rememoração" social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento.

Comemorar significa um reavivamento coletivo de um acontecimento e, no caso do centenário da imprensa, um processo de “revisão histórica” da própria história do país. Os eventos de exposição não só se inserem nesse projeto de revisão e memória como também fazem parte do desenvolvimento científico que está nos pilares do IHGB. Os grupos responsáveis por essas exposições e comemorações se envolviam em debates intelectuais sobre tais empreitadas. Tanto as exposições quanto os catálogos eram meios de divulgação científica. Como o próprio termo revela, expor significa mostrar e divulgar. No centenário da imprensa brasileira, o primeiro objetivo presente na primeira parte do *Tomo* reflete justamente essa característica expositiva: “Exposição de todos os jornaes publicados no Brazil, no século decorrido de 1808 a 1907 (31 de dezembro)” (REVISTA..., 1908, p.8). O quarto objetivo era pôr fim à “cunhagem de uma medalha commemorativa” (REVISTA..., 1908, p.8), além do já mencionado catálogo. Esse servia não apenas como fonte de pesquisa, mas, de certa maneira, como um guia de todo esforço intelectual.

Havia por trás das empreitadas comemorativas um empenho patriótico. Fleiuss aponta que:

Todos esses catálogos, alguns primorosamente elaborados, patenteiam a boa vontade se seus organizadores, que prestaram, desse modo, relevantíssimo serviço a bibliographia brasileira e a mais digna homenagem à imprensa de nossa terra.

A ideia de um catálogo comemorativo é justamente reunir e acumular as fontes encontradas, ou seja, jornais e revistas. O catálogo também serviria de guia para aficionados ou como ponto de partida para investigações futuras.

Um dos métodos comemorativos era também a difusão do saber e mobilizava os intelectuais e as instituições culturais da época.

Deve-se ainda mencionar o fato de que toda celebração é um evento efêmero e datado, uma vez que as comemorações possuem datas “afixadas”, dias, anos para ocorrerem. No caso do centenário da imprensa, foi um ano específico: 1908. Qualquer celebração fora desse ano estaria fora de uma “lógica” de tal comemoração.

A lógica comemorativa expositiva ia além de mostrar algo, pois tinha função documental. Mais do que o trabalho de pesquisa em reunir os exemplares de jornais, os organizadores elaborariam um catálogo com objetivo de documentar a história da imprensa. O século XIX e o início do XX foram importantes na questão da acumulação de documentos que pudessem, de alguma forma, contar a história do Brasil. Instituições como o IHGB e a Biblioteca Nacional se propuseram a ser os principais receptores desses documentos, que poderiam ser livros, objetos e, neste caso, jornais e revistas. Ainda sobre a acumulação documental (leia-se fontes), deve-se mencionar que o Estado era o principal intermediador, ou seja, o produtor de uma massa documental.

As intituladas Exposições Universais vinham acompanhadas de um Guia. De modo semelhante aconteceu no centenário da Imprensa, só que dessa vez com um catálogo metódico e a cunhagem de uma medalha comemorativa. Os guias serviriam para perpetuar o evento e ressaltar o que ele mais tinha de curioso e interessante. Os guias e catálogos tinham o escopo de “dar a ver” a exposição ao leitor e funcionavam de maneira educativa.

Tanto as exposições comemorativas quanto os catálogos reuniam coleções e possuíam caráter de preciosidade, pois traziam ao público objetos ou, neste caso, títulos de jornais. As exposições comemorativas tinham importância não só pelo valor estético, mas também por ser uma “divulgação científica e histórica”, já que, mesmo sendo momentâneas, elas possuíam o desígnio de ficar para a posteridade. A ideia de comemorar também está no sentido de eternizar um momento. Para o IHGB, além das exposições e festividades, a confecção de livros, estudos e catálogos deveria ter a materialidade garantida. Essa materialidade é própria da configuração dos Estados Nacionais no século XIX e teve continuidade com força no início do

século XX. Os bens materiais, sejam objetos, livros ou jornais, ajudariam a contar a história nacional, uma vez que o conceito de verdade era estabelecido através dos documentos, os quais seriam uma forma de acesso ao passado ou a presença materializada. Revelados ao olhar do público, os objetos de uma coleção permitiam a comunicação entre dois universos distantes, seja no tempo ou no espaço. Arelados à exposição comemorativa, os Anais da Imprensa Brasileira possibilitariam futuras inquirições acerca da história, não só da própria imprensa, mas do país.

Ainda sobre as exposições universais, pode-se dizer que elas eram consideradas, de acordo com Schwarcz (2015, p.385), como “festas do progresso”. As exposições funcionavam como exhibições onde cada país-sede demonstrava o que tinha de melhor no que tange à tecnologia e à cultura. A tradição perdurou no século XIX e continuou no século posterior. Os cartazes que faziam propaganda desses eventos mostravam a grandiosidade em que imperava o conhecimento, os avanços tecnológicos através da ciência e as questões culturais. A autora ainda afirma que essas exposições ou “festas do progresso” eram concebidas por intelectuais e políticos e se constituíam em espaços de apresentação da própria burguesia; as exposições eram apresentadas como uma espécie de parque de diversões para adultos e despertavam a curiosidade, exibiam o “exótico” e revelavam o progresso.

De acordo com o primeiro *Tomo* sobre o centenário da imprensa, a Exposição Comemorativa do ano de 1908 contou com 25 mil jornais¹⁶. Na parte final do Tomo I, há o discurso do Conde de Afonso Celso, que ressaltou a importância da imprensa e da coleta de dados para realização de tal evento. Celso classificou o centenário como um momento de entusiasmo, quando diz: “Vasta necrópole de commoções” (REVISTA..., 1908, p.86); acrescenta ainda que os impressos traziam muitas ideias e despertariam muitas emoções. Celso ressaltou quantas ideias e paixões despertam os jornais e apontou “quantos acontecimentos decisivos provocaram” (REVISTA..., 1908, p.86).

No discurso presente no ato de encerramento da exposição do centenário da imprensa, Celso alerta que uma comemoração sem exposição

¹⁶ O Tomo alega que 10 mil títulos de jornais ficaram de fora da exposição. Não se sabe o motivo que fez com que tal número não fosse contemplado.

seria lacunosa, que um evento desse porte deveria ser feito uma mostra para exaltar um momento tão extraordinário na história do Brasil. Diz ele:

A Exposição Nacional, destinada a festejar a abertura dos portos, isto é, o início da Independência do Brasil, isto é, o início da Independência do Brasil, se não essa própria independência, porque depois daquele acto, a nossa Patria se emancipou da metropole- a Exposição Nacional lacunosa seria, se nella não figurasse uma secção de jornaes (REVISTA..., 1908, p.89).

Na visão de Celso, a imprensa colaborou para os avanços do Brasil e, com a sua vinda ao país, estaria predestinada ao progresso:

Porque a imprensa foi a colaboradora preciosíssima e fomentadora, a defensora, a preconizadora insuprível de todos os melhoramentos industriaes e artisticos que opulentam a Exposição. Não fora a imprensa, e a Exposição deixara de ser o que é, difficilmente existiria (REVISTA..., 1908, p.89).

Os elogios ao IHGB não eram poupados devido ao esforço e ao “esplendido conjunto”. As adjetivações são comuns não só nos discursos, mas nas introduções dos catálogos. Os sentidos dos discursos empregados pelo IHGB estão na própria compreensão do motivo de adjetivarem, ou seja, para o IHGB, a exaltação é o que dá sentido à existência da imprensa e do próprio sentido de comemorar.

O discurso de Celso ilustra o fato de louvar e celebrar a iniciativa do IHGB como responsável pela comemoração que marcaria a história do Brasil e que, de certa forma, já conduziria o país a um caminho de sucesso. Nas palavras dele:

O contingente do Instituto Historico, longe de destoar, sobresahiu, mereceu aplauso e encomio. Deu uma nota clara, vibrante e harmoniosa, no hymno triumphal entoado pelas grandes, belas e uteis cousas reunidas na exposição-ohymno do esforço, da energia, da perseverança, da capacidade e, sobretudo, da confiança na suprema predestinação do Brazil (REVISTA..., 1908, p.89).

A comemoração dos cem anos de imprensa tinha outro aspecto. Os periódicos não só colaborariam para o desenvolvimento do país, como também eram provas do progresso. Pode-se dizer também que os jornais fazem parte do que seria o triunfo do documento. As comemorações através das mostras documentais ajudariam no processo de compreensão da história e da geografia

do país. Apesar de as exposições serem efêmeras, o catálogos, guias e cartazes não o eram, demonstrando assim a perpetuidade do documento.

Apesar de serem catálogos, eles tinham uma função na lógica comemorativa de ser um instrumento de poder e também de construir materialmente a história dos jornais e também do Brasil. Falar do passado, pensando no presente (comemorar) e sendo a aposta para o futuro como um esboço de bibliografia histórica.

Comemorar através de uma exposição ou catálogo era uma maneira de contribuir não só com a escrita do país, mas com o método histórico. A História, enquanto ciência, estava se afirmando, e os estudos feitos pelos intelectuais do IHGB serviriam para tais realizações. Os jornais seriam vestígios para a escrita da história e se tornariam fontes para pesquisas futuras.

O projeto de se comemorar através de um catálogo era ambicioso, pois, além de servir de ponto de partida a pesquisadores, seria possível desvelar uma história da nação, indicando, mesmo que sumariamente, dados básicos sobre cada título. Os catálogos comemorativos poderiam se encaixar também como patrimônio documental. O empenho não apenas pela procura, mas também pela produção de informações e documentos que lançassem luz sobre a história do Brasil, fez estimular a publicação dos Anais do centenário.

O ato comemorativo tinha outro aspecto, além da questão da unidade nacional: o conhecimento por regiões. Com os estudos e catálogos regionais, passava-se a conhecer melhor o Brasil, não apenas os grandes centros (leia-se algumas capitais e cidades litorâneas). Dessa maneira, alguns estados lançaram seus inventários do centenário da imprensa como, por exemplo, Paraná, Pernambuco e, em 1914, São Paulo. A comemoração só estaria completa com o lançamento de um Tomo Geral, o que não ocorreu, diferente da Exposição, em que jornais do Brasil todo estavam expostos de acordo com os discursos da época.

Todavia, para uma comemoração, não basta ter uma memória de origem. Apenas o motivo da vinda da família real e a abertura dos portos não bastam para se “comemorar” o centenário. Como aponta Candeau (2016, p.98), “é preciso de um eixo temporal, uma trajetória marcada por essas referências, que são os acontecimentos”. O centenário da imprensa foi um

acontecimento que fez evocar um “balanço” de fatos que transformaram não só a imprensa, mas a história do Brasil. Certas lembranças simbólicas passam a compor nossa identidade, e comemorar passa a significar uma revisão da memória.

De acordo com Walter Benjamin (2006, p.518), “escrever a história significa dar às datas a sua fisionomia”, ou seja, a comemoração do centenário da imprensa é uma dessas fisionomias, a qual demonstrou ter importância para a realização de tal festividade. O ano de 1908 foi inteiro comemorativo, já que a exposição ficou aberta à visitação até o mês de outubro, de acordo com a primeira parte do Tomo Consagrado ao Centenário da Imprensa.

A comemoração foi, portanto, simbólica e real ao mesmo tempo. Simbólica, por ser uma data, um evento, o que é, de certa forma, não “palpável”; e real, por se materializar em uma exposição, mesmo que efêmera, e no catálogo perene. Essa característica de lembrar é típica das sociedades modernas. A celebração foi um pedaço escolhido da memória identitária nacional, ou seja, não foi selecionada à toa, mas pensada estrategicamente por ser um “balanço” histórico de um século de imprensa.

Outro ponto é pensar na comemoração como um ato político, pois definir datas é um dos fatores de formação de identidade nacional. Esses tipos de festejos, mesmo que efêmeros, fazem parte da agenda cultural do país, pois ficam eternizados em feriados, datas, eventos; nesse caso, uma exposição. Ou ainda eternizada através de catálogos metódicos.

Comemorar vira uma estratégia deliberada, pois certo grupo intelectual e político determinou que assim seria. Tanto a exposição quanto a confecção dos catálogos metódicos figuram como lugares de memória, tanto pelo aspecto simbólico de se perpetuar no imaginário como em um aspecto físico, por se transformar em documento. A memória oral também é levada em consideração, uma vez que são transcritas as falas dos intelectuais responsáveis pelos atos comemorativos.

Paul Ricoeur (2014, p.4), nos seus estudos sobre memória, cita Maurice Halbwachs quando diz que “a história é aprendida pela memorização de datas, de fatos, de nomenclaturas, de acontecimentos marcantes, de personagens importantes, de festas a celebrar”, isto é, as comemorações fazem parte da história e podem encaixar-se no que Ricoeur chama de

narrativas ensinadas. Isso é reforçado pelo enquadramento no calendário dos acontecimentos, ou seja, as comemorações fazem parte de um enquadramento que se passa através de datas-chave que foram exteriorizadas por quem pensou um projeto de nação.

Ao pensar uma exposição ou um catálogo comemorativo, os intelectuais participam da construção da memória social. De acordo com Lucia Lippi Oliveira (2000), as comemorações ou efemérides permitem refundar identidades, sejam elas regionais ou nacionais. Elas podem ter interesses privados ou públicos. Essas heranças comemorativas vêm do século XIX, com os centenários das revoluções francesas e americanas, bem como das viagens de Colombo ou Vasco da Gama. Na visão da autora:

Os Centenários das revoluções Americana e Francesa, os IV Centenários das viagens de Colombo e de Vasco da Gama, deram oportunidade aos povos do Ocidente de celebrar esses feitos do passado segundo as questões daquele presente. As exposições internacionais que acompanharam essas comemorações permitiram que cada povo, ao olhar para trás, afirmasse sua modernidade e seu papel em uma escalada evolutiva do ser humano, da barbárie à civilização. As comemorações de datas nacionais seguem, grosso modo, uma mesma trajetória: organização de comissões executivas nacionais, campanhas de esclarecimento patriótico, organização de eventos cívicos, cortejos fluviais e marítimos, montagem de exposições, inauguração de monumentos, confecção de selos, medalhas, bandeiras e hinos. São esses os aros mais frequentes que marcam as comemorações (OLIVEIRA, 2000, p.185-186).

Nesse ponto se compreende que uma comemoração implica em um processo de construção simbólica que influencia na construção de valores e sentidos ou, ainda, o que Cardoso (1998, p.2) chama de “ato de integração de sentidos”. Deve-se também pensar em uma comemoração como reconstrução de um ato passado a partir do presente. Apesar da exaltação ao passado, é o presente que está em jogo. Cardoso (1998, p.4) aponta que “o que se comemora é o sentido do próprio presente” e que a comemoração é um processo ativo e dirigido da história coletiva.

As comemorações em torno do centenário da imprensa são mais um eixo de reafirmação de uma memória nacional dentre tantos outros meios simbólicos de integração. Dentre os exemplos, deve-se citar a bandeira nacional, as festas, os feriados, as cartilhas e, nesse caso, um ano específico: 1908, ano central em nossa história. A comemoração do centenário da

imprensa periódica é dotada de um tipo específico de discurso: a da imprensa como vitrine do progresso.

De acordo com Maria Isabel da Conceição João (1999), na segunda metade do século XIX, desenvolveu-se uma espécie de culto aos centenários. Essas celebrações geralmente partiam das lembranças de cem anos de nascimento e morte de pessoas. Por muito tempo, estiveram ligadas aos santos ou a grandes personagens da história nacional. O positivismo desempenhou um papel primordial para legitimar as datas comemorativas ao colocar a ciência, a indústria e o progresso no centro das lógicas comemorativas¹⁷. João (1999, p.56) recorre a Teófilo Braga quando afirma que “os centenários são a expressão clara de um espírito novo que dirige as sociedades”.

Os centenários e comemorações funcionam como propagandas da memória ao mostrar, através de uma pesquisa histórica, a pluralidade e a diversidade da imprensa. Os centenários também podem ser pensados como trajetória de algo e também como uma herança. Maria Izilda Santos de Matos (1999, p.329) pondera que o termo e os motivos para se comemorar são “como xamãs da história por invocar o passado”. Não se nega também que, ao voltar ao passado, os centenários possuem uma finalidade de revisão histórica, ou seja, de trazer em seu escopo o percurso sobre o tema a ser comemorado.

Apesar de o foco comemorativo serem os feitos e trajetórias ao longo de um determinado período histórico, deve-se lembrar que a memória dos centenários se deve a um impulso do presente. A memória aqui passa a ser o que Ricoeur (2014, p.25) chama de “coisa lembrada”. Todavia, se faz necessária a distinção entre memória e lembrança, uma vez que são fenômenos distintos que operam no imaginário humano. A principal diferença é pensar a memória como referência do real.

Comemorar vem da palavra *commemorare*, que significa lembrar participativamente em conjunto. Marilena Chauí (1999, p.41) afirma que “é a grandeza dos feitos que os torna memoráveis”. Datas como centenários, bicentenários, tricentenários são grandiosos pela passagem de décadas e séculos desde feitos considerados dignos de memória por outrem, ou seja, por

¹⁷ A autora cita o político português Teófilo Braga, quando ele aponta que os congressos e exposições funcionavam como espécie de concílios e jubileus da espécie humana.

figuras geralmente da elite política e cultural que dizem o que deve ser festejado.

A memória celebrativa também não pode ser dissociada da noção de identidade. Para Candeau (2016, p.19):

[...] memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade.

Candeau (2016) ainda revela que a memória é a identidade em ação, é ela que alimenta a identidade. As comemorações, especialmente as datas e estudos propostos pelo IHGB, continuam contornos ideológicos ao celebrar o Brasil nação. A ideologia, mesmo que sutil, pode ser analisada nos discursos proferidos nas reuniões e imortalizados nas atas posteriormente publicadas nos números das revistas.

Muitos dos centenários ocorridos podem ser vistos como celebrações cívicas, uma vez que se cultua uma personalidade importante para a história nacional ou, ainda, uma data ou fato histórico de relevância para a nação. A imprensa está dentro dessa lógica comemorativa como protagonista, pois ela veio junto com o progresso e se desenvolveu em um momento no qual a nação esteve sendo gestada.

A celebração através do centenário também pode ser considerada um ritual cívico, pois perpassa uma gama de simbolismos, desde a confecção dos catálogos até a exposição. Nota-se também que os cem anos da imprensa possuem um cunho propagandístico do que o IHGB faz enquanto instituto em prol de uma memória nacional.

Segundo João (1999), os festejos de centenários possuem significância de revivescência nacional. Pode-se analisar essa questão ao pensar que, trazendo partes de uma memória da história da nação através da imprensa, revive-se um momento, porque os intelectuais do período irão buscar através das fontes parte de uma história que ficou lá atrás.

O IHGB, ao celebrar o centenário da imprensa, pensou não só como um ato passado a ser comemorado, mas também o que isso poderia deixar para o amanhã, ou seja, o porvir. A esperança de que esses estudos iriam ficar

para eternidade, seja pelas fontes ou pelo próprio rito, fizeram com que desse sentido à lógica de celebrar.

Ricouer (2014, p.45), em seus estudos sobre a história, a memória e o esquecimento, aponta que a celebração faz parte dos “rituais sociais” e que estes são ligados aos costumes. Vale destacar que o esforço de recordação através da exposição comemorativa feita pelo IHGB possui um dos principais atos do conceito de memória, que é o sacrifício do não esquecimento, que, para Ricouer (2014), é o dever de não esquecer.

Para tanto, o IHGB também é um lugar de memória¹⁸, já que é o espaço por excelência da produção e guarda da história nacional. Apesar de o estudo proposto para o centenário da imprensa periódica contemplar o Brasil todo, nada mais imponente do que ser celebrado na capital da República: o Rio de Janeiro. A capital também era sede das principais instituições intelectuais, como a própria Biblioteca Nacional e do IHGB. Como não poderia deixar de ser, as principais festas patrióticas aconteciam no Rio de Janeiro. Esse fato segue um aspecto geral de festas realizadas em outros países, que tinham como sede suas respectivas capitais.

A exposição comemorativa também tinha como sede o Rio de Janeiro e iria mostrar diversos títulos de jornais do país. A relevância da palavra impressa em exposição e posteriormente publicada nos catálogos está no seio das comemorações, uma vez que a escrita e, ainda mais, colocar isso diante dos olhos dos visitantes através da exposição, é uma maneira de perpetuação da memória.

João (1999, p.336) assinala:

[...] a escrita sempre foi e continua a ser, a forma privilegiada das sociedades perpetuação da memória. Por isso, as publicações ocupam um lugar destacado no conjunto das práticas comemorativas. No campo das edições, podemos distinguir as de caráter mais efêmero e circunstancial, como números especiais de jornais e revistas, os álbuns de homenagens, e os múltiplos folhetos, brochuras e opúsculos, que incidem sobre as comemorações, e as obras de comemoração eruditas que são representativas de determinadas visões da história e do avanço dos conhecimentos sobre certos períodos e acontecimentos.

¹⁸ Conceito atribuído a Pierre Norra e que Paul Ricoeur utiliza nos seus estudos de *Memória, história e esquecimento* (2014).

A escrita de uma obra ou inventário, mesmo que de maneira efêmera, podem refletir que a exposição e os catálogos mostram o estado de integração intelectual do país. Na visão de João (1999, p.337), os centenários podem “dar origem a um elevado nível de publicações científicas ou literárias”. No caso do centenário da imprensa periódica, as divulgações dos Tomos Consagrados tornaram-se a materialização de um projeto científico de coleta de dados e informações sobre a história do jornalismo no Brasil. Pode-se dizer, então, que a série de publicações gestadas durante o centenário são peças-chave dos rituais comemorativos, pois deixam para a posteridade parte do passado que se quer lembrar.

As comemorações através das exposições podem ser encaradas, além de rituais festivos simbólicos, como espetáculos, pois têm a função de despertar a atenção dos visitantes através dos objetos expostos, nesse caso, jornais que fizeram parte da história do Brasil.

O discurso comemorativo conflui também para a criação de uma memória coletiva e possui um tom de mostrar a grandiosidade de personagens ou fatos históricos perante uma nação. Esses discursos festivos sempre partem de uma origem, marco ou mito fundador, ou seja, datas e anos específicos de surgimento ou nascimento, que podem ser de uma personalidade ou de um fato. No caso da imprensa no Brasil, a data simbólica seria 13 de maio de 1808. Na concepção de João (1999, p.827):

Os discursos comemorativos colocavam-se, em geral, em um plano, num plano mítico e ideológico. A própria linguagem traduz essa postura quando se utilizam termos como missão, vocação, destino ou se classificam certos acontecimentos históricos.

No discurso proferido em uma das sessões para a organização da exposição e dos Tomos Consagrados ao centenário da imprensa periódica no Brasil e publicado na parte I do Tomo, em 1908, da *Revista IHGB*, existe um agradecimento aos organizadores “pelos inestimáveis e patrióticos serviços prestados” (REVISTA..., 1908, p.11). Mais adiante, na mesma página, em continuidade ao discurso, tem um agradecimento ao então presidente da instituição, Barão do Rio Branco. Há outros predicados quando se declara que “parte dessa glória” caberá “aos esforços e patriotismo do insigne brasileiro o

Sr. Barão do Rio-Branco, que o Instituto, como preito ao seu altíssimo valor, elegeu, o anno passado, para seu presidente” (REVISTA..., 1908, p.11).

Outros exemplos da “missão patriótica” estão nas adjetivações sobre os colaboradores, que a *Revista do IHGB* menciona ora como “ilustres cooperadores”, ora como “distintos cooperadores” (REVISTA..., 1908, p.12). As comemorações da imprensa, para além do ato de revisão de uma história do jornalismo e da história do país, trazem consigo uma dimensão política e ideológica. A própria comissão organizadora da comemoração do centenário se elogia, mencionando o fato de ser um “trabalho de largo fôlego e de subido valor” que representaria um “monumento erigido á bibliographia do Brazil” (REVISTA..., 1908, p.13).

As comemorações se tornariam um espaço de memória celebrado por uma elite intelectual, ou seja, uma pequena parcela de construtores da história nacional, muitos deles também ligados a uma elite política. Os festejos dos centenários deveriam criar uma espécie de comunhão ou identidade coletiva em prol de um único fim: a nação brasileira.

João (1999), ao estudar as comemorações portuguesas, definiria como uma prática cultural, de certa maneira, os exemplos de comemoração, que partilham de uma visão identificadora e transcendental. Para a autora:

As práticas e os ritos comemorativos re-apresentam o percurso histórico da nação, os seus símbolos identificadores e a imagem que a comunidade tem de si própria e dos outros. Conferem sentido ao conjunto formado pelos indivíduos e grupos sociais que compõe aquela unidade política, fornecendo-lhes uma dimensão identificadora que os transcende e os aproxima (JOÃO, 1999, p.836).

A comemoração faz parte de um rito evocativo, ou seja, de trazer ao presente algo que ficou no passado de forma simbólica. Posto isso, os centenários se apresentam como síntese integradora de um tempo específico (que pode ser dez, vinte, cinquenta, cem anos), pois fazem um balanço de uma determinada história. Comemorar o centenário é como um processo ativo da memória coletiva, já que mexe com o imaginário social.

O calendário comemorativo, seja ele qual for, marca o que se chama de tradição. Geralmente, quando se comemora algo ou alguma coisa, se pensa nos futuros e possíveis desdobramentos de tais atos, ou seja, um ato de continuidade.

2.1.1 A memória no discurso histórico

Para compreender a comemoração do centenário da imprensa, deve-se ir mais a fundo na questão primordial de um ato comemorativo: a memória. Uma das principais aproximações teóricas é com pensamento de Catroga (2001), pois o IHGB é um “produtor” ou um “reprodutor” de memória, ou melhor, memórias (no plural), por excelência.

Para que nos reconheçamos enquanto sujeitos, é necessário conhecer o passado, para que o próprio presente adquira sentido. Catroga discute o sentido de estudar o passado sendo o presente histórico um ponto de encontro entre recordação e esperança. Não há como não fazer um comparativo com o IHGB, pois parte de seu projeto é justamente rememorar e produzir conhecimento para uma geração futura, mas que compreenda o seu próprio tempo; entretanto, trata-se nesse caso de uma memória coletiva, pois busca uma identidade nacional. Para Catroga (2001, p.18), o século XIX “conduziu aos conceitos de memória social e memória colectiva e ao reforço da definição da sociedade como um organismo ou uma totalidade”. Justamente essa era uma das proposições iniciais do IHGB, construir uma história nacional através de um conjunto de ideais expressos nos estudos monográficos expostos em seus mais diversos números.

O princípio da memória está em recordar e esta, por sua vez, subordina-se a um princípio de realidade, ou seja, algo que já existiu e deixou vestígios. Fala-se em memória, mas se algo é lembrado é porque já foi esquecido. Essa dicotomia e esse jogo complexo de significantes é que dá todo o sentido para as produções historiográficas. Catroga (2001, p.20) aponta justamente isso quando lembra a questão da amnésia e afirma que “a memória estará sempre ameaçada pela amnésia”. Quanto à sua função social, ela só poderá desempenhá-la “através de liturgias próprias centradas em revivamentos que só os traços-vestígios do que não existe são capazes de provocar” (Catroga, 2001, p.20).

Catroga (2001) discorre que a memória possui um papel pragmático e normativo, ou seja, se ela existe é porque foi lembrada e diferenciada daquilo que foi esquecido. Através da memória, forma-se uma identidade numa relação dialógica entre o eu e o outro. Outrossim, pode-se dizer que o IHGB é um

espaço “selecionador de memórias”, ou seja, é um espaço em que os intelectuais do período escolhiam através do seu discurso sobre o que iriam escrever, com quais objetivos, a fim de contrapor uma “amnésia” de fatos que, se não lembrados, não ajudariam no constructo de uma sociedade. Por essa razão, a criação de uma memória era fundamental para o projeto de um Brasil nação. A imprensa acompanhou essas mutações da sociedade e, por isso, merecia uma “homenagem” com os diversos catálogos comemorativos.

O contexto do surgimento da imprensa no Brasil e do nascimento do IHGB converge para o momento considerado o século da história e da memória. Havia a ânsia de buscar no passado uma explicação para legitimar o presente. Atrelada ao século da memória e da história, está a ideia de nação.

Mas também, e não por acaso, o “século da história”, isto é o século da construção mítico simbólica da nova ideia de nação. Entende-se as transformações sociais, culturais e simbólicas exigiam que os indivíduos, as famílias, as novas associações (assentes no contrato), as classes, os novos Estados- Nação procurassem no passado-como o havia feito a antiga aristocracia- a sua legitimação (CATROGA, 2001, p.29)

O contexto analisado, 1908, localiza-se em um momento de inspiração da escola metódica, em que o documento é a prova do real e, por isso, selecionar, coletar e trazer o que já existiu de periódicos faz parte desse inventário sobre a história da imprensa em uma atribuição acumulativa, ou seja, tudo o que foi pesquisado se torna fonte de pesquisa e contribui para contar a história nacional. Para Catroga (2001, p.32): “O investimento historicista e comemorativo constituía uma prática adequada e uma concepção acumulativa, evolutiva e continuísta de tempo e à função normativa e integradora de memória”.

Outra discussão seria pensar no IHGB como um espaço que promove “ritos de memória”. Rememorar um século de história da comunicação é, de certa forma, fazer o que Catroga (2001) chama de rito de recordação. A produção da história/historiografia seria um modo de combater o esquecimento ou a já mencionada amnésia. O século XIX e o início do século XX coincidem com o momento que o autor aponta como “sociedades de memória” ou “apoteose do historicismo” (CATROGA, 2001, p.40).

Caberia à História exorcizar a morte, dando luz ao conhecimento através da re-presentificação, em que o testemunho do documento liga a memória à História. O IHGB, ao propor um estudo praticamente quantitativo sobre a imprensa periódica brasileira, funcionaria como fonte produtora de memórias e tradições, com o escopo de resgatar uma história que julgava importante.

No que tange à escrita desse catálogo, pode-se dizer que o discurso acerca de uma história da imprensa é o produto final de uma operação historiográfica já mencionada. Certeau (1984) explica que essa operação é dividida em três etapas: lugar social, método e escrita.

A conexão da memória com a escrita da história produzida pelo IHGB faz pensar no tipo de discurso atribuído à produção dessa memória e, conseqüentemente, naquilo que diz respeito à narratividade e à objetividade. Para Rüsen (1998, p.311), “narratividade e objetividade são características do pensamento histórico que parecem excluir-se mutuamente”, ou seja, há uma parcela de subjetividade no conhecimento histórico.

Mesmo no contexto de uma concepção objetivista do conhecimento histórico, os elementos constitutivos da subjetividade, para os quais não havia lugar na concepção simplista do caráter puramente objetivo da história, não deixaram aparecer. Muitos historiadores tinham plena consciência de que seu trabalho influía na política – eles até participavam da política especificamente como historiadores (RÜSEN, 1998, p.320).

Rüsen (1998, p.321) ainda fala do papel do posicionamento dos historiadores frente à luta política do seu tempo:

[...] o posicionamento dos historiadores frente ao seu tempo era a condição para abertura da perspectiva dentro das quais forças mentais elaboram uma história como forma temporal da realidade humana, a tornam visível e palpável, isto é, a tornam passível de uma abordagem cognitiva por parte da ciência.

Isso quer dizer que o conhecimento histórico pode ser compreendido como um processo mental de dois lados; de acordo com Rüsen (1998, p.322), “uma face objetiva, que se refere às vivências do passado tal qual elas apresentam nos resíduos, isto é, nas fontes e uma face subjetiva, que se refere aos problemas de orientação da vida prática do presente”. Assim, sempre a história vai ser fruto do seu tempo e, no caso do IHGB, isso vai ser bem claro

na produção do discurso empregado por eles. Dentre os objetivos do *Tomo Consagrado* na primeira parte do volume I estão:

1º Exposição de todos os jornaes publicados no Brazil, no século decorrido de 1808 a 1907 (31 de dezembro); 2º Publicação de uma monografia, ou *memoria histórica* sobre a *gênese* e os *progressos* da Imprensa periódica no Brazil; 3º Publicação de um catalogo methodico de todos os specimens, ou collecções que figurarem na Exposição; 4º Cunhagem de uma medalha comemorativa (grifo nosso) (REVISTA..., 1908, p.8).

Apenas nesse pequeno trecho podem-se elencar algumas palavras-chave – memória histórica, gênese e progressos – que demonstram a “validade” da comemoração, já tratada anteriormente. No entanto, não se trata de qualquer memória, mas uma que expressasse a gênese e os progressos, ou seja, os avanços da imprensa em território nacional. Outro aspecto seria o método utilizado através de um catálogo metódico: os produtores dessa memória sob a influência de determinado contexto de produção do conhecimento histórico. A narrativa, calcada em uma aparente objetividade, reflete, todavia, características de seu tempo.

Quando se trata dos conceitos de memória e comemoração, também se lida com formas de poder, uma vez que ambos são, de certa maneira, permeados por esse conceito. Catroga (2001, p.55) relembra que “a memória é instância construtora e solidificadora de identidades, a sua expressão coletiva também atua como instrumento e objeto de poder(es)”.

Olhar o conhecimento histórico como puramente objetivo pode representar o que Rüsen (1998, p.315) chama de “limitação a interpretação histórica”. Por isso, deve-se pensar o *Tomo Consagrado da Imprensa Periódica Brasileira*, produzido pela Revista IHGB, como uma produção inserida em um determinado espaço e que possui determinados sentido e objetivo.

Outro quesito envolvido é a dimensão de temporalidade. Deve-se ter cuidado ao pensar a dimensão temporal do recorte estudado, pois, para Hartog (1996, p.98), “época significa, no meu entender, apenas um corte de tempo linear”. Por essa razão, ele utiliza, como no título de seu artigo, a expressão regime de historicidade, que se refere de forma mais ampla a essa dimensão temporal. O regime de historicidade vai além da questão do tempo, e Hartog (1996, p.98) explica:

[P]or regime, quero apenas significar algo mais ativo. Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas.

Ou seja, a produção do IHGB vai além de uma escrita: perpassa uma dimensão temporal não linear que expressa, não só um determinado período, mas influências de outras dimensões temporais, como os ideais positivistas e metódicos.

Outro ponto é pensar na memória como um produto da história. O que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fez foi materializar essa memória em um *Tomo Consagrado da Imprensa Periódica*, cuja comemoração é uma expressão da própria condição histórica de seus produtores, ou seja, o autoconhecimento (ou conhecimento da história do Brasil e da imprensa) através de fatos passados. A imprensa mudou a dinâmica do Brasil ao formar uma rede de informação, pois, mesmo boa parte da população não sendo letrada, tinha acesso a notícias via oralidade, em espaços de sociabilidade etc. Nesse quesito, Catroga (2001, p.66) afirma que: “a memória, tal como a historiografia, é uma das expressões da condição histórica do homem”.

Muito se fez fora e dentro do Brasil no que tange à produção de um conhecimento histórico. Por aqui, a imprensa não foge dessa regra, visto que foi no século XIX que nasceu e se desenvolveu exponencialmente. O IHGB, percebendo isso, acreditou que essa história deveria ser lembrada e, principalmente, comemorada.

2.2 A imprensa na história da escrita: desenvolvimento e contribuições

Com o advento da prensa tipográfica, a escrita passou a ter novos significados no que se refere a um circuito comunicativo ou rede de comunicação. Pensar na imprensa é também refletir sobre as relações estabelecidas com a sociedade de maneira geral. Todavia, faz-se necessário voltar e falar um pouco sobre seu surgimento e qual sua função na sociedade.

Morel (2009) aponta que a imprensa surgiu no seio do humanismo da era moderna e essa perspectiva ilustrada a definia de duas maneiras conectadas: de um lado, a efetivação e melhoramento da técnica de imprimir,

e, por outro lado, sua dimensão cultural como disseminadora de conhecimento, propagadora das artes e ciências, do progresso da humanidade etc. A imprensa teria função na contribuição do desenvolvimento e progresso da sociedade. O mesmo autor relembra uma citação de Diderot, na obra *Encyclopédie*, ao afirmar que a imprensa é uma arte favorável ao avanço das ciências, que adquirem perfeição na medida em que os conhecimentos se multiplicam.

Segundo Morel (2009), a comunicação impressa foi um importante produto absolutista através das gazetas oficiais ou oficiosas. As gazetas contribuía para o relato das políticas das cortes e tinham como característica não o debate social, mas a divulgação de leis, decretos, festas e celebrações dinásticas etc.

Outro tipo de publicação eram os impressos de perfil diverso, que iam desde conteúdos científicos até literários, de entretenimento, costumes etc. De acordo com Neves (2009, p.73), “os periódicos literários e científicos, em virtude de seus comentários e críticas constituíram-se como instrumentos essenciais das letras e ciências, sendo ainda um estímulo aos novos talentos”. Conforme aponta Morel (2009, p.157), os jornais apareciam como “expressão das atividades, anseios e criações da República das Letras”. A relevância do jornalismo no cotidiano das pessoas permite que mesmo os não letrados tomem contato com a palavra escrita pela forma oral. Era comum a prática de leituras de jornais em lugares públicos.

Morel (2009, p.162) destaca que:

[...] as práticas de leitura em voz alta e coletivas eram constantes nos antigos regimes, fosse por iniciativa oficial (as leituras dos bandos e pregões com os atos de governo e da Igreja, fosse no âmbito de comunidades variadas; existe mesmo uma sugestiva iconografia de época apontando como a leitura da imprensa periódica, em seus primeiros tempos, era ainda marcada por essa oralização coletiva.

Para além da oralidade, havia outras formas de disseminação da escrita: manuscritos, cópias de textos, folhas volantes pregadas em paredes, dentre outras práticas. Estas formas de transmissão do conhecimento, na modalidade oral ou manuscrita, também se relacionam com a imprensa periódica na questão da emergência de uma rede de leitura. No caso brasileiro,

mais do que a circulação de ideias, houve a necessidade de criação de uma sociedade ilustrada; a imprensa colaborou nesse processo.

Verifica-se, portanto, que, a partir de 1808, com a implantação da imprensa e a necessidade de criação de uma sociedade ilustrada ao redor da Corte Portuguesa, recém-chegada, diversas atividades comerciais e culturais foram impulsionadas, entre as quais a publicação e diversificação de livros e impressos. Estes passaram a ser consumidos de forma mais intensa, ainda que restritos à *boa sociedade*, pois a maior parcela da população permanecia distante da cultura letrada e só era atingida indiretamente, por meio de leituras em voz alta nos espaços comuns (NEVES, 2009, p.83).

Outros aspectos, quando se fala sobre a circulação da palavra impressa, são o atraso e a censura. No entanto, isto não é suficiente para explicar as complexidades e características da história escrita do Brasil. Morel (2009, p.163) coloca que “o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseriu”, ou seja, mesmo sem a tipografia, existia uma circulação da palavra impressa no Brasil, e o jornalismo veio corroborar uma nova esfera pública, articulando não só uma camada letrada, mas a população como um todo.

De acordo com Morel (2009, p.163):

[...] a imprensa periódica pretendia também marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações no âmbito das relações de poder e de suas dimensões culturais no que dizia a amplos setores da sociedade, em suas relações políticas e sociais. A circulação de palavras-faladas, manuscritas ou da sociedade que se tornava brasileira e não ficava estanque a círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa.

Ainda sobre o ordenamento da discussão e formulação de uma esfera pública¹⁹, pode-se dizer que o desenvolvimento do jornalismo foi um dos

¹⁹ Utilizando os conceitos de Habermas, a autora Vânia Aparecida de Oliveira (2010, s/p) aponta que “as instituições da esfera pública vão se delineando, à medida que a cidade assume funções culturais. Novos comportamentos, novos costumes, a inserção das mulheres nos meios de discussão enfim uma nova cultura começa a ganhar legitimidade nesse novo ambiente. O acesso ao estudo e à comercialização da troca cultural como música teatro, literatura, museus, dentre outras manifestações, faz com que surja uma nova classe social, uma camada culta que promove uma ruptura com a camada alta burguesa”, ou seja, existe uma mudança social, cultural e política com o advento da esfera pública.

desdobramentos do que Roger Chartier (2009, p.97-98) denomina de “revolução na leitura”. O autor discute que a mais espetacular transformação da produção impressa se deu com o aumento da produção e mudança dos jornais. O crescimento de títulos foi visível na Europa, sobretudo na Alemanha e na França, pois “a imprensa se tornou, dessa maneira, o pilar privilegiado de uma sociabilidade política, colocando em debate os acontecimentos recentes, as reformas do Estado ou os conceitos fundamentais da filosofia política” (CHARTIER, 2009, p.97-98).

O século XVIII é definido como um marco por Chartier, porque foi nesse período que ocorreu uma “estabilidade técnica e sensória”. Apesar de existir um controle e nem todos serem letrados:

[...] a produção impressa modificou suas bases, e os leitores transformaram suas práticas-pelo menos é o que anunciaram todas as representações de leitura, que, para o bem ou para o mal, na maior parte das vezes, compararam as maneiras de ler do presente às daquelas de um passado findo. Isso bastaria para se falar de “revolução” (CHARTIER, 2009, p.101).

Segundo Chartier (2009, p.102), temos no século XIX um processo de “democratização do público impresso”. É justamente nesse século que a palavra impressa chega definitivamente ao Brasil e se desenvolve de maneira exponencial. A imprensa, mais do que simplesmente informar, deveria proporcionar difusão do conhecimento. Machado (2013, p.128) recupera a fala dos editores da Revista do IHGB, que afirmam o empenho de “acompanhar o progresso da humanidade”, ainda que sem desprezar o passado. Nota-se uma preocupação na articulação entre presente/passado e futuro, pois no discurso do periódico fala-se que não somente o passado e o presente eram o foco da publicação, mas o próprio futuro. A Revista também era direcionada a todos os públicos e tinha como justificativa que, nos “novos tempos”, os homens deveriam ter amplo conhecimento sobre tudo.

Por mais especializados e direcionados que fossem os jornais, todos mantinham esse ideal de progresso e modernidade, ou seja, mesmo que o periódico não fosse exclusivamente político, o “progresso” era a centralidade. O jornalismo vem acompanhar essas mudanças e transformações na sociedade brasileira que começam com a vinda da família real. Berçot (2013, p.110) relembra:

[A]s transformações decorrentes da transferência da comitiva de Dom João e, sobretudo, da emancipação política, eram recebidas como fraturas históricas, cuja importância excedia em muito o plano político, estendendo-se inclusive à esfera dos costumes.

A linguagem da imprensa no Brasil do século XIX pode revelar inúmeras práticas culturais, políticas, econômicas e sociais de um período recheado de mudanças na estrutura social. Durante os cem anos da imprensa, o país passou por três momentos políticos distintos: colônia, império e república. No bojo dessas transformações, surgiu um Instituto que seria responsável por contar a história da “nova nação”, que até então tinha poucos estudos e fontes. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro veio preencher a lacuna de pesquisas e passou a ser o centro intelectual.

Na ata da sessão ordinária de 1908 do dia 13 de maio, publicada na revista no Tomo LXXI, os sócios do IHGB fizeram um balanço dos aspectos gerais da imprensa periódica no seu centenário. Na fala dos membros representada pelo presidente Barão do Rio Branco, relataram que existiu, antes da vinda da família Real, uma tipografia instalada no Rio de Janeiro, no ano de 1744, sob a responsabilidade de Izidoro da Fonseca, a qual foi suprimida pela metrópole três anos após o início de seu funcionamento. Para justificar o atraso no desenvolvimento da palavra impressa no Brasil no século XIX, aponta-se a censura em outras regiões da América. No mesmo documento, era dito que o atraso da circulação da palavra impressa “notava-se em todas as colônias americanas, inclusive as de procedência saxonia” e que “a autoridade britânica eliminou também a primeira imprensa norte-americana, estabelecida em Boston, no fim do século XVII” (REVISTA..., 1909, p.456).

A ata do Tomo LXXI da Revista IHGB do ano de 1909 revelou que no mesmo século XVII existiram alguns opúsculos impressos em Pernambuco, mas posteriormente foi comprovado que a impressão fora na Holanda. A ata da reunião traz uma cronologia de fatos importantes para a imprensa brasileira. A Revista escreveu um pequeno resumo do primeiro jornal impresso em terras tupiniquins: a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Sobre as discussões da reunião ordinária do mês de maio de 1908, os membros ressaltaram a relevância da palavra impressa pelos jornais: “os jornais são como lançadeiras e os navios”, pois “singram, velas enfunadas ou

propellidos de maravilhosos aparelhos, o infinito, ora propício, ora barroso, do pensamento” (REVISTA..., 1909, p.456), ou seja, a palavra imprensa através da linguagem jornalística levava conhecimento aos sujeitos.

Na reunião do dia 13 de maio de 1908, foi apontado que os periódicos:

[p]odem transformar-se em formidáveis instrumentos de ataque e defesa, devendo, porém, permanecer sempre mensageiros da paz, factores de solidariedades, a unir almas, a levar e a trazer de umas para outras, sob flammulas gloriosas, os fructos mais finos do engenho humano (REVISTA..., 1909, p.457).

Na visão do Instituto, a imprensa periódica tinha um papel basilar na construção de um ideal de progresso e, além disso, para os membros do IHGB, o jornalismo brasileiro não se mostrava menor em relação a outras partes do mundo: seria um companheiro constante e inseparável do desenvolvimento e da civilidade. Quanto à percepção de quem está no centro da produção da imprensa brasileira, pode-se notar que muitos intelectuais eram grandes articuladores políticos da sociedade e escreviam para jornais. A revista do IHGB reconhece que muitos sujeitos que atuaram no jornalismo são compatriotas e colaboraram para o desenvolvimento da imprensa. Para os membros sócios do Instituto, na medida em que se aperfeiçoam os jornais, a própria e sociedade ganhava luz e moralidade.

A Revista do IGHB (1909, p.459) enumerou e resumiu cinco pontos sobre a história da imprensa periódica:

1º: jornalismo brasileiro tem sido companheiro constante e inseparável do progresso e civilização do Brasil; 2º: todos os nossos eminentes compatriotas mais ou menos collaboraram na imprensa; 3º: o jornalismo entre nós nada se mostra somenos (sic) ao de qualquer centro culto do mundo; 4º: a liberdade constituiu a sua regra, seu ambiente normal, e a compreensão- o eclipse, a excepção, o abuso; 5º: si o inquinam defeitos, é porque as nações, conforme ponderou um pensador, têm, quanto para o bem ou para o mal, o jornalismo que merecem.

A imprensa cooperaria com o avanço do Brasil e deveria beneficiar não só o próprio país, mas os vizinhos americanos e o mundo. Encerra-se a reunião ordinária com o seguinte apontamento: “Seja este, em verdade, o lemma do jornalismo brasileiro: abolir fronteiras, vincular, fraternisar, beneficiar, não só o Brazil, mas a America e o mundo” (REVISTA..., 1909, p.460).

Alguns meses após a publicação desta ata, o Instituto publicou parte de sua pesquisa de fôlego sobre o inventário da imprensa periódica no país. O título da parte I do Tomo (*Gênese e progresso da Imprensa Periódica Brasileira*), em comemoração ao centenário da imprensa, ilustra o ideal do projeto ao retratar o começo (gênese)²⁰, bem como o desenvolvimento da palavra impressa (progresso).

A imprensa, para além da rede comunicacional, criava círculos e esferas de sociabilidade. Para Sebastião de Castro Junior (2013, p.252), “a palavra impressa, sobretudo sob a forma do periodismo político, passava a conferir uma dimensão pública aos acontecimentos, criando uma espécie de arena bastante peculiar” e que passaria “a transformar certas formas de sociabilidade e atingir um público certamente bem mais amplo do que se poderia a princípio imaginar”.

Pode-se dizer que a palavra impressa adquiriu outro ritmo com a vinda da tipografia. A imprensa brasileira teve papel fundamental na política, na cultura e na esfera social. O jornalismo passou a ser mediador e formador da opinião pública, fazendo criar uma rede em torno da escrita, ainda que boa parte da população não fosse letrada. Para as elites, foi uma espécie de uso público da razão; a escrita passou a ser uma espécie de instrumento decisório na formação de opiniões.

2.3 O centenário da imprensa na agenda comemorativa republicana

O ano de comemoração do centenário da imprensa coincide com os vinte anos da Proclamação da República. Uma das principais heranças deixadas por esse regime político é a simbologia nacional através da fixação de datas, criação de personagens e de uma história que legitime aquele período, ou seja, a criação de uma tradição nacional. Dentre os vários exemplos que a República oferece, temos o hino, a bandeira, os monumentos e a centralidade em determinados personagens, como Tiradentes.

Contudo, os responsáveis por repassar a questão nacionalista para o povo eram a escola e o exército. O ensino de História deveria também ser

²⁰ No sentido de origem e surgimento.

voltado para a questão do civismo, para a fomentação de uma identidade nacional patriótica. Todos esses aspectos fariam parte do que Circe Bittencourt (1990, p.169) chama de “instituições formadoras de patriotismo”. Para a autora, as festas, discursos, comemorações, tornaram-se parte da educação escolar.

Os símbolos, discursos e datas propostos por ideais republicanos serviam para a “justificação racional da organização de poder”, nas palavras de José Murilo de Carvalho (1998, p.9). As propostas de legitimidade, através de datas, comemorações ou símbolos, eram fundamentalmente ideológicas. José Murilo Carvalho (1998, p.11) aponta que “a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição coletiva”.

Na agenda comemorativa, temos o 7 de setembro como a “conquista da liberdade” do país, o 15 de novembro como data da Proclamação da República e também o dia de Tiradentes, em 21 de abril. O dia 7 de setembro seria considerado uma “data fundadora” da nação. Para Bittencourt (1990, p.182), tanto o Tiradentes quanto o 15 de novembro “terminaram por consolidar-se como símbolo das tradições republicanas”.

Na acepção de Eric Hobsbawm, as tradições são inventadas:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM; RANGER, 1984, p.9-23).

Dentre as tradições, temos as cerimônias cívicas e os centenários. As cerimônias ou festas fazem parte da história desde tempos imemoriais, mas, no Brasil República, algumas adquirem um sentido de perpetuidade no imaginário social. Algumas datas são comemoradas todos os anos, como é o caso do dia da independência do Brasil. Em vários estados e cidades o feriado é celebrado com a ritualística do hasteamento da bandeira, entoação do hino nas escolas, desfile em ruas e avenidas. Outras são apenas lembradas, como a da proclamação da república, sem tanta pompa como a da independência.

Contudo, para Rodrigo Bragio Bonaldo (2014, p.64), “as celebrações cívicas tornaram-se tradicionais já durante o Segundo Império”, com pessoas

responsáveis pela oficialização das comemorações. O autor argumenta que: “alguém, é claro, tinha que as oficializar e, no período, a tarefa de seleção de datas memoráveis e organização de seus respectivos festejos foi levada a cabo por associações civis e divulgada na imprensa” (BONALDO, 2014, p.64). Na república, o corpo político e as instituições como o IHGB seriam os agentes da memória e atuariam na construção do imaginário social.

Já nos anos de 1900, lançou-se uma grande obra comemorativa do 4º centenário do Descobrimento do Brasil. O intitulado “*Livro do Centenário, o Brasil, 1500-1900*” foi organizado com o intuito de ser uma “vasta obra destinada a dar a conhecer as riquezas naturais do Brasil e seu progresso em todos os ramos da atividade humana” (LIVRO DO CENTENÁRIO, 1900, p.11). Para os múltiplos autores e organizadores, o livro também objetivava a questão do porvir e da posteridade como um marco imorredouro. Na introdução os organizadores apontam:

[...] o intuito de assentar um marco imorredouro na estrada de nossa existência nacional, marco que assignale o esforço heroico do passado e ao mesmo tempo estímulo às gerações futuras que têm de receber o legado quatro vezes secular, engrandece-lo e eleva-lo a fastígio da posteridade (LIVRO DO CENTENÁRIO, 1900, p.11).

A questão das datas comemorativas republicanas nos centenários tinha como escopo, mais do que a inserção no imaginário social, uma “característica cívica”. O livro do quarto centenário aponta para essa direção na sua introdução:

Eis que a galeria se abre hoje ao estado e à contemplação dos coevos e vindouros. Não será de certo um dos resultados menos apreciáveis da campanha cívica, que a Associação do 4º Centenário da Pátria, e intérprete de um sentimento generoso que electrizou a tantos corações, do Norte ao Sul do país, das populosas cidades do nosso litoral às placidas villas do sertão longínquo, do benemérito chefe do Estado ao mais modesto cidadão (LIVRO DO CENTENÁRIO, 1900, p.13).

O *Livro do centenário* trazia a história do país dividido em capítulos, que abordavam desde o descobrimento, passando por religião, educação, literatura, até a imprensa.

Nota-se que construção do imaginário social da república passa pela construção de ideologias, símbolos e rituais. A imprensa, nesse caso, entra

como símbolo do progresso ou, como menciona Alfredo de Carvalho (1908, p.5), como “evolução cultural”. Um dos principais aspectos da república é a negação e a crítica ao atraso da época colonial.

Em todo o transcurso do período colonial não houve no Brasil, talvez, manifestação alguma do progresso a que a metrópole deixasse de corresponder com medidas proibitivas, ou providencias vexatórias, ditadas por uma política suspicaz que antevia na prosperidade da vasta possessão americana, a certeza da sua independência (CARVALHO, 1908, p.17).

Carvalho (1908, p.17-18) ainda comenta que a legislação portuguesa era muito rigorosa e impedia a evolução sincrônica dos elementos culturais do Brasil:

Uma legislação, severa até a crueldade, regulava em suas mais insignificantes funcções toda a vida econômica e industrial, e a introdução de quaisquer melhoramentos nella imprevisos vinham promptamene embargar novas disposições condemnatorias. Mas retardou-a e obstou a evolução synchronica de muitos elementos culturais. Assim, a obstinada opposição ao estabelecimento da imprensa determinou, em parte avultada, a persistência de certas falhas da nossa constituição sociogênica e a esterilidade relativa da nossa produção literária em uma phase de intensa atividade mental. Só em Portugal, e após humilhantes processos de censura prévia, era permitido aos escriptores brasileiros, bem como aos próprios portugueses, dar à estampa os fructos das suas meditações e estudos.

A perseguição a quem tentasse implantar a tipografia e a imprensa era intensa, pois tal ação era veementemente proibida. O exercício tipográfico era tido como uma ameaça à liberdade. Carvalho (1908, p.17-19) afirma: “No Brazil, o exercício da arte de Gutenberg era ciosamente vedado e perseguidos sem clemencia seus discípulos”, além disso, “o receio de que o valioso instrumento de liberdade pudesse ser aqui implementado clandestinamente jamais abandonou o animo precavido dos ministros portugueses”.

Carvalho classifica a demora da imprensa no Brasil como odienta, mas a mudança da corte para terras brasileiras fez com que se instalasse definitivamente a palavra impressa. Para o autor, “a transmigração forçada da corte portuguesa para o Brazil veio enfim, alttenuar os rigores deste systema odiento e instituir definitivamente a imprensa nesta parte da America” (CARVALHO, 1908, p.23).

As datas comemorativas fazem parte do lugar de memória da nação republicana ou o que Pollak (1989, p.3-15) chama de “enquadramento da memória”. De acordo com Marly da Silva Motta (1992, p.13):

O processo de construção de uma nação republicana em fins do século XIX exigia, pois, a formulação de um passado que sacralizasse essa nação e seus lugares de identificação os "lugares de memória", marcando um espaço simbólico nacional-republicano. Heróis como Tiradentes, símbolos como a bandeira, o hino nacional e celebrações do calendário cívico, foram articulados nos primeiros anos da Republicanos de invenção de tradições.

Todavia, a noção de comemoração de centenário ainda era recente no Brasil, pois, de acordo com Lucia Maria Paschoal Guimarães (1997), o sentido de celebrar grandes fatos era uma coisa nova dentro dos dicionários e enciclopédias e também para os intelectuais organizadores dos eventos. Para Guimarães (1997, p.218):

[...] à noção de "centenário", recém-chegada, também, aos dicionários e enciclopédias, no sentido de "celebrar de urna maneira especial o centésimo aniversário dos grandes fatos". Sua entronização fora marcada pela passagem de três datas decisivas: 1876 - centenário da Independência Americana; 1889 - centenário da Revolução Francesa; 1900 - centenário do século.

Pode-se dizer que os modelos de comemoração da contemporaneidade se sustentam a partir do próprio conceito de centenário. Para Guimarães (1997), o centenário pode ser caracterizado como os encontros aritméticos do calendário.

O centenário da imprensa, dentre muitas comemorações, também serviu para o reerguimento do IHGB. Antes patrocinado pelo monarca Dom Pedro II, a instituição sofria com os recursos públicos, já que não tinha mais as benesses do governo imperial. De acordo com Guimarães, o ano de 1908 marcaria a recuperação do Instituto sob os auspícios de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o conhecido Barão do Rio Branco:

Os primeiros indícios de recuperação apareceriam por volta de 1908, quando assumiu a presidência da "casa" um velho associado, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco. Tratava-se de um titulado do Império, cujo prestígio não se abalara com o fim da monarquia, e que desde 1902 ocupava ininterruptamente a pasta das Relações Exteriores (GUIMARÃES, 1997, p.220).

Foi dentro desse contexto que se organizou o centenário da imprensa pelo Barão do Rio Branco e demais membros. O culto à nação republicana começava a ganhar contornos também a partir dos estudos e pesquisas do IHGB. Pesquisar a imprensa no trajeto de cem anos revelava múltiplas versões da história da pátria.

De acordo com artigo publicado no “*Jornal do Commercio*” de 29 de agosto de 1908 e reproduzido no volume I parte I do *Tomo* (REVISTA..., tomo I, 1908, p.77), os membros que corroboraram para a elaboração da exposição e a confecção dos catálogos em prol “da velha associação” se destacam como “expressão de um grande serviço prestado às letras pátrias, salientando não só nosso lado intelectual, mas também o material”. A organização de uma grande exposição foi tida como uma “esplêndida vitória” alcançada pelos seus promotores.

Contudo, nem todas as datas são celebradas frequentemente. Os centenários possuem uma característica efêmera, que fica somente naquele ano comemorado. No caso da imprensa brasileira, o ano de 1908. Os centenários fazem parte de tradições nacionais, no culto a uma personalidade, em feitos ou fatos históricos. A imprensa, nos cem anos de existência, fez parte dos progressos de uma sociedade que estava conhecendo a tipografia e a palavra impressa diária.

A concretização da imprensa no Brasil se deu dentro da solidificação da modernidade e do progresso nacional. O jornalismo seria o condutor dessa modernidade. Segundo James William Goodwin Junior (2007, p.79):

A consolidação da imprensa no Brasil se deu dentro do cenário de consolidação da modernidade burguesa capitalista, a partir da Europa. Assim, não é estranho que a imagem da imprensa como condutora da modernidade tenha sido formulada, antes na Europa.

Um dos elementos centrais da exposição e do catálogo do IHGB era que a data do centenário fosse “o melhor meio de se consagrar tão momentosa data” (REVISTA..., 1908, p.3), além disso, a ideia era considerada patriótica. O “bello jubileu” (p.12) da imprensa não poderia passar batido na opinião dos organizadores do centenário.

Comemoração também se refere a exorcizar o esquecimento. Em uma comemoração, datas, feitos e personagens são lembrados. Nesse sentido, determinados grupos colaboram para a montagem das memórias coletivas.

De acordo com Lúcia Lippi Oliveira (1989, p.172), “diferentes grupos da sociedade constroem suas memórias coletivas a partir das quais é montada e organizada uma memória nacional dominante”. Figuram nesses grupos os intelectuais que ajudam a construir a memória simbólica nacional do que deve ser comemorado, lembrado ou esquecido. Uma das características do período republicano, no que tange a datas comemorativas, é a legitimação de ideais, sobretudo políticos e culturais, perante a sociedade. Os dias ou anos celebrados são elementos importantes na construção da identidade nacional.

Entende-se por identidade aquilo que permite o sujeito se localizar social e culturalmente, e também por elo identificador. Para Denys Cuche (1999, p.177), a identidade:

[...] exprime a resultante das diversas interações entre o indivíduo e seu ambiente social, próximo ou distante. A identidade social se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente.

A polissemia e a fluidez da palavra fazem com que haja algumas confusões, o que dá margem para diversas explicações. A constituição identitária se faz no interior dos contextos sociais que determinam e orientam as escolhas individuais. A identidade é uma espécie de categorização utilizada pelos grupos para organizar suas trocas, sempre como uma relação de oposição. Por esse motivo, a identidade sempre vai existir em relação a outra, em um movimento dialético.

A discussão acerca de identidades e culturas teve emergência no período histórico da edificação dos Estados Nacionais. Muitos se preocuparam em unificar alguns aspectos culturais para que se formasse um conjunto homogêneo de identificação. No Brasil, a República vai procurar através da simbologia, dos rituais e das pesquisas históricas formar a identidade do país.

Além disso, a identidade é uma construção cultural e social que está imersa na complexidade do meio, ou seja, seria muito complicado dizer que um indivíduo é fechado em uma identidade única e que não sofre influências de

outras. Cuche (1999) aponta para o caráter flutuante identitário: justamente por a identidade ser fluida é que pode receber diversas interpretações ou manipulações. As identidades são dinâmicas no sentido em que são difíceis de delimitar e definir; por essa razão, são multidimensionais.

As identidades são flexíveis e estão sujeitas a manipulações e reformulações, portanto, se constroem através das estratégias dos atores sociais. Cuche (1999, p.197) conclui que “a identidade é sempre resultante da identificação imposta pelos outros e da que o grupo ou o indivíduo afirma por si mesmo”.

Nota-se que as celebrações e centenários apelam para o caráter de unidade identitária: unir a nação em torno de um feito ou de um balanço histórico. No caso da imprensa brasileira, como um elo da modernidade e do progresso. Contudo, a comemoração dos cem anos de jornalismo no Brasil passou de ser uma data efêmera e um ano que ficou para posteridade, pois ficaram para a história não só a memória dos jornais, mas da própria história nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que o centenário da imprensa periódica brasileira foi um marco na história do país. Percebendo a importância de se inventariar e contar a história dos jornais, o IHGB propôs aos seus sócios uma exposição, bem como a confecção de um catálogo geral. Esses Tomos, mais do que sínteses de fontes, serviram de memória histórica do jornalismo e da palavra impressa no país.

Percebe-se também que a legitimação comemorativa através de datas pontuais se baseou em um processo de escolha do que deve se memorizar e o que se deveria esquecer. Esse papel, de se pensar uma história nacional, coube tanto aos políticos republicanos quanto aos intelectuais do IHGB.

Notou-se também que o jornalismo teve rápido desenvolvimento, se for levado em consideração que a palavra impressa só foi oficialmente aceita no país no século XIX. Segundo números do IHGB, circularam em todo o território nacional aproximadamente 25 mil títulos. Todavia, o intento de se publicar as duas partes do Tomo Consagrado não se realizou, pois somente um dos volumes foi impresso, o que resultou em um número aproximado de cinco mil títulos. Entretanto, existiram avulsamente as publicações regionais, como a paranaense e a paulista. Os discursos proferidos pelos membros do IHGB apontaram a imprensa como fator do progresso do país, sendo esse motivo mais do que suficiente para a celebração do centenário.

Pode-se dizer que todos os estados tiveram uma imprensa muito diversa, passando por títulos políticos, econômicos, literários, religiosos, antirreligiosos etc. Nem todos os estados seguiram os critérios atribuídos pelo IHGB na confecção dos seus catálogos; alguns ficaram extensos e com riqueza de detalhes, enquanto outros resultaram bem objetivos. Alguns catálogos traziam apenas o ano e o nome do jornal. Outro fator analisado é a forte presença do jornalismo nas capitais, assim como a expansão nas cidades interioranas.

Essa dissertação apontou para uma urgência da memória, ou seja, do não esquecimento de parte importante da história do país, a saber, a inserção e circulação impressa através dos jornais e revistas. Dessa forma, pode-se concluir que a comemoração do centenário da imprensa periódica brasileira foi,

além de uma data ou ano de festa, um momento para pensar a relevância da produção de uma memória do jornalismo nacional.

Sobre a relação da memória histórica com o jornalismo, Marques de Melo²¹ (2006, p.227) ponderou que o estudo historiográfico da imprensa é uma verdadeira mina de conhecimentos, “não somente como fonte de sua própria história, mas também das situações e acontecimentos os mais diversos”. Barbosa (2013) esboça uma definição de história da comunicação quando relata que a história da comunicação é a reconstrução e interpretação, nas quais estão incluídas, necessariamente, as visões de mundo presentes, sendo os textos históricos os fiadores do passado. Deve-se ressaltar ainda o fato de que muitas coisas são esquecidas, cabendo ao historiador lembrar-se de algo “escondido/esquecido” e dar luz a esse conhecimento.

O IHGB, como instituição produtora de conhecimento histórico, percebeu a necessidade de produzir um guia da história do jornalismo brasileiro. Os suportes midiáticos (leia-se jornais e revistas) são fontes para a história, pois revelam muito sobre aspectos de um fato social e cultural.

Cabe ainda pensar na comemoração dos cem anos como uma forma de perpetuar a memória da imprensa brasileira através dos Tomos. Ao perceber isso, é possível vislumbrar que o centenário é um tipo de memória que luta contra o esquecimento.

O esquecimento seria a lacuna ou a própria falta de confiabilidade da memória. Segundo Ricoeur (2014, p.425): “De fato, o que o esquecimento desperta nessa encruzilhada é a própria aporia que está na fonte do caráter do passado, a saber, a falta de confiabilidade na memória”. Assim, pode-se dizer que o fator esquecimento se deve ao caráter desapercibido da perseverança da lembrança.

De acordo com Rogério Ivano (2015, p.6):

O exercício do esquecimento é lembrado inicialmente a partir das inúmeras ‘figuras do esquecimento’ que as culturas, tradições e saberes guardam e manifestam cotidianamente e continuamente. Expressões verbais, ditos, provérbios populares e elaborações literárias sobre o esquecimento são, em grande medida, o anverso da memória, ou seja, lembrar é não esquecer.

60 O autor parafraseia Wilhelm Bauer quando pondera que: “a imprensa é como um diário de sua época, cuja consulta é necessária às gerações futuras, inclusive para descobrir os mais finos estímulos da vida pretérita” (MELO, 2006, p.227).

Ivano (2015, p.9) aponta também que a pragmática do esquecimento poderia ser entendida como resultado e reação ao exacerbado “dever de memória”, bem como à expansão dos chamados lugares de memória²².

A vasta produção jornalística inventariada pelos Tomos do IHGB refletiu a necessidade de deixar memorizada a história da imprensa brasileira. Existiu por parte do IHGB uma tentativa de pensar a imprensa brasileira como um todo, ou seja, através da ideia de unidade nacional. Contudo, os jornais contemplados nos inventários não cumpriram na sua totalidade esse objetivo, pois algumas edições foram publicadas avulsamente, atendendo a uma demanda regional e pensando em contar a história da imprensa dos estados brasileiros.

A imprensa foi celebrada também por fazer parte dos progressos e avanços do Brasil. Diferente dos vizinhos da América Latina que já tinham imprensa e universidades no século XVI, no Brasil a prensa tipográfica só foi permitida no século XIX. Apesar de os Tomos produzidos pelo IHGB serem datados de 1908, até hoje eles são fonte para a história do jornalismo impresso.

Os catálogos parecem servir de base para a produção de materiais sobre a imprensa de alguns estados lançados recentemente como, por exemplo, Mato Grosso, no ano de 2009, e Santa Catarina, publicado pelo governo do estado em 2014.

O “*Tomo consagrado ao centenário da imprensa periódica no Brasil*” foi o primeiro trabalho de proporção nacional a ser pensado na história da comunicação brasileira, além de ter sido um importante evento histórico pensado minuciosamente pelo IHGB.

A pesquisa promovida pelo Instituto serviu como um balanço da produção impressa nacional e regional, além de ter sido um esforço coletivo que certamente ficou para os anais da história da comunicação e da história do Brasil. Trata-se de uma fonte rara para pensar os primeiros cem anos da circulação impressa através dos jornais.

²² Nesse caso o IHGB como lugar por excelência de produção de memória.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (Orgs). **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart (Orgs). **Comunicação e história**: partilhas teóricas. Florianópolis: Insular, 2011.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

_____. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

_____. Por uma história dos sistemas de comunicação. **Revista Contracampo**. Niterói, v.1, n.1, julho/dezembro 1997.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BERÇOT, Fernando Santos. O Espelho Diamantino e os exemplos de virtude feminina no Rio de Janeiro do Primeiro Reinado (1827-1828). In: FERREIRA, T.B. da C.; RIBEIRO, G.S.; GONÇALVES, M. de S. (Orgs). **O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos missivas e bibliotecas**. São Paulo: Ed. Alameda, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, civilização e trabalho**: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BONALDO, Rodrigo Bragio. **Comemorações e efemérides**: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos. 2014. 314 f. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2014.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CALLARI, Cláudia Regina. **Os Institutos Históricos**: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.-php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 31/01/2017.

CANDEAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARDOSO, Irene. 68: a comemoração impossível. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP. São Paulo, v.10, n.2, p.1-12, outubro 1998.

CARVALHO, Alfredo de. **Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821-1908**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908a.

_____. Genese e progresso da imprensa periódica no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v.1, 1908b.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CASTRO JUNIOR, Sebastião de. Sobre fortunas e desventuras de um “mulato” entre os mundos das letras e da política do Império do Brasil: um pequeno mergulho na trajetória de Francisco Montezuma. In: FERREIRA, T.B. da C.; RIBEIRO, G.S.; GONÇALVES, M. de S. (Orgs). **O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos missivas e bibliotecas**. São Paulo: Ed. Alameda, 2013.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra, Portugal: Quarteto, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

CHARTIER, Roger. Uma revolução na leitura no século XVIII?. In: NEVES, L. M. P. das (Org.). **Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

CHAUÍ, Marilena. O que comemorar? **Projeto História**. São Paulo, 1999.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COSTA, Alvaro Daniel; DENIPOTI, Claudio Luiz. História do jornalismo paranaense: o inventário de Romário Martins nas comemorações do centenário da Imprensa Periódica do Paraná e os jornais em língua estrangeira (1908). **Revista Pauta Geral**. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p.146-162, 2016.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2015.

DUTRA, Eliana de Freitas. Leitores além-mar: a Editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: ABREU, M.; BRAGANÇA, A. (Orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ELEUTÉRIO, Maria de Lurdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, A.L.; LUCA, T.R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

FREITAS, Affonso A. **A Imprensa Periodica de São Paulo desde os seus primórdios de 1823 até 1914**. São Paulo: Diário Oficial, 1915

GONÇALVES, Priscilla Soares. **As festas e os cerimoniais na corte de D. João VI**. 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/-resources/anais/8/1276742443_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.pdf

GOODWIN JUNIOR, James William. **Cidades de papel**: Imprensa, Progresso e Tradição – Diamantina e Juiz de Fora (1884-1914). Universidade de São Paulo, 2007.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. **Estudos Históricos**. 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2057/1196>. Acesso em: 13 jul. 2017.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1988.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARTOG, François. Regime de Historicidade. Time, History and the writing of History - **KVHAA Konferenser** 37: 95-113 Stockholm 1996. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IVANO, Rogério. **Memória e esquecimento**: argumentos de Paul Ricoeur. 2015. Disponível em: http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais-/4/1430142224_ARQUIVO_IICongressointernacionaldeHistoriaUEPGtextocomunicacao.pdf

JOÃO, Maria Isabel da Conceição. **Memória e Império**: comemorações em Portugal (1880-1960). Universidade Aberta de Lisboa, 1999.

LANGLOIS, Ch. V.; SEIGNOBOS, Ch. **Introdução aos Estudos Históricos**. São Paulo: Renascença, 1946.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**. V.1. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.

LIVRO DO CENTENÁRIO (1500-1900). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

MACHADO, Lígia Cristina. A Revista Popular (1859-1862) e a nacionalidade de seus colaboradores. In: FERREIRA, T.B. da C.; RIBEIRO, G.S.; GONÇALVES,

M. de S. (Orgs). **O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos missivas e bibliotecas**. São Paulo, Ed. Alameda, 2013.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Romário. **Catalogo dos jornaes publicados no Paraná de 1854 a 1907**. Curytiba: Impressora Paranaense, 1908.

MATOS, Maria Izilda Santos; AVELINO, Yvone Dias. Linguagens Textuais e comemorações. **Projeto História**. São Paulo, 2000.

MATOS, Maria Izilda Santos. Comemorar, celebrar, refletir? **Projeto História**. São Paulo, 1999.

MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MINDLIN, José. Impressão Régia: seu significado e suas realizações. In: ABREU, M.; BRAGANÇA, A. (Orgs). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p.19-21.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREL, Marco. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, L.M.P. das (Org.). **Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência**. Rio de Janeiro: Editora, FGV, 1992.

NEVES, Maria Bastos P. das Neves. Dos avisos de jornais às resenhas como espaços de consagração (1808-1836). In: NEVES, L.M.P. das (Org.). **Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. As colônias formadas na província do Paraná na segunda metade do século XIX. In: Encontro de Pós-graduação em História Econômica, 7.; Conferência Internacional de História Econômica, 5. Niterói, 2014.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a república manda guardar. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989.

_____. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do descobrimento. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p.183-202, 2000.

OLIVEIRA, Vânia Aparecida Rezende de Oliveira. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167939-512010000400013. Acesso em: 13 jul. 2017.

PISNISK, Hanne Leopoldine. Romário Martins, o paranista – 53 anos de história impressa. In: Encontro Anual de Iniciação Científica, 13. Londrina, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Tomo Consagrado à Exposição Commemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica No Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, vol. 1 e 2.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Tomo LXXI, 1909.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade na Ciência Histórica. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, XXIV, n.2, 1998, p.311-335.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca dos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. v.22, n.44, p. 425-438, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUZA, Sérgio Alves de. Memória, historiografia e cidadania: em torno do legado Vesentini. **Projeto História**. São Paulo, 2000.

WEHLING, Arno. **A invenção da História**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo, v.4, 1985, p.89-102.

Sites:

IHGB: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb.html>. Acesso em: 20/06/2017.

Hemeroteca Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20/06/2017

<http://agendaculturaldorecife.blogspot.com.br/2012/08/bibliotecas-do-mes-de-agosto-de-2012.html>. Acesso em: 28/06/2017

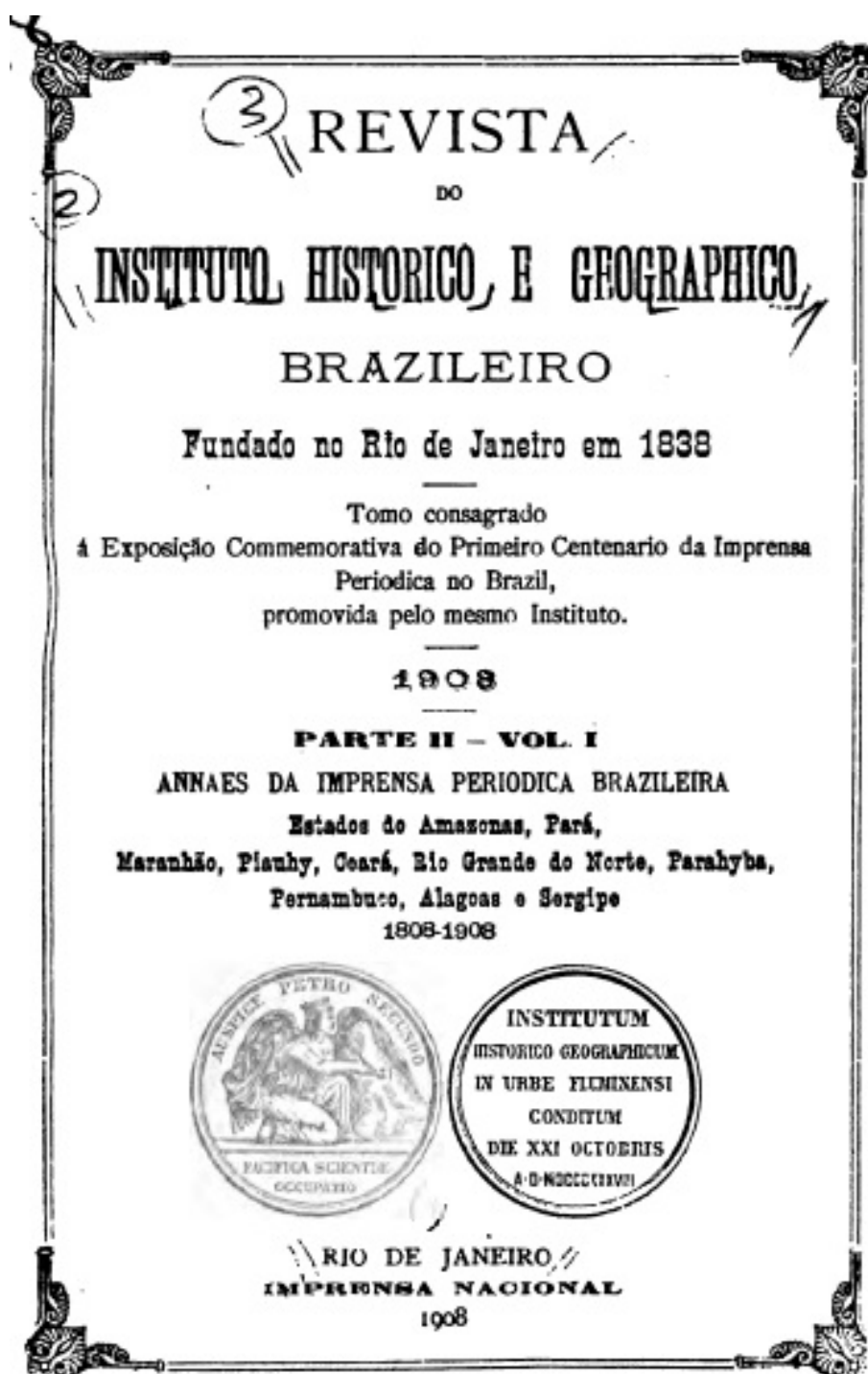
<http://www.cchla.ufpb.br/jornaise-folhetins/acervo/outros-estados/O%20CORREIO%20%20DA%20ASSEMBLEIA%20LEGISLATIVA%20DA%20PROVINCIA%20DO%20PIAUHY%20-%201835.pdf>. Acesso em: 28/06/2017

Anexo A: Capa do Tomo comemorativo parte I



Fonte: Tomo Consagrado à Exposição Commemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periodica no Brazil, 1908.

Anexo B: Capa do Tomo comemorativo volume II



Fonte: Tomo Consagrado à Exposição Commemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periodica no Brazil, 1908.

Anexo C: Tomo comemorativo parte II

SAP 4719.2



NOTA

A Comissão de Redacção, para maior commodidade na leitura, resolveu dividir em dois volumes esta segunda parte do tomo especial da *Revista*, consagrado á commemoração do centenario da Imprensa Periodica no Brazil.

O primeiro volume, que ora apparece, desta segunda parte consta dos catalogos dos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piahy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagôas e Sergipe.

O segundo volume conterá os catalogos dos Estados da Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Districto Federal, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso, terminando com o quadro schematico do desenvolvimento jornalístico desde 1808 e com um annexo em que virão as rectificações que se fizerem necessarias e a relação dos expositores que concorreram ao certamen promovido pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Fonte: Tomo Consagrado à Exposição Commemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periodica no Brazil, 1908.

Anexo D: Capa dos Annaes da Imprensa Pernambucana

EXPOSIÇÃO COMMEMORATIVA
DO
Primeiro Centenario do Estabelecimento
DA
Imprensa no Brasil
1808 – 1908
13 DE MAIO
Contribuição
DO
Estado de Pernambuco
MANDADA PUBLICAR PELO EXM. SR. DESEMBARGADOR
Sigismundo Antonio Gonçales
GOVERNADOR

Fonte: Annaes da Imprensa Pernambucana, 1908.

Anexo E: Capa do Catálogo Paulista publicado somente em 1914.

A IMPRENSA PERIODICA DE SÃO PAULO
DESDE
os seus primórdios em 1823 até 1914
1
POR
AFFONSO A. DE FREITAS

Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, do Instituto de Ceará, do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Geraes, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e do Fluminense, do Centro de Sciencias, Letras e Artes de Campinas, da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro e da de Lisboa, da Academie Latine des Sciences, Arts e Belles Lettres e da Société Académique d'Histoire Internationale de Paris, etc., etc. — — — —

SÃO PAULO
 TYP. DO « DIÁRIO OFFICIAL »
 1915
PRINTED IN BRAZIL

Fonte: A Imprensa Periódica de São Paulo desde os seus primórdios até 1914.

Anexo F: Modo de confecção do catálogo. Exemplo da imprensa do estado do Ceará

248

A IMPRENSA NO CEARÁ

102 — O Artilheiro — Publicado em Fortaleza a 17 de julho. Impresso por Sultberto Padilha e subscripto na typographia da *Liberdade* á rua Formosa. Trasia as epigraphes: *Civis sum*. Sou cidadão. S. Paulo. O soldado que em tempo de guerra abandonar seu posto, seja arcabuzado. Conde de Lipe, art. 12.

103 — União Artistica — Publicado em Fortaleza a 23 de julho. Tinha por epigraphe as palavras: A união faz a força. A perseverança tudo acalma.

Sahia ás quintas-feiras e subscrevia-se na typographia de Francisco Luiz de Vasconcellos, praça da Municipalidade, a 500 réis por mez. Impressor José da Cunha, redactores José Flaminio Benevides e João Camara.

Tendo desaparecido, voltou á arena jornalística em agosto de 1865.

104 — Gazeta Official do Ceará — De Fortaleza. Propriedade de Francisco Luiz de Vasconcellos. Substituiu á *Gazeta Official*. O primeiro numero é de 15 de agosto.

105 — A Constituição — Orgam do partido conservador, publicada em Fortaleza a 24 de setembro. Começou sob a redacção e direcção do Dr. Domingos Jaguaribe, o futuro visconde de Jaguaribe, publicando-se uma vez por semana, passando no 2º anno a ser diario. Cessou dois dias depois da proclamação da Republica, sendo seu redactor o Dr. Justiniano de Serpa e gerente Antonio Moreira de Souza.

Nesse jornal, representante das idéas do partido conservador adiantado, em opposição ás idéas pregadas pelo *Padre II*, tambem orgam conservador de Fortaleza, escreveram ainda, entre outros, Gonçalo Souto, Manoel Soares, Paulino Nogueira, Antonio Pinto, Praxedes Theodulo, Frederico Borges, Martinho Rodrigues e Padre Bellarmino J. de Souza.

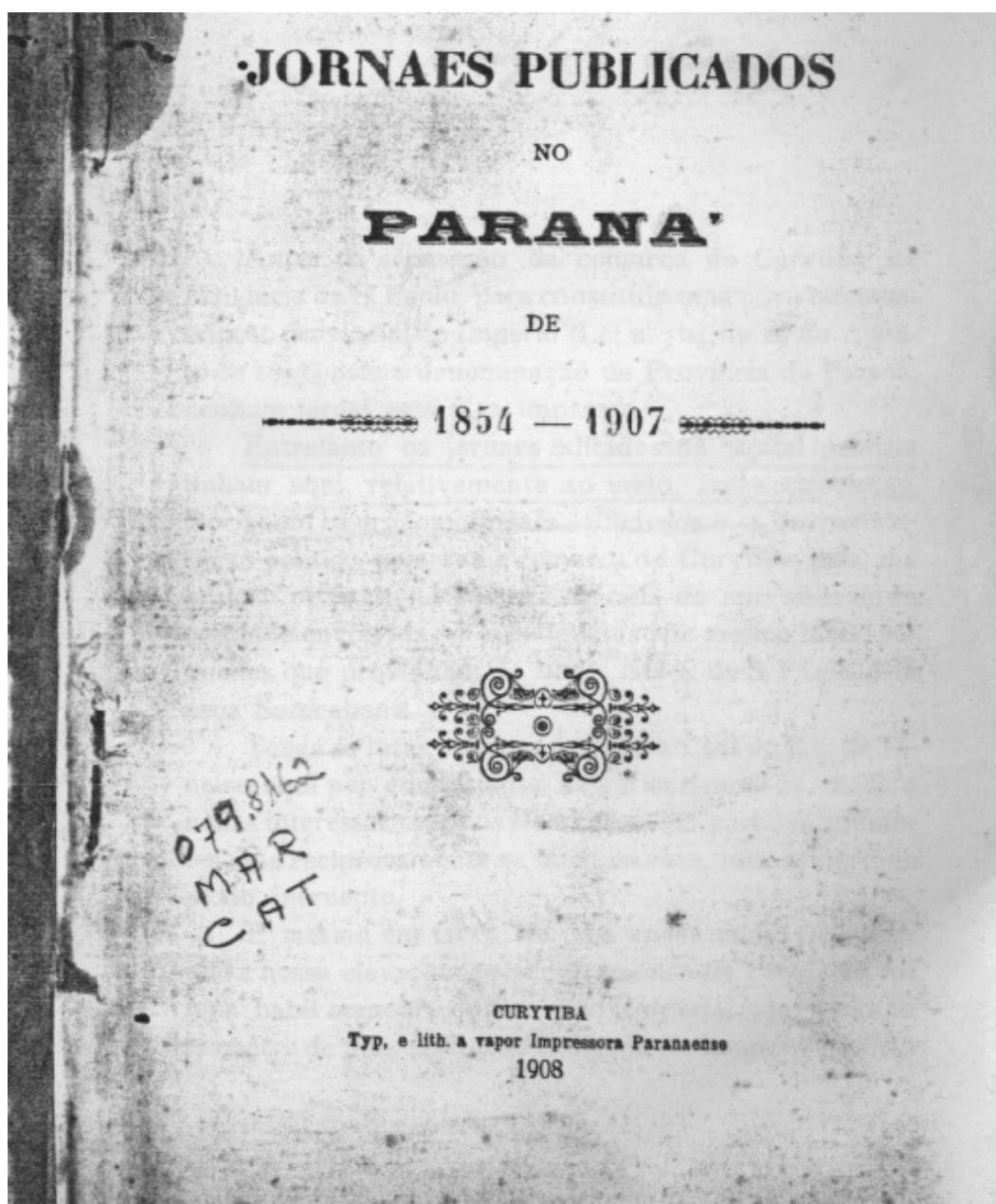
O Padre Bellarmino era parahybano, natural de Souza. Escreveu e publicou a narrativa da primeira visita pastoral do Exmo. Sr. D. Joaquim José Vieira. Além desse trabalho publicou varios artigos no *Correio da Tarde* e no *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, os quaes foram enfeixados em volume sob o titulo *Carta a um amigo* (1895) e outros no *Apostolo* tirados tambem em folheto sob o titulo *Rasões e factos* (1895).

Moreira de Souza, pernambucano, conseguiu após a proclamação da Republica ser nomeado administrador dos Correios do Ceará, donde foi removido para o mesmo cargo em Paraná.

106 — O Progresso — De Fortaleza.

Fonte: Tomo Consagrado à Exposição Commemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periodica no Brazil, 1908.

Anexo G: Catálogo dos jornais paranaenses publicado por Romário Martins



Fonte: Jornaes Publicados no Paraná, 1908.